UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TULIO HELENO DE AGUIAR BUCCHIONI

LAERTE "VESTIDO DE MULHER":

Uma investigação sobre representações de gênero e sexualidade na mídia

São Paulo

2016

LAERTE "VESTIDO DE MULHER": uma investigação sobre representações de gênero e sexualidade na mídia

TULIO HELENO DE AGUIAR BUCCHIONI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida.

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B918l

Bucchioni, Tulio Heleno de Aguiar
Laerte "vestido de mulher": uma investigação sobre representações de gênero e sexualidade na mídia / Tulio Heleno de Aguiar Bucchioni ; orientadora Heloisa Buarque de Almeida. - São Paulo, 2016.
158 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Gênero. 2. Mídia. 3. Laerte. 4. Representação. 5. Transgeneridade. I. Almeida, Heloisa Buarque de, orient. II. Título.

BUCCHIONI, Tulio Heleno de Aguiar. **Laerte "vestido de mulher":** uma investigação sobre representações de gênero e sexualidade na mídia. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A história da vontade de escrever uma pesquisa de mestrado na área dos estudos de gênero começou alguns anos atrás. Já a história da vontade de desenvolver, de fato, uma pesquisa de mestrado na área dos estudos de gênero e antropologia começou depois que cursei a disciplina de graduação "Antropologia e Gênero", ministrada pela minha orientadora, professora Heloisa Buarque de Almeida, a Helô. Inicio meus agradecimentos, então, pelo começo: agradecendo minha orientadora pela calorosa e amigável acolhida, a orientação cuidadosa e sempre acessível, a empolgação de costume com minha pesquisa e minha jornada durante quase três anos de relação orientando-orientadora. Realmente, só tenho a agradecer.

Esta pesquisa não teria se tornado realidade sem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP; processo n° 2014-04586-2), da Capes e também, nos primeiros meses de trabalho, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Agradeço à Fapesp não apenas pela concessão de uma bolsa de mestrado, mas também por ter me concedido uma bolsa estágio de pesquisa no exterior (BEPE) para o desenvolvimento de parte deste trabalho na Universidade Livre de Berlim. Acredito veementemente na internacionalização da pesquisa brasileira e no financiamento de qualidade como caminhos para o fortalecimento, expansão e democratização da pesquisa no Brasil, por isso muito me honra todo o apoio depositado nesta pesquisa e em meu trabalho.

Por me fazer constatar que o melhor do trabalho acadêmico acontece *em relação* e que prazer, inspiração e rigor caminham muito bem lado a lado, gostaria de agradecer à professora Lilia Schwarcz e toda sua generosidade e afeto. Gostaria de agradecer também à professora Larissa Pelúcio, que participou, junto com a professora Lilia Schwarcz, da minha banca de qualificação, trazendo contribuições imprescindíveis para esta pesquisa. Agradeço, por toda disponibilidade, simpatia e supervisão cuidadosa, ao professor Sergio Costa, meu supervisor de pesquisa durante o período em que estive em Berlim. Foram muitas as reuniões que tivemos e definidoras as sugestões de pesquisa oferecidas pelo professor Sergio. Gostaria de agradecer também à professora Laura Moutinho pelas inúmeras vezes em que conversamos sobre o meu trabalho, sobre antropologia ou marcadores sociais da diferença; o afeto compartilhado e o contato com seu trabalho e com seu grupo de orientação foram fundamentais para que eu pudesse aprimorar meus conhecimentos na área de antropologia. Ao professor João Felipe

Gonçalves gostaria de agradecer por todo o conhecimento e afeto compartilhado, pela instigante leitura de parte deste trabalho e por todo o auxílio durante o processo de meu pedido de bolsa estágio de pesquisa no exterior. Gostaria de agradecer também às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da USP, Soraya Gebara, Rose de Oliveira e Juliana Costa, e também a Marcela Osses, secretária do professor Sergio Costa, por todo o enorme auxílio oferecido.

Durante meu mestrado, acompanhei o Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) e o núcleo de orientação da minha orientadora. Minha pesquisa é também fruto de todo o compartilhamento de experiências e de conhecimento vivenciado dentro desses espaços. Gostaria de agradecer, portanto, a todas as pessoas que participaram ou participam ativamente do NUMAS e do grupo de orientação da professora Heloisa Buarque de Almeida. Em especial, gostaria de registrar meu carinho por Izabela Nalio Ramos, Fernanda Kalianny Martins, Milena Mateuzi, Letizia Patriarca, Luiza Ferreira Lima, Juliana Sampaio, Thiago Haruo Santos, Mariane Pisani, Arthur Fontgaland, Lucas Bulgarelli, Denise Pimenta, Janaína Gomes e Bernardo Machado e todo o companheirismo e amizade que tornaram este percurso tão instigante e divertido. Registro também meu agradecimento a Marisol Marini, Isabela Venturoza, Renata Guedes Mourão Macedo, Beatriz Accioly Lins, Marcella Betti e Rocio Lorenzo, companheiras de grupo de orientação com quem tanto aprendi; a Gibran Teixeira Braga, Pedro Lopes e Marcio Zamboni, com quem também muito aprendi dentro do NUMAS. Agradeço ainda minha saudosa turma de mestrado e todo o aprendizado vivenciado em meu primeiro ano. Por toda troca de afeto, aprendizado e apoio acadêmico e político em momentos nem sempre fáceis, gostaria de agradecer às queridas amigas Jacqueline Moraes Teixeira, Talita Lazarin, Yara Alves e Aline Aranha.

O período que passei pesquisando em Berlim poderia ser resumido à comunidade “Potse” ou “Haus Mallorca”. Seria difícil imaginar um acaso melhor no ano de 2015 do que ter conhecido meu amigo alemão Tobias ‘Tobi’ Schrammek, com quem compartilhei afinidade e afeto imediatos e quem foi responsável pela melhor acolhida possível em Berlim. A Johanna Wilke e Plutonia ‘Pluli’ Plarre não poderia ser mais grato, pela amizade, carinho e admiração; agradeço também a Jakob Wohlers, Sebastian, Sara, Reiner, Andres, Christian e Johannes Niklas por toda hospitalidade e amizade. O período em Berlim não teria sido tão imensamente inesquecível sem a amizade de João Guilherme de Mello, Alison Guerrero, Krista Lillemets, Stephan Van

Houwe e Lei Lu, além de demais colegas do curso de alemão e do grupo de pesquisa do professor Sergio Costa. Por fim, agradeço a Florian Paninski e todo o amor envolvido em um tão doce quanto inesperado romance germânico-brasileiro.

Há alguns anos, ainda na graduação e atuando no movimento estudantil, descobri e entendi o(s) significado(s) do feminismo e isso mudou, sob uma série de perspectivas, minha percepção sobre a experiência de estar no mundo, de vivenciar minha identidade gay e ser um jovem de esquerda. Foram anos inesquecíveis em minha vida, os quais certamente se relacionam com esta pesquisa. Tive a sorte de vivenciá-los ao lado de Lia Segre, Clara Roman, Mariana Franco, Mariana Nwabasili, Ana Luiza Arra, Aline Tavares, Camila Souza Ramos, Bruna Escaleira, Carol Santa Rosa, Tatiane Ribeiro, Leonardo Fernandes e todas as demais pessoas que fizeram parte de nossas sucessivas gestões do Calc – um verdadeiro divisor de águas em minha vida. A Suzana Costa devo talvez as melhores memórias sobre um encontro tão potente quanto saudoso: a verdade é que a descoberta do feminismo, o êxtase da superação de limites e nossa amizade se misturam de formas incompreensíveis pela razão.

Para Rodrigo Cruz e William Santana Santos, que acompanharam com tanto empenho e carinho esta pesquisa e cuja amizade e confiança me instigam com frequência a reconstruir e reinventar minha experiência gay/queer, meus afetuosos agradecimentos. Agradeço também a Karina Mendonça, pela saborosa constância de sempre; a Mireia Ferri, por todo o carinho e pulsante inspiração compartilhada e a Ivan Esteves pelo apoio e troca cotidianos. A produção desta pesquisa não teria sido tão encantadora sem o encontro com Angela Andreopoulos e Luis Farcetta em minha vida. Minha jornada tampouco seria a mesma sem ter passado por tantos espaços coletivos de militância LGBT, seja no movimento estudantil da USP, no movimento social na cidade de São Paulo ou dentro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); por todas essas experiências, sou muito grato.

Minha família, como sempre, esteve ao meu lado em mais este projeto. A minha mãe e meu pai, Deise e Enio, agradeço por me proporcionarem, ao longo de toda a minha vida, tão somente a experiência do amor e da confiança de modo genuíno, integral e entusiasmado. Militantes trotskystas de longa data e estudiosos que são, há um bocado de anos, combinamos que leríamos em conjunto sobre sexualidade e gênero; de certa forma, esta pesquisa é um resultado deste percurso. A minha avó, Tania, de quem este trabalho tanto me roubou o tempo compartilhado, só resta amor e gratidão pelo privilégio de sua existência em minha vida; a minha irmã Xenya, agradeço por

todas as confidências, cumplicidades e semelhanças de um lugar tão seguramente nosso; a Daniel, agradeço pelo apoio, curiosidade e doçura de sempre; a minha irmã Kenya e minha tia Iná agradeço por todo o apoio e carinho.

Por fim, os três últimos agradecimentos.

Agradeço a Laerte Coutinho, pela generosa disponibilidade de participar desta pesquisa e pela delicadeza de oferecer sua casa para a realização de nossa entrevista.

Thais Tiriba acompanhou esta pesquisa do começo ao fim. O amadurecimento deste trabalho é, sob tantos aspectos, fruto desta relação. Obrigado por tanta cumplicidade, generosidade, carinho e inspiração – no trabalho e na vida.

Finalmente, agradeço a Suellen Barbosa. Por me proporcionar toda a segurança e excitação fabulosas que só a admiração presente, os sonhos desafiadores, a vulnerabilidade compartilhada e o olhar nu cotidiano sobre nós mesmos e a vida podem inspirar.

Dedico esta pesquisa às 318 pessoas vítimas de crimes de ódio em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual no ano de 2015.

(Fonte: Grupo Gay da Bahia)

RESUMO

No ano de 2010, a cartunista paulistana Laerte Coutinho assume publicamente um processo de identificação com o gênero feminino, já abordado em seu trabalho pelo menos desde 2005. A partir de então, uma profusão de conteúdos envolvendo Laerte passa a ser veiculada em diversas mídias, sob a forma de notícias, reportagens, colunas, entrevistas e debates. Inspirada pelos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia (Williams, 1977), esta pesquisa tem como objetivo investigar e entender o processo de construção de representações de gênero e sexualidade em jornais de grande circulação brasileiros e em mídias da internet a partir de conteúdos veiculados sobre Laerte, indagando sobre seus efeitos, bem como sobre temas e abordagens que a discussão sobre a trajetória de Laerte suscita.

Palavras-chave: gênero; mídia; Laerte; representação; transgeneridade

ABSTRACT

In 2010, the Brazilian cartoonist Laerte Coutinho publicly revealed a process of identification with the female gender, which could already be seen in her work at least since 2005. From that moment on, several contents involving Laerte have been distributed by the media, in the form of news, special reports, columns, interviews and debates. Inspired by the concepts of hegemony and counter-hegemony (Williams, 1977), this research aims to investigate and understand the process of making gender and sexuality representations both in Brazilian major newspapers and online media through the analysis of contents concerning Laerte, assuming as a goal to inquire about its possible effects as well as themes and approaches that the discussion on Laerte's personal life has raised.

Key-words: gender; media; Laerte; representation; transgender studies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

Hegemonia, contra-hegemonia, mídia e materialidade 17

Feminismo, representações de gênero, representações sobre o corpo 28

CAPÍTULO 1 – Uma mulher possível **35**

1. Em busca de Laerte Coutinho 36

2. Uma tarde com Laerte 46

2.1. Um percurso midiático 49

2.2. Afinal, uma humorista? 53

3. Indivíduo e história, indivíduo versus história 56

4. Conclusão 61

CAPÍTULO 2 - Um homem que "se veste de mulher" **63**

PARTE 1 - Norma versus desvio: uma representação atual 67

1.1. "Até heterossexuais" ou a quebra no sonho de simetria 73

PARTE 2 - Mídia e reconhecimento 79

2.1. Reconhecimento em Nancy Fraser 88

PARTE 3 - Representações na mídia, representações históricas 91

3.1. Laerte e o novo 94

3.2. Conclusão: o que é uma mulher? 99

CAPÍTULO 3 – Uma "mulher atual" **106**

1. Mergulhando na rede: Fluxo, Vaidapé e Candeia 107

2. Ganhando corpo, tomando forma: buscando a Laerte da rede 112

2.1. Visibilidade trans 119

3. Um mergulho um pouco mais profundo: as Blogueiras Feminista 126

3.1. Laerte, uma "mulher atual" 130

3.2. Em defesa de Laerte, em defesa de mulheres trans 134

4. Esfera pública: reformulações a partir de um conceito 139

5. Conclusão 146

CONCLUSÃO **148**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **150**

1. Conteúdos de mídia analisados 154

2. Referências de ilustrações 156

Nós nos mantemos em suspenso entre o corpo como uma massa de carne extraordinariamente frágil, sensível e passageira, que todos nós conhecemos bem – bem demais – e o corpo tão profundamente ligado aos significados culturais que não é acessível sem mediação. A distinção analítica entre sexo e gênero expressa essas alternativas e sempre foi precária.

Thomas Laqueur

INTRODUÇÃO

Laerte Coutinho, cartunista paulistana com mais de quatro décadas de trabalho reconhecido e contínuo no campo do humor, revelaria, em setembro de 2010, uma vivência *crossdresser* e um processo de identificação com o gênero feminino[1]. Primeira categoria: *crossdressing*. Do inglês *to cross*, cruzar, e *to dress*, vestir-se. *Crossdressing*: vestir-se com roupas e acessórios usualmente atribuídos ao sexo oposto ao sexo biológico determinado para uma pessoa no momento de seu nascimento[2]. À época, um aposto estaria lançado em boa parte da mídia: Laerte, a cartunista que "se veste de mulher". Nas páginas do jornal *Folha de São Paulo*, em novembro de 2010, chegariam a lhe perguntar: "Você está louco, Laerte?"[3]. Os anos subsequentes presenciariam uma profusão de conteúdos envolvendo a cartunista e sua "revelação" – notícias, reportagens, colunas abordando o tema, textos em blogs, entrevistas, debates, crônicas e afins. Segunda e terceira categorias: travesti? Transgênero? Com o passar do tempo, Laerte expressaria distintos entendimentos públicos acerca de sua experiência com o gênero[4], afirmando em ocasiões identificar-se como uma

[1] *Tenho vergonha de quase tudo que desenhei*. São Paulo: Revista Bravo!, 2010. A revista Bravo! foi extinta em 2013, mas é possível encontrar a entrevista de Laerte em: http://www.armandoantenore.com.br/entrevistas/laerte-tenho-vergonha-de-quase-tudo-que-desenhei. Acesso em: julho de 2016.

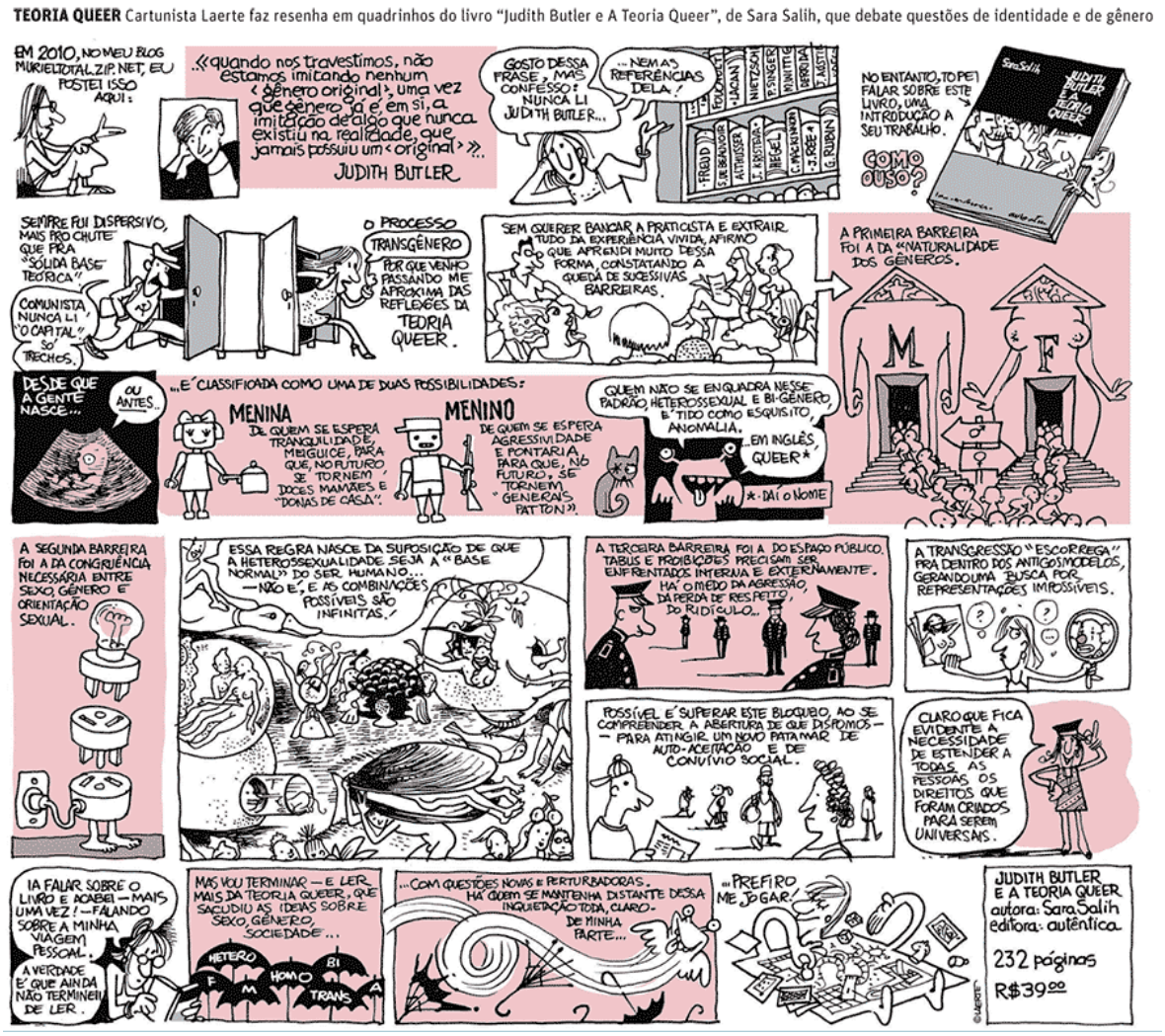
[2] Em geral, a prática ocorre de forma ocasional ou em espaços específicos. *Crossdressers* não costumam reivindicar integralmente uma identidade de gênero oposta àquela atribuída no momento do nascimento.

[3] O jornal *Folha de São Paulo* divulgaria uma entrevista com Laerte, em novembro de 2010, na qual o repórter Ivan Finotti associaria a "mudança do estilo de vida" da cartunista à possibilidade de Laerte "ter pirado". Na entrevista, a primeira pergunta feita a Laerte seria: "Você está louco, Laerte?". FINOTTI, Ivan. *Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher*. Publicado em: 04/11/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>. Acesso em: maio de 2015.

[4] Se opto por dizer gênero, em lugar de "gênero feminino", o faço para registrar que o percurso da cartunista não me parece referir-se exclusivamente a uma experiência generificada, mas, sobretudo, acredito, ao questionamento de relações de gênero de forma geral, as quais envolvem necessariamente repensar o binário de gênero masculino-feminino.

pessoa travesti[5] e, ao mesmo tempo, reivindicando uma identidade transgênero enquanto categoria passível de abarcar uma série de expressões de vivências e identidades opostas àquelas atribuídas ao sexo biológico de uma pessoa designado no momento de nascimento.

"Eu já cheguei a me imaginar como mulher, depois eu hoje não acho isso. Eu acho que eu sou transgênero, uma pessoa transgênero, e não exatamente uma mulher. Eu sou uma mulher possível, uma mulher social", diria Laerte na única entrevista que realizei com a cartunista, em uma tarde de maio de 2016. Três anos antes, na ocasião do lançamento do livro de Sara Salih, "Judith Butler e a Teoria Queer", Laerte seria convidada para fazer uma resenha, em formato tirinha, do livro da autora[6]. O resultado, tal qual sugere a frase acima, evidenciaria a proximidade entre Laerte, o entendimento de seu "processo transgênero" e premissas teóricas do campo de estudos convencionalmente chamado de Teoria Queer:



[5] Nesta pesquisa, opto por utilizar a expressão "pessoa travesti" como forma de expressar um posicionamento linguístico e político que reforce a humanização desta identidade e experiência.
[6] SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

Conforme podemos observar, Laerte retoma premissas básicas da obra de Butler (2000; 2005), como a desnaturalização da heterossexualidade compulsória e do pertencimento a um dos polos do binário de gênero masculino/feminino, a linearidade esperada entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual e constatações associadas a essas premissas e relacionadas a questões envolvendo espaço público, auto-aceitação, direitos e representações. Ainda que afirme não ser leitora de Butler, nesta tirinha é possível constatar que tanto a obra da autora quanto conceitos e paradigmas básicos da Teoria Queer fazem parte do arcabouço de referências de Laerte para compreender seu "processo transgênero" ou "viagem pessoal".

Neste momento, é preciso fazer uma ressalva (ou um alerta): se listo ou ordeno categorias, o faço como uma forma de provocação. Nas páginas que se seguem, menos do que buscar definições precisas para cada uma das categorias mencionadas acima, preocupei-me mais em compreender como Laerte as utiliza e, de modo semelhante, quais e como essas categorias são acionadas em representações na mídia envolvendo a cartunista. Não ignoro, entretanto, o peso de categorias na conformação de identidades – lembremos, por exemplo, dos discursos médico e jurídico - ou em dilemas cruciais para a prática política. Busco atentar, todavia, para o que Bruno Cesar Barbosa (2010), em sua pesquisa etnográfica acerca dos usos das categorias travesti e transexual por participantes das reuniões Terças Trans, organizadas pelo Centro de Referência em Diversidade (CDR) da cidade de São Paulo, define como "uma variedade de reelaborações e deslocamentos de sentidos nas trajetórias biográficas e na produção de identidades"[7]. Em sua etnografia, Barbosa ressalta a incapacidade de se compreender o uso de categorias como travesti e transexual unicamente por meio de aspectos relativos a gênero e sexualidade; para se compreender reelaborações e deslocamentos, é preciso avaliar "articulações contingentes que remetem a diferenças de classe, cor/raça e geração"[8]. Este me parece ser o caso para abordar as distintas maneiras como Laerte se identificou nos últimos anos, remetendo-as, obviamente, a diferentes posicionamentos em meio a disputas simbólicas e políticas subsumidas ao uso de categorias tais como *crossdresser*, travesti ou transgênero[9].

Nesta pesquisa, inspirado pelos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia na obra

---

[7] BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010, p.7. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-09032010-115929. Acesso em: 2016-09-21.

[8] Idem.

[9] Agradeço à antropóloga Thais Tiriba pela intensa interlocução ao longo de toda a produção desta pesquisa e pelos generosos comentários acerca do uso de categorias identitárias presentes neste trabalho.

de Raymond Williams (1977; 2011), meu objetivo é investigar e entender o processo de construção de representações de gênero e sexualidade em jornais de grande circulação brasileiros e em mídias da internet a partir de conteúdos veiculados sobre Laerte, indagando sobre seus efeitos, bem como sobre temas e abordagens que a discussão sobre a trajetória da cartunista suscita. Laerte, em sua relação com a mídia, ocupa diferentes posições de sujeito; se, por um lado, tem sido notícia sob a perspectiva de questões de gênero e sexualidade, por outro, goza de uma posição privilegiada ao produzir seu trabalho para diversas mídias, entre as quais se destaca, como sua colaboradora estável por décadas, o jornal *Folha de São Paulo*. No processo de explorar publicamente seus entendimentos e seu percurso às voltas com o gênero, a cartunista viria a se tornar referência como figura pública transgênero, associada à discussão sobre transgeneridade, travestilidade e questões de gênero.

Ainda que em pequena escala, ao longo desta pesquisa lancei mão do trabalho de Laerte de modo a propor um diálogo entre a obra da cartunista e reflexões sobre si mesma e sua trajetória, situações noticiadas em jornais de grande circulação ou debates e tópicos forjados em conteúdos veiculados por mídias da internet. Obviamente, trato Laerte como a cartunista afirma compreender-se hoje, ou seja, como uma mulher possível; em razão disto, a única forma para referir-se a Laerte adotada nesta pesquisa é o gênero feminino. A identidade transgênero é também referida, em muitas ocasiões ao longo da pesquisa, apenas por seu prefixo trans; a categoria cisgênero ou cis, remetendo a pessoas cuja identidade de gênero conforma-se com àquela atribuída em virtude do sexo biológico designado no momento de nascimento também é amplamente utilizada nesta pesquisa[10].

De forma semelhante, recorro aos conceitos de binário de gênero ou binarismo de gênero, utilizando-os para referir-me fundamentalmente à toda uma série de desdobramentos epistemológicos, históricos, culturais e sociais atrelados à crença em uma biologia do dimorfismo sexual que prevê a possibilidade de existência de apenas dois sexos bem conformados, masculino e feminino.

Antonio Candido (2001), em prefácio escrito para o livro de Sergio Miceli, "Intelectuais à brasileira", relembraria a importância de disponibilidade de "perspectiva temporal" para permitir "certo afastamento e, portanto, o olhar sem paixão" para sujeitos

[10] Gostaria de ressaltar o que acredito se consumar, ano após ano, em uma popularização desta categoria no campo dos estudos de gênero. Meu primeiro contato com a categoria cisgênero se deu por meio de experiências militantes em espaços organizados por movimentos sociais, como uma forma de ressaltar a não naturalização da conformidade entre sexo biológico atribuído no momento de nascimento e identidade de gênero.

escolhidos como objeto de estudo[11]. Aludindo aos interlocutores de pesquisa de Miceli, Candido reconheceria não gozar desta perspectiva, uma vez que se tratavam de seus contemporâneos:

> [...] eu não os vejo assim, porque me formei olhando-os na rua, nas fotografias de jornal, nas salas, no noticiário e na referência viva de terceiros. Tomei partido, julguei os seus atos em função dos meus, orientei os meus pelos deles. Portanto, não consigo vê-los de longe [...] (CANDIDO, 2001, p.72)

Assim me sinto em relação a Laerte. Em que pese este sentimento, no primeiro capítulo desta pesquisa, esforço-me para construir uma breve introdução à figura de Laerte, ressaltando aspectos como origem social, escolaridade, atividade política e trajetória profissional. Em seguida, descrevendo o diálogo de pouco mais de duas horas que tive com a cartunista em sua casa e, procurando enfatizar o período posterior a sua revelação pública de uma identificação com o gênero feminino, tento me aproximar da experiência social, política, cultural e intelectual de Laerte. Por fim, inspirado principalmente por trabalhos da área de pensamento social brasileiro, me aventuro a reunir elementos teóricos que acredito serem capazes de auxiliar a reflexão acerca da interação entre a cartunista, sua obra e o cenário da discussão pública sobre transgeneridade, travestilidade e questões de gênero. Construo esta introdução de modo a perpassar - em meio à apresentação do roteiro desta dissertação - reflexões teóricas e metodológicas basilares para a concretização desta pesquisa. Antes de apresentar propriamente os capítulos seguintes, nos dedicaremos a uma breve retomada de conceitos fundamentais para a análise cultural proposta por Raymond Williams, relacionando-os a estudos na área de mídia e antropologia. Por fim, nos dedicaremos a uma reflexão sobre feminismo, representações de gênero e representações sobre o corpo.

Hegemonia, contra-hegemonia, mídia e materialidade

> [...] é um erro, como um método geral, reduzir todas as iniciativas e contribuições políticas e culturais a termos de uma hegemonia. Esta é a consequência redutora do conceito radicalmente diferente de

[11] CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.72.

> ‘superestrutura’. As funções específicas ‘do hegemônico’, ‘do dominante’, têm de ser sempre enfatizadas, mas não de formas que sugiram alguma totalidade *a priori*. A parte mais interessante e difícil de qualquer análise cultural, em sociedades complexas, é aquela que busca compreender o hegemônico em seus processos ativos e formativos, mas também transformativos (WILLIAMS, 1977, p.113)

Processos ativos, processos formativos, processos transformativos. Caso desejássemos, poderíamos acrescentar ainda “processo social vivido” – sobram menções a esta expressão na íntegra do texto do qual o trecho em destaque foi extraído[12]. Não menos importante, encontram-se referências ao conceito de “experiência” e, sobretudo, a embasar análises e conceituações, à ideia de movimento. Estes são alguns dos conceitos e expressões recorrentes e essenciais para começar a adentrar o conjunto da obra do teórico galês Raymond Williams. No trecho destacado, evidencia-se a rejeição à relação metafórica entre base e superestrutura para a análise cultural ou para o entendimento do que é interpretado como culturalmente hegemônico – motivando tal rejeição está a caracterização e oposição a um determinismo reducionista intrínseco a esta relação, isto é, que pressuponha exclusivamente uma base determinante e uma superestrutura determinada. “Na formulação de Williams, apenas o sentido que vem da experiência social, de estabelecer limites e exercer pressões, deve ser retido”, pontua Maria Elisa Cevasco (2001), cujo trabalho dedicou-se, em grande parte, à obra de Williams[13]. A oposição ao que são considerados idealismos, visões teleológicas ou simplesmente *abstrações totalizantes* é enfaticamente reiterada em diversos dos trabalhos do autor[14]. É em virtude disto que, em lugar da ideia de determinação em seu conteúdo “previsto, prefigurado e controlado”[15] - a qual informaria a concepção clássica de determinismo nas ciências humanas e, em especial, no economicismo de algumas vertentes do marxismo - ganha destaque, ocupando papel proeminente na obra de Williams, o conceito gramsciano de hegemonia. É chegada a hora, pois, de uma explicação: esta pesquisa está para o conceito de hegemonia em Raymond Williams e seus desdobramentos tal qual uma coreografia está para quem a coreografa. A este conceito, suas origens, seus usos e abusos muito se deve; nesta introdução, o esforço

---

[12] WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977, p.113. Gostaria de registrar que todas as traduções presentes nesta dissertação foram feitas por mim unicamente para os fins desta pesquisa.

[13] CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.145.

[14] Para conferir um compilado dos principais ensaios do autor, ver: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

[15] WILLIAMS, Raymond. *Base e superestrutura na teoria marxista*. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.47.

não é outro senão o de esboçá-lo brevemente para, então, passar a demonstrações sobre os modos como minhas análises e inquietações buscaram inspiração na ideia de hegemonia presente na obra de Williams.

Bem, fundamental à apropriação do conceito de hegemonia em Antonio Gramsci proposta por Williams reside a ideia de movimento. Esta ênfase informa, de maneira dinâmica e contraditória, não apenas a compreensão do autor da relação entre cultura e sociedade, mas também o que o Williams compreende por relações materiais de produção, as quais incluem, como não poderia deixar de ser, a própria concepção de cultura do autor. A este último aspecto, isto é, à materialidade da cultura e os efeitos de tal pressuposto nesta pesquisa, retornaremos mais adiante. Por enquanto, o que gostaria de ressaltar é o fato de que, próprio do que é característico de organismos vivos e nunca de forma total ou exclusiva, uma hegemonia vivida é, de acordo com Williams, altamente complexa e de aspecto processual, podendo ser compreendida unicamente através da tentativa de se analisar a realidade. Em uma brilhante síntese do conceito, o autor ressalta, entre outros aspectos, a necessidade de recriação e de transformação contínuas para a sobrevivência de uma determinada hegemonia, assim como a existência de hegemonias alternativas e mesmo de contra-hegemonias:

> Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo percebido de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Na prática, isto é, uma hegemonia nunca pode ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, como pode ser observado em qualquer análise concreta. Além disto (e isto é crucial, nos lembrando o necessário cerne do conceito), uma hegemonia não existe apenas passivamente como uma forma de dominância. Uma hegemonia precisa continuamente ser renovada, recriada, defendida e modificada. Uma hegemonia é também continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não partem de si mesma. Temos então que acrescentar os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes de prática (WILLIAMS, 1977, p.113)

Caminhamos até aqui para evidenciar que os conceitos de hegemonia, de contra-hegemonia e de hegemonia alternativa em Williams e toda uma série de trabalhos (Abu-Lhugod, Ginsburg e Larkin, 2002; Almeida, 2013; Fraser, 1990; Ortner, 2007; Gupta e Ferguson, 1992; Hall, 1990) que buscaram inspiração nestes conceitos foram centrais para o desenvolvimento desta pesquisa. Em grande parte, essa centralidade se deve à

diferenciação estabelecida por Williams entre hegemonia e ideologia ou dominação - uma diferenciação que iluminou e guiou minha abordagem teórico-metodológica, seja para se refletir sobre mídias e a construção de representações de gênero e sexualidade, seja para investigar discursos sobre transgeneridade, cisgeneridade ou dimorfismo sexual. "Ideologia, em seus sentidos usuais, é um sistema relativamente formal e articulado de significados, valores e crenças, o qual pode ser abstraído como uma 'visão de mundo' ou uma 'perspectiva de classe'"[16]. Merece especial atenção nesta breve definição do conceito de ideologia o uso do particípio passado *abstraído*. A crítica fundamental de Williams ao uso do conceito de ideologia para a análise cultural verifica-se no que é compreendido pelo autor como um procedimento de abstração, de generalização ou de sistematização - o qual a definição do que é uma ideologia costuma geralmente envolver. Como consequência, sob a perspectiva do autor, acaba se perdendo na análise cultural o entendimento do *processo social vivido* como um todo, em sua complexidade e movimentação. Não se trata - e, neste sentido, Williams é absolutamente assertivo - de negar significados, valores, crenças e práticas hegemonicamente compartilhados e, portanto, dominantes; mas sim de substituir o caráter estático e estanque - e, portanto, pouco preciso - do conceito de ideologia. Seja ela qual for, uma hegemonia não pode a tudo dominar e um sistema de ideias que prevê sujeitos sem margem de ação e com consciências totalmente controladas ou vítimas de uma imposição[17] é, para Williams, uma abstração determinista. Sobre esta diferença fundamental entre ideologia e hegemonia na obra do autor, Cevasco me parece discorrer com precisão:

> Aí uma divergência crucial: a teoria da ideologia como uma estrutura inconsciente, como consciência falsa, pensa a subjetividade humana como passiva, estática e receptiva […] Essa descrição das pessoas no mundo é altamente antipática para o Williams ativista e oriundo da classe que iria fazer a revolução. O hegemônico, embora dominante, ativo, sempre em transformação, se expandindo e firmando através de processos de incorporação não pode, na visão socialista de Williams, encampar tudo (CEVASCO, 2001, p.150)

Feita estas caracterizações, é tempo de introduzirmos os dois últimos capítulos desta pesquisa, nos quais me debruço propriamente sobre representações de gênero e sexualidade envolvendo Laerte veiculadas por diferentes tipos de mídia. No segundo capítulo deste

[16] WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977, p.109.
[17] O uso da expressão "consciência imposta" é uma referência crítica de Williams a Louis Althusser e sua ideia de estrutura inconsciente imposta. Ver: idem, p. 109.

trabalho, optei por restringir minha análise a jornais de grande circulação brasileiros que distribuíram conteúdos relacionados à situação em que Laerte é proibida de entrar em um banheiro feminino de uma pizzaria em São Paulo, em janeiro de 2012. A escolha por semelhante recorte empírico não foi casual; pude perceber, tão cedo quanto comecei a mapear conteúdos veiculados sobre Laerte em diversos tipos de mídia de grande circulação e com estrutura empresarial sólida, que a situação de proibição do uso do banheiro feminino se destacaria nos mecanismos de busca de grandes jornais brasileiros. Ao longo da pesquisa, pude ter certeza de que este episódio foi altamente repercutido por esses jornais[18]. Diante disto, procurei, em primeiro lugar, vasculhar e examinar que tipos de representações sobre a transgeneridade e sobre Laerte estavam sendo construídas e postas em circulação. Optei então por construir meu capítulo a partir desta situação de proibição, identificando, em primeiro lugar, a recorrência do que compreendi como a oposição *norma versus desvio* a marcar esses conteúdos; em seguida, em diálogo com trabalhos de Avtar Brah (2006) e Nancy Fraser (2006; 2013), considerei útil indagar se há reconhecimento nesses jornais de grande circulação, para além da experiência individual de Laerte, da travestilidade e da transgeneridade enquanto expressões coletivas de experiências, modos de vida e identidades existentes em nosso país. Por fim, busquei também interpelar esses conteúdos de um ponto de vista mais amplo: as representações construídas sobre Laerte nessas mídias são, de fato, *novidade* em seu sentido histórico? Isto é, que relações seriam possíveis de serem traçadas tomando essas representações sobre Laerte, gênero e sexualidade enquanto parte de um determinado contexto histórico e enquanto construtoras de uma narrativa de qualidade propriamente histórica?

No terceiro capítulo desta pesquisa, dedico-me a investigar conteúdos relacionados a Laerte que foram veiculados na internet por portais, coletivos e grupos que se definem seja como "mídia alternativa" ou mídia "contra-hegemônica", seja por oposição ao que é entendido como o "modelo comercial de imprensa" ou a "mídia tradicional". Pensando a produção midiática de forma geral enquanto uma prática social e os conteúdos analisados enquanto produtos culturais, é interessante observar nessas mídias a interação entre o que é entendido como hegemonia(s) e o que é compreendido como contra-hegemônico. A interação entre essas definições, que pode acontecer de forma mediada ou por total oposição, atravessa todas essas mídias. Utilizando como exemplo a análise literária, Cevasco observa no trecho a seguir como o conceito de hegemonia é "mais funcional" para

[18] Gostaria de destacar também a grande semelhança entre os conteúdos repercutidos; muitos conteúdos eram, inclusive, reproduções de conteúdos já divulgados por grandes jornais ou agências de notícias.

a análise cultural do que o conceito de ideologia justamente por, entre outros motivos, salientar o caráter relacional e, por vezes, interconstitutivo dos conceitos de hegemonia e de contra-hegemonia:

> Trata-se de uma descrição mais funcional do que a de ideologia para quem pretende trabalhar com cultura. A descrição de 'ideologia' facilita a aplicação mecânica de elementos externos aos produtos de significação […] No caso da literatura, o movimento mais comum é de se mostrar nas obras os traços de algo que foi predefinido - por exemplo, a ideologia de uma época. Por esse ângulo, trata-se de mostrar como o externo se torna interno, no conteúdo (reflexo) ou na forma (homologia estrutural). Com isso se perde a dimensão da totalidade das práticas sociais - o quanto o externo e o interno se interconstituem - e também a dimensão da complexidade dessa interação que inclui sempre conflito e antagonismo (CEVASCO, 2001, p. 151)

O material empírico com o qual trabalho neste capítulo – três conteúdos audiovisuais distribuídos por diferentes coletivos de mídia e uma postagem de um blog feminista – me levou a tentar desvendar, sobretudo, três questões: primeiramente, claro, como gênero e sexualidade são representados por essas mídias? Para responder a esta pergunta, me vi às voltas com uma questão anterior: quais preconcepções caracterizam a atuação dessas mídias? Finalmente, buscando compreender o prestígio de que goza Laerte nessas mídias, que tipo de trajetória da cartunista é construída e enfatizada nesses conteúdos? Para dar cabo desta empreitada, considerei vantajoso retomar trabalhos que se debruçaram sobre o conceito de *esfera pública* e cujo empenho concentrou-se em problematizar e em propor reformulações a este conceito. Nesse sentido, categorias como *contra públicos competidores* e *contra públicos subalternos* (Fraser, 1990; 2013) ganham centralidade na análise que proponho.

A coletânea de artigos "Media Worlds: Anthropology on a New Terrain", organizada por Faye D. Ginsburg, Lila Abu-Lughod e Brian Larkin (2002), ainda em sua introdução, em um tópico sugestivamente nomeado "A vida social da tecnologia", convidaria leitoras e leitores a imaginar a expansão da concepção de etnografia de mídia para além de pesquisas antropológicas de recepção ou de análise de conteúdo[19]. De maneira estimulante, o incentivo à volta à reflexão sobre as "propriedades físicas e sensoriais das próprias tecnologias e a examinar a materialidade da comunicação entre as

[19] GINSBURG, Faye D.; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian. *Media Worlds – Anthropology on new terrain*. Berkeley: University of California Press, 2002, p.19.

culturas" seria lançado[20]. Mas o que significa semelhante sugestão? Antes de mais nada, para se entender a materialidade da comunicação - e, portanto, a *vida social* da tecnologia - Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin enfatizariam a necessidade de se dedicar concretamente também à compreensão da fisicalidade das mídias e de suas formas de mediação. Sintetizando a proposta em uma frase: "Cada novo meio impõe na sociedade novas relações com o corpo e com a percepção, o tempo e o espaço"[21].

Não me parece uma redundância exagerada ou desnecessária reforçarmos a aplicabilidade desta frase às novas tecnologias e às redes sociais, por exemplo; lembremos de alguns dos aplicativos mais populares baixados em *smartphones*, como o *Facebook* ou o *WhatsApp*. A concretude com a qual vivenciamos transformações diversas relacionadas a avanços tecnológicos na área das comunicações e seus impactos perceptíveis em nossa corporalidade e em nossa percepção de tempo e de espaço é estarrecedora. Pude testemunhar, ao longo dos quase três anos em que me dediquei a esta pesquisa - entre uma ideia começar a ganhar forma e uma pesquisa propriamente dita começar a brotar e ser finalizada - como percepções de tempo e de espaço são constantemente alteradas, por exemplo, por processos de intensificação na distribuição de conteúdos envolvendo gênero e sexualidade em redes sociais, notadamente em meu contato empírico com conteúdos distribuídos por mídias não-hegemônicas. Em que pesem uma série de fatores conjunturais e contextuais que de fato propiciaram uma crescente visibilidade a questões e discussões envolvendo gênero, transgeneridade, sexualidade e feminismo no Brasil nos últimos anos, pude constatar a importância de que, do ponto de vista da análise midiática em seu aspecto tecnológico e de mediação, a natureza da distribuição de conteúdos via redes sociais nos leve a reforçar a necessidade de se refletir sobre alterações em nossas percepções de tempo e de espaço. Ou, ainda sobre o mesmo tema, no que representam em "Media Worlds" palavras verdadeiramente desafiadoras para qualquer pesquisa que envolva mídia: "A limitação da etnografia ao conteúdo ou a sua recepção minimiza os meios pelos quais as tecnologias, por meio de suas próprias formas, impõem novas relações sociais"[22].

Em certa altura da entrevista que concedia ao portal virtual jornalístico *Fluxos*, a qual analiso no terceiro capítulo desta pesquisa, Laerte seria interpelada pelo jornalista Bruno Torturra quanto à frequência com que costuma gastar seu tempo no *Facebook*[23].

---

[20] Idem.
[21] Idem.
[22] Idem.
[23] Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

“Não é tanto o tempo que gasto”, ponderaria Laerte. “Mas a insistência com que eu volto a acionar aquilo. O modo como eu percebo que eu tô, assim, de alguma forma, flutuando no meu dia, nas minhas ideias, no ritmo de trabalho e - pimba! - abri o *Face*, vê o que tá rolando, se chegou email, se chegou não sei o quê…Fica sendo uma espécie de salva-vidas, uma tábua de salvação”.

“Como um cigarro?”, arriscaria Torturra.

“Como um cigarro…Uma coisa assim. E aí isso me preocupa”. Pausa para pensar. “À parte todos os problemas […] é muito legal, é muito legal. Tenho entrado em contato com coisas que eu jamais entraria”, avaliaria Laerte. Entre algumas dessas coisas, a cartunista encontraria as próprias possibilidades da prática de *crossdressing* e da transgeneridade. Mas não coloquemos a carroça na frente dos bois - da relação entre web e experiência trans nos ocuparemos propriamente no terceiro capítulo desta pesquisa. Oportuno agora é caracterizarmos a relação evidente entre a proposição de Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin sobre transformações tecnológicas e o forjar de relações sociais e o que Williams entende por *visão teórica* sobre os meios de comunicação.

Ao compreender a comunicação intrinsicamente ligada a “todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social” - o que arrisco tomar como uma proposição genuinamente antropológica - Williams assume como consequência uma perspectiva sobre os meios de comunicação que os concebe enquanto meios de produção[24]. Ora, tal afirmação não nos soa estranha; podemos compreendê-la dentro da crítica do autor ao determinismo implícito ao modelo metafórico de base e superestrutura para a análise cultural e à ênfase em seu trabalho em torno do aspecto material da cultura - proposições centrais do conjunto da obra do autor. De todo modo, o que nos interessa é salientar, a partir de tal perspectiva, a relação entre os meios de comunicação, o desenvolvimento histórico das capacidades produtivas e técnicas e as relações sociais gerais. Há acordo entre Williams e Ginsburd, Abu-Lughod e Larkin: o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação *produz* relações sociais. Vejamos o seguinte trecho:

> […] os meios de comunicação, tanto como produtos quanto como meios de produção, estão diretamente subordinados ao desenvolvimento histórico. Isso porque, primeiramente, os meios de comunicação têm uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica. E também é assim, em segundo lugar, porque os meios de comunicação,

[24] WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69.

> historicamente em transformação, possuem relações históricas variáveis com o complexo geral das forças produtivas e com as relações sociais gerais, que são por eles produzidas e que as forças produtivas gerais tanto produzem quanto reproduzem (WILLIAMS, 2011, pp. 69-70)

O aspecto produtivo dos meios de comunicação e das tecnologias de mídia em si, por seu caráter criador de relações sociais, merece destaque na introdução deste trabalho. Esta definição teórica obviamente tem consequências metodológicas. Ainda que sejam apontadas ao longo deste trabalho, de forma geral, semelhanças importantes entre os conteúdos distribuídos por todas as mídias analisadas nesta pesquisa, o arranjo dos capítulos que se segue, ora privilegiando a análise empírica de conteúdos distribuídos por mídias consideradas hegemônicas, ora voltando-se para conteúdos divulgados em mídias alternativas *online*, não foi escolhido à toa. Trata-se justamente de salientar que as diferenças na produção de representações envolvendo Laerte, a transgeneridade e questões de gênero e sexualidade, em seu sentido mais amplo, são ainda irreconciliáveis. E a adoção desta perspectiva teórica sobre as tecnologias de mídia e sobre os meios de comunicação não nos deixa vacilar em admitir as consequências concretas, em termos de manutenção e de produção de relações sociais, do que está contido nas representações veiculadas. À tal perspectiva se acrescenta o conceito de *marcadores sociais da diferença*. Tomando a marcação da diferença e as categorias associadas a gênero, sexualidade, cor/raça, entre outras, enquanto produtos culturais e históricos, geradores de sentidos semânticos e pragmáticos atrelados a pessoas, corpos e comportamentos, compreende-se estas categorias como passíveis de gerarem hierarquias e desigualdades sociais, conforme propõem Júlio Simões, Isadora Lins França e Marcio Macedo (2010)[25]. Desta forma, acredito ser possível investigar a relação entre marcadores da diferença entrelaçados e representações na mídia de modo a contribuir para o entendimento sobre os efeitos dessas classificações no processo de formação de sujeitos, de atribuições e apropriações de identidades e possibilidades de ação a partir disso.

Parece-me também relevante destacar brevemente nesta introdução a consolidação do olhar antropológico para a produção midiática enquanto uma prática social a ser investigada. Isto significa, primeiramente, localizar os estudos sobre mídia dentro de um

[25] SIMOES, Júlio Assis; FRANCA, Isadora Lins e MACEDO, Marcio. *Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo*. *Cad. Pagu* [online]. 2010, n.35 [cited 2016-09-17], pp.37-78. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-4449. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200003. Acesso em: setembro de 2016.

contexto mais amplo de transformações na disciplina antropológica, além de obviamente reconhecer, pelo menos desde a segunda metade do século XX, o crescente protagonismo, importância e penetração da mídia em sociedades ao redor do mundo. Conforme sugerem Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002), os estudos sobre mídia na antropologia passam a ganhar destaque em fins dos anos 80, notadamente em virtude de vigorosas discussões e reformulações críticas envolvendo pressupostos basilares da disciplina, entre os quais o trabalho de campo etnográfico, a autoridade etnográfica ou a "vitalidade do local"[26]. Encarar o fato de que "formas de mídia eletrônica foram penetrando sociedades então vistas como fora de seu alcance" tornou-se um imperativo da disciplina e "exotizar outros ou manter ficções de comunidades de diferença fechadas e intocadas" não mais uma opção viável quando a mídia passa necessariamente a ser incluída em uma análise antropológica[27].

Neste contexto, conforme também atesta esta pesquisa, é preciso salientar a influencia dos estudos culturais britânicos na consolidação dos estudos antropológicos sobre mídia. Utilizando-se do método etnográfico, os estudos culturais buscaram investigar o papel proeminente ocupado pelos meios de comunicação de massa para viabilizar "projetos contemporâneos de hegemonia cultural". Conforme pontuam Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin, nesses trabalhos à análise do consumo de mídia atrela-se à reflexão sobre formas ativas de reprodução, de alteração e de resistência a determinadas hegemonias culturais:

> Os estudos culturais britânicos exploraram a centralidade das mídias de massa para projetos contemporâneos de hegemonia cultural, focando-se no consumo de mídia como uma das inúmeras formas ativas de engajamento social por meio do qual essas hegemonias são reproduzidas, mas também alteradas e resistidas (Fiske 1987; Hall 1980, 1997) (GINSBURG, ABU-LUGHOD, LARKIN, 2002, p.4)

Stuart Hall (1993), um dos mais celebrados representantes desta área de estudos, qualificaria como "determinante" o momento em que uma mensagem de um conteúdo midiático é decodificada e passa a adentrar as práticas sociais[28]. Conceitos cunhados pelo autor, entre os quais *codificação* e *decodificação* e codificação *negociada* ou *opositora*, demonstraram-se altamente inspiradores para levar adiante a análise que proponho nesta

---

[26] GINSBURG, Faye D.; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian. *Media Worlds – Anthropology on new terrain*. Berkeley: University of California Press, 2002, p.3.
[27] Idem, p.24.
[28] HALL, Stuart. *Encoding, decoding*. In: The cultural studies reader. Org: DURING, Simon. Londres, Routledge, 1993, p.91.

pesquisa. Este é também o caso da definição de Hall sobre o que seria um "ponto de vista hegemônico" - a qual não poderia revelar-se mais oportuna para um trabalho sobre representações na mídia e transgeneridade[29]. Além de carregar consigo a estampa da "legitimidade", um ponto de vista hegemônico estaria ligado não apenas ao "inevitável" ou ao que é tomado como "certo" em uma determinada ordem social, mas justamente "coincidiria com o que é 'natural''. É a partir do diálogo com os estudos linguísticos que Hall torna evidente o fato de que qualquer forma de conhecimento discursivo é resultado da articulação da linguagem em condições e relações reais, sem qualquer possibilidade de representação transparente do real; deste modo, não há *grau zero* em linguagem e é necessário, portanto, atentar para práticas de naturalização de determinados códigos distribuídos pelas mídias. Conforme gostaria de sugerir nesta pesquisa, de variadas formas e sob diversos matizes, seja em mídias hegemônicas ou não hegemônicas, a discussão e o eventual questionamento da categoria *mulher* perpassa, por exemplo, exatamente uma reflexão sobre códigos naturalizados, tal qual propõe Hall.

Altamente estimulante é também a ideia de *trabalho* que informa a caracterização de Hall sobre o processo de se forjarem significados dominantes por meio da atividade midiática. Seguindo a trilha de Williams, seria justamente o trabalho envolvido no reforço, na necessidade de se ganhar plausibilidade ou legitimidade para uma determinada decodificação de um evento dentro de um conjunto de definições hegemônicas o que permitiria compreender a formação de significados dominantes[30]. Vejamos:

> Ao falar de significados dominantes, então, não estamos falando de um processo unilateral que rege a forma como todos os eventos serão significados. Eles se consistem do 'trabalho' necessário para reforçar, ganhar plausibilidade e identificar como legítima uma decodificação de um evento dentro do limite de definições dominantes em que este evento foi conotativamente significado (HALL, 1990, p. 99)

Ainda que discorrendo especificamente sobre rádio e televisão, Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002) retomam um elemento obviamente crucial para se refletir sobre a distribuição de significados dominantes, o qual diz respeito à definidora natureza do tipo de controle sobre os meios de comunicação em um determinado local ou país. A isto gostaria de acrescentar a necessidade de se refletir sobre a democratização do acesso a esses meios. Embora esta não seja uma discussão que esta pesquisa abarque, afinal nos concentraremos

[29] Idem, p.102.
[30] Idem, p.99.

fundamentalmente na análise de conteúdo de representações de gênero e sexualidade envolvendo Laerte, acredito ser pertinente apontar nesta introdução discussões como as que me esforço para apontar até então, uma vez que inevitavelmente temas como estes perpassaram todo o processo de formulação e de escrita desta pesquisa. No que concerne este trabalho em seu caráter de pesquisa antropológica que se dedica ao estudo dos meios de comunicação e da mídia, sobre o que se deseja refletir e também salientar ao longo das análises aqui propostas relaciona-se, por fim, fundamentalmente ao poder e às potencialidades da atividade midiática enquanto prática social. Nesse sentido e novamente de modo inspirador, acredito que Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin dificilmente poderiam obter maior precisão ao qualificar as mídias como "ferramentas poderosas", seja para a manutenção de hegemonias, seja para o desencadear de transformações sociais:

> A maioria das rádios e televisões tem sido controlada pelo Estado ou está nas mãos de profissionais da indústria de cultura que, como Stuart Hall (1980) argumentou, tendem a compartilhar os 'códigos dominantes' do Estado-nação. Censura e autocensura antecipada são as normas. Seja para criar lealdade, moldar acordos políticos, estimular o desenvolvimento nacional, 'modernizar', promover o planejamento familiar, ensinar a privatização e o *ethos* capitalista, fazer bons socialistas ou inocuamente entreter, meios de comunicação têm sido vistos como ferramentas poderosas para a hegemonia ou para a transformação social (GINSBURG, ABU-LUGHOD, LARKIN, 2002, pp.11-12)

Feminismo, representações de gênero, representações sobre o corpo

Teresa de Lauretis (1986), ao propor uma reflexão sobre o que caracterizaria como um dos "insights originais" do movimento de mulheres - *o pessoal é político* – esforça-se para salientar como o feminismo, enquanto discurso social e prática política, pode "contribuir para a experiência socialmente construída" de todas as mulheres[31]. Deslocando-o, entretanto, de qualquer aspecto essencial ou atávico ao nascer mulher biológico, a autora busca refletir sobre o impacto desta premissa política na configuração da subjetividade das mulheres e, de forma bela, no que qualifica como "possibilidades de existência". Referindo-se ao potencial do feminismo em corresponder à experiência de todas as mulheres, em que pese sua diversidade, a autora lista fatores em comum tais como:

[31] DE LAURETIS, Teresa de. *Feminist studies, critical studies*. Bloomington : Indiana University Press, 1986, p.5.

> […] configurações de subjetividade, padrões pelos quais são organizados conteúdos experienciais e emocionais, sentimentos, imagens e memórias para formar a auto-imagem de alguém, o sentido de si e dos outros, e nossas possibilidades de existência [...] se o feminismo não é uma consequência 'natural' de ser mulher (e, certamente, não o é), de qualquer modo pode contribuir, como um discurso social e uma prática política, para a 'experiência socialmente construída' das mulheres (DE LAURETIS, 1986, p.5)

Este trecho me parece absolutamente poderoso. Se o coloco em destaque nesta introdução, o faço em razão do feminismo – enquanto teoria e prática política – ter permanecido como fonte inesgotável de influência e de inspiração em meu trabalho acadêmico ao longo de toda esta pesquisa. Não apenas porque entendo o desenvolvimento dos estudos sobre transgeneridade na grande área dos estudos de gênero, ou mesmo o advento do que se convencionou chamar de Teoria Queer, como desdobramentos do feminismo - seja ele acadêmico, militante ou um misto de ambos - mas, sobretudo, por compreender também a experiência gay/queer, sob diversos aspectos, como permeada por reconfigurações e desafios pessoais, acadêmicos e políticos, elementarmente ligados ao feminismo[32]. Discorrendo sobre a configuração de uma consciência feminista, De Lauretis descreve-a, de modo semelhante à formação de uma consciência racial ou de uma consciência de classe, como o forjar de uma configuração particular da subjetividade ou de limites subjetivos, produzidos "na intersecção de significado com experiência"[33]. Assumir uma identidade, porém, estaria longe de representar um resultado acabado ou fixo a ser atingido; pelo contrário, estaria relacionado ao início de um processo de autoconsciência ininterrupto e, portanto, sujeito a mudanças. Desvelar este processo, de acordo com a autora, pressupõe compreender como o pessoal é político e como sujeitos são engendrados "especifica e materialmente em suas condições sociais e possibilidades de existência"[34]. Devo ao feminismo o valioso e longo estalar de uma consciência gay/queer, constantemente às voltas com sucessivas movimentações, contradições e dilemas, pessoais, acadêmicos e políticos.

Posicionando-se de modo favorável à eclosão de debates e divergências no interior dos feminismos, De Lauretis os relacionaria à capacidade de "sustentarem e alimentarem a

[32] Por experiência gay/queer gostaria de me referir à tensão permanente entre uma identidade reconhecida, atribuída e, por vezes, reivindicada estrategicamente e a crença e a luta por um horizonte livre de qualquer tipo de categorias de identidade relacionadas à gênero e sexualidade.
[33] Idem, p.14.
[34] Idem.

prática de autocrítica, ou melhor, de autoconsciência" enquanto condição necessária para que o feminismo permaneça uma "crítica política da sociedade"[35]. Afirmo isto para encarar, neste momento, uma pergunta que me parece incontornável no contexto brasileiro de hoje: é viável que uma pesquisa como esta, isto é, que envolva a transgeneridade, seja conduzida por um homem gay/queer cisgênero? A melhor resposta que pude encontrar para esta pergunta foi concedida pela ativista e pesquisadora transfeminista Hailey Kaas, durante o IV Seminário Enlaçando Sexualidades, ocorrido na cidade de Salvador, em maio de 2015.

À época, Kaas, integrando uma mesa sobre "Moralidades (trans)feministas, família e assistencialismo", afirmaria não se importar que pesquisadoras e pesquisadores falassem "de pessoas trans", mas sim que se propusessem a falar "por pessoas trans". A mudança de preposição passa longe de um mero detalhe: "falar de" significaria ampliar a voz de pessoas trans, já "falar por", significaria tomá-la. Obviamente, enquanto gay/queer, considero esta uma preocupação absolutamente legítima, afinal, tudo o que mais desejo é que, por exemplo, cada vez mais homens gays possam também produzir pesquisas sobre assuntos ligados a suas experiências. O lugar de protagonismo é, sim, inegociável. Deste modo, a forma como encaro esta pesquisa não poderia ser outra: sobretudo, como uma contribuição a se somar à crescente área dos estudos de gênero no Brasil.

Indagando-se sobre a real existência de uma metodologia de pesquisa feminista – e, finalmente, chegando à conclusão de que melhor seria pensarmos em termos de "abordagens feministas" – Sandra Harding (1987) incluiria como um dos pressupostos a caracterizar essas pesquisas a localização de quem pesquisa no mesmo patamar crítico de um determinado objeto de pesquisa[36]. Em lugar de um ser humano invisível ou de uma "voz de autoridade anônima", entraria em cena "um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos e específicos"[37]. Nesse sentido, a relação entre a autoria de uma pesquisa e ponderações envolvendo categorias como classe, raça, gênero, nacionalidade e cultura, entre outras, seria destacada como uma informação crucial a distinguir pesquisas feministas, justamente por introduzir um *elemento subjetivo* capaz de aumentar a objetividade de uma pesquisa ao se contrapor ao "objetivismo que esconde esse tipo de evidência do público"[38].

---

[35] Idem, p.8.
[36] HARDING, Sandra. *Feminism and methodology: social science issues*. Bloomington : Indiana University Press Milton Keynes [Buckinghamshire] : Open University Press, 1987, p.3.
[37] Idem, p.7.
[38] Idem, p.8.

Reconhecendo a existência de inúmeras maneiras de se apontar características distintivas relacionadas aos temas privilegiados pela análise social feminista, Harding chamaria atenção para o inseparável vínculo entre o tipo de investigação feminista e o exame crítico das fontes de poder social. "Se desejamos entender como nossa experiência diária acontece nas formas pelas quais acontece, faz sentido examinar criticamente as fontes de poder social"[39]. Como um jovem adulto gay/queer, branco, advindo das camadas médias da classe trabalhadora brasileira e tendo vivido minha adolescência no conservador extremo oeste do estado de São Paulo durante a primeira década dos anos 2000, a afirmação de Harding não poderia deixar de ressoar para mim de forma espetacular. É ao que considero um misto de minha experiência gay/queer em anos de militância e de seguidas experiências acadêmicas na área de gênero e de sexualidade que atribuo a origem das inquietações que me levaram a esta pesquisa.

Conforme se pode notar desde esta introdução, o contato com a Teoria Queer também foi crucial para esta pesquisa assumir os moldes que ora apresento. Larissa Pelúcio (2014) destacaria como no Brasil este campo de estudos caracterizou-se por um percurso primeiramente acadêmico e, evitando uma oposição entre filiações teóricas e posicionamentos políticos, a autora salientaria como a Teoria Queer em nosso país também ensejou potencialidades políticas dignas de uma "teoria de combate"[40]:

> Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos queer entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social. Evidentemente, esse percurso tem a ver com questões históricas, políticas e culturais que singularizam os saberes localmente. [...] Neste ponto é preciso ter cuidado para não reforçar dicotomias perigosas como aquelas que separam filiações teóricas de posições políticas. O pensamento queer foi desde seu início acadêmico em terras brasileiras eminentemente uma teoria de combate (PELÚCIO, 2014)

Concedendo mais elementos para compreendermos sua afirmação, Pelúcio relacionaria este campo de estudos ao esforço de desnaturalização de pressupostos hegemônicos ligados, entre outras possibilidades, a categorias de gênero e sexualidade, citando como exemplo o enfrentamento a processos sociais desumanizadores de seres

[39] Idem, p.9.
[40] PELÚCIO, Larissa. *Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil*?. Revista Periódicus, 2014. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150. Acesso em: fevereiro de 2016.

humanos – gostaria de ressaltar, neste sentido, a importância da categoria de abjeção para esta pesquisa, a qual acredito ter me fornecido o arcabouço analítico necessário para compreender como a cisnormatividade opera em meus materiais empíricos.

> Posso dizer que a teoria queer é para mim um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. Seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (PELÚCIO, 2014)

Ora, se nesta pesquisa debruço-me fundamentalmente sobre representações de gênero e sexualidade distribuídas em distintas mídias a partir de conteúdos envolvendo Laerte, é preciso reconhecer que este estudo também se reveste, de um ponto de vista geral e primordial, de uma investigação sobre o corpo humano – este "supremo objeto de representações", conforme nos sugere a oportuna definição de De Lauretis[41]. Como não poderia deixar de ser, sendo Laerte uma pessoa trans em nosso tempo e espaço, acredito que afirmar isto signifique reconhecer que, nesta pesquisa, a análise dos mecanismos de construção e de desconstrução da diferença sexual entre corpos considerados masculinos e corpos considerados femininos ocupa papel proeminente. Em fins dos anos 80, ainda que tivesse em mente exclusivamente mulheres cisgênero, De Lauretis seria bastante precisa ao reconhecer que, por trás de representações sobre mulheres, o que "está em jogo", sustentando e alicerçando essas representações sobre o corpo de mulheres, suas consequências e desdobramentos, é, na verdade, a definição naturalizada de diferença sexual. Tal constatação ganha contornos ainda mais óbvios caso desejássemos estabelecer um paralelo com Laerte. Ou seja, o que presenciaremos ao longo desta pesquisa é a disputa em torno do reconhecimento e legitimidade de existência e de direitos para um corpo transgênero que rompe em si mesmo o que se entende hegemonicamente por diferença sexual.

A obra de Butler (2000; 2005), ao esforçar-se para questionar o "caráter imutável do sexo", inauguraria um campo de possibilidades para uma série de trabalhos cuja perspectiva concentra-se em compreender a categoria de sexo biológico já como parte do gênero; longe

[41] DE LAURETIS, Teresa. *Feminist studies, critical studies*. Bloomington : Indiana University Press, 1986, p.12.

de um "domínio pré-discursivo" ou de uma "superfície politicamente neutra", a "natureza sexuada" dos corpos, divididos em polos opostos estruturados pelo par masculino/feminino, seria denunciada pela autora como um produto construído culturalmente:

> Se questionarmos o caráter imutável do sexo, veremos que isto que chamamos de 'sexo' é uma construção cultural do mesmo modo que o gênero; na realidade, talvez o sexo já seja em si mesmo gênero e, como consequência, não haveria mais verdadeira distinção entre os dois. [...] o gênero é também o conjunto de meios discursivos/culturais pelos quais a 'natureza sexuada' ou um 'sexo natural' é produzido e estabelecido em um domínio 'pré-discursivo', que precede a cultura, tal qual uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* intervém a cultura depois. (BUTLER, 2005, p.69)

Heloisa Buarque de Almeida (2013) discorreria com precisão sobre a naturalização da "diferença corporificada", em nossa sociedade, entre homens e mulheres - isto é, a diferença sexual - ao salientar o que qualifica como "uma interpretação social, cultural e histórica", vinculada à maneira como "as sociedades elaboram e constroem uma série de artefatos a partir dessa diferença corporificada"[42]:

> No sentido da teoria de gênero, os atributos considerados por nossa sociedade como de base sexual (masculinos ou femininos), não resultam da natureza dos corpos, ou da dicotomia sexual, mas constituem desdobramentos em termos de representações, normas sociais, comportamentos, leis e crenças que derivam de uma interpretação social, cultural e histórica a partir do imaginário da diferença sexual, e de formas resultantes de poder e hierarquia. A teoria inicialmente propõe o termo 'gênero' em substituição ao 'sexo', na medida em que este seria uma diferença natural ou biológica, ou seja, o dimorfismo sexual presente nos corpos. O termo 'gênero' permite enfatizar que a reflexão trata de como as sociedades elaboram e constroem uma série de artefatos a partir dessa diferença corporificada, e como muitas vezes elabora essa diferença como se fosse apenas uma diferença "natural" (ALMEIDA, 2012)

Dialogando com De Lauretis e, conforme exposto acima, a antropóloga enfatiza como o gênero "não é uma propriedade dos corpos que se dá *a priori*", mas sim fruto de uma série de tecnologias e aparatos - entre os quais, a mídia. De modo instigante para os

[42] ALMEIDA, Heloisa. *Identificações afetivas: telenovelas e as interpretações das audiências*. *Runa* [online]. 2013, vol.34, n.2, pp. 163-176. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282013000200003&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1851-9628. Acesso em: setembro de 2016.

propósitos desta pesquisa, Almeida evidenciaria, deste modo, como representações de gênero "são também sua própria constituição"[43]:

> [...] é possível tratar a mídia como uma "tecnologia do gênero", como propõe Teresa De Lauretis (1994). Em sua análise, a autora discute a mídia por analogia a Foucault como uma prática discursiva que produz efeitos sobre os corpos, comportamentos e relações sociais. "Gênero" não é uma propriedade dos corpos que se dá *a priori*, mas sob o efeito de várias tecnologias ou aparatos, produto e processo de diferentes tecnologias sociais e "de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana" (De Lauretis, 1994: 208). Sob esta perspectiva, as representações acerca do gênero são também sua própria constituição, que ocorre em vários campos da produção cultural e da experiência social (ALMEIDA, 2012)

Conforme sugerem os títulos dos capítulos desta pesquisa[44], se Laerte se compreende como uma "mulher possível", se mídias hegemônicas a tomaram por "um homem que se veste de mulher" e mídias da internet a classificaram como uma "mulher atual" ou uma mulher trans, acredito que ideias sobre a natureza sexuada dos corpos ou a diferença sexual são tanto fonte de dissenso em meu material empírico quanto, inegavelmente, um tópico em debate. Gostaria de concluir esta introdução com um convite-reflexão para adentrarmos a pesquisa propriamente dita: que outras representações sobre o corpo, afastadas de uma ideia de diferença sexual biologicamente inata, são possíveis? Corpo-construído, corpo-construção. São questões como esta que espero animarem o caminho por que seguiremos nas próximas páginas.

[43] Idem.

[44] Agradeço a minha orientadora, Heloisa Buarque de Almeida, pela oportuna sugestão do trio de títulos dos capítulos desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – Uma mulher possível

"E se você se compreender como uma mulher possível, suficiente, do jeito que você tá?", lançaria a questão Laerte, absorta em seus pensamentos, a mim e à minha orientadora, Heloísa Buarque de Almeida, enquanto a contemplávamos pacientes na sala de estar de sua casa, na pacata Vila Butantã, zona oeste de São Paulo[1]. A pergunta inicial, feita naquela tarde fria e chuvosa em meados de maio de 2016, procurava indagar à cartunista sobre sua percepção acerca do interesse midiático - materializado em uma incansável série de conteúdos distribuídos nos mais diversos tipos de mídia - em torno de sua figura e de sua identidade transgênero. Por que tanta procura por Laerte?

> Eu acho que a questão trans, ela é uma questão candente mesmo. Tá todo mundo ligado nisso e não é à toa, eu acho que ela é o que foi a discussão da homossexualidade há uns tempos atrás, a aceitação e a discussão da normalidade homossexual. [...] A trans, a pessoa transgênero hoje é o ponto, o nó. É a população mais fragilizada, é a população mais exposta, mais agredida...e é a grande interrogação também

Como se pode notar, Laerte associaria o interesse midiático por sua trajetória trans ao contexto histórico em que vivemos e ao que poderíamos sugerir tratar-se de transformações sociais, culturais e políticas ligadas à percepção e à compreensão da transgeneridade. À proporção da notoriedade e adensamento experimentados pela temática nos últimos anos, também se colocaria, como não poderia deixar de ser, um emaranhado de dúvidas e questões. Tal emaranhado estaria relacionado, basicamente, à toda a complexidade da discussão em torno de categorias identitárias. Explicando porque, em sua opinião, a transgeneridade é hoje uma "grande interrogação", Laerte caminharia em direção à pergunta com que iniciamos este capítulo:

> Porque é muito difícil as pessoas entenderem, as pessoas que não são trans - e mesmo as pessoas trans, se você quer saber - que elas não são veados ou lésbicas exacerbados, né...Mas é uma confusão bastante difundida inclusive dentro da população trans. Minha amiga Leticia Lantz, por exemplo, defende a ideia de que boa parte das operações de genitais, de cirurgias genitais, não precisaria ser feita se a pessoa não entrasse em pânico em relação à isso. Que bicho eu sou? Sou homem ou sou mulher?

[1] Esta foi a primeira e única entrevista que fiz com Laerte. Gostaria de ressaltar meu agradecimento à cartunista, que gentilmente se mostrou acessível para o desenvolvimento desta pesquisa.

> Então tenho que ter uma boceta, preciso construir um troço aqui. Precisa mesmo? E se você se compreender como uma mulher possível, suficiente, do jeito que você tá?

Conforme é possível observar, o entrelaçamento de identidade de gênero e sexualidade e a normatividade imperiosa do binário de gênero cisnormativo masculino/feminino, o qual comporta apenas duas identidades bem conformadas - *homem* e *mulher*, categorias cuja legitimidade se estrutura nos respectivos órgãos genitais de nascença - ganham centralidade, na avaliação de Laerte, para se compreender os contornos que a discussão pública sobre transgeneridade costuma assumir.

Sem mais delongas, convém, agora, colocarmos as cartas na mesa. Em setembro de 2010, em uma entrevista concedida à extinta revista Bravo!, do Grupo Abril, Laerte revelaria à imprensa, pela primeira vez, que passara a vestir roupas consideradas femininas e que frequentava um clube de *crossdresser*[2]. Quase seis anos mais tarde, a cartunista viria a se tornar referência nacional como figura pública transgênero, associada à discussão pública sobre transgeneridade, travestilidade e questões de gênero. Esta não é, todavia, uma pesquisa biográfica ou de trajetória sobre Laerte. Ainda assim, não seria possível, acredito, deixar de lado a trajetória da cartunista. Neste capítulo, portanto, busco construir uma breve introdução à figura de Laerte, ressaltando aspectos como origem social, escolaridade, atividade política e trajetória profissional. Em seguida, descrevendo o diálogo de pouco mais de duas horas que tive com a cartunista em sua casa e, procurando enfatizar o período em questão, tento me aproximar da experiência social, política, cultural e intelectual de Laerte. Por fim, inspirado principalmente por trabalhos da área de pensamento social brasileiro, me aventuro a reunir elementos teóricos que acredito serem capazes de auxiliar a reflexão acerca da interação entre a cartunista, sua obra e o cenário da discussão pública sobre transgeneridade, travestilidade e questões de gênero.

1. Em busca de Laerte Coutinho

> Bastam alguns segundos para reconhecer o cartunista na fisionomia de Maria de Lourdes de Freitas Coutinho, ou apenas dona Lila, como ela é chamada por todos. Em poucos minutos o interlocutor percebe que está

[2] *Tenho vergonha de quase tudo que desenhei*. São Paulo: Revista Bravo!, 2010. A revista Bravo! foi extinta em 2013, mas é possível encontrar a entrevista de Laerte em: http://www.armandoantenore.com.br/entrevistas/laerte-tenho-vergonha-de-quase-tudo-que-desenhei. Acesso em: julho de 2016.

> diante da mesma lepidez mental, das mesmas risadas inesperadas, do mesmo jeito do filho. A mãe de Laerte é uma senhora miudinha – de apenas 1,44 metro. Apesar da escoliose que lhe roubou 10 centímetros de altura, é serelepe e não aparenta ter seus 86 anos.
> Na terça-feira de Carnaval ela estava em casa com o marido, o geólogo aposentado pela USP José Moacyr Vianna Coutinho, à beira de completar 89 anos. Dona Lila se formou no antigo curso de história natural da USP, mas nunca exerceu a profissão. "No primeiro ano éramos vinte. No ano seguinte, seis mulheres e um carinha, que dizia 'Vocês são meu harém!'", recordou, soltando uma gargalhada gostosa.
> Os pais de Laerte completaram 64 anos de casados em fevereiro. Moram em Alto de Pinheiros, a poucas quadras da praça Panamericana, numa casa ampla, com jardim na frente, típica da classe média alta anterior à era dos muros ostensivos e dos condomínios fechados. Quando se mudaram para lá, por causa da USP, 54 anos atrás, a rua era de terra e quase não havia vizinhos. Foi onde Laerte viveu dos 7 aos 22 anos.
> "Fisicamente, ele é o filho que se parece comigo. Já fomos até mais parecidos. Algumas décadas atrás, as pessoas diziam 'Meu Deus'. Em gênio também. A gente era muito louquinho. De falar bobagem, dar risada. Os outros filhos tinham um pouco de ciúme", disse dona Lila, sentada no sofá da sala.
> Laerte é o segundo de quatro irmãos. Mauro, o mais velho, é engenheiro e mora em Itapecerica da Serra, na Grande São Paulo. Helena, ou Lena, como todos a chamam, é fotógrafa e mora nos Estados Unidos. Foi casada com João Santana, hoje o marqueteiro mais cobiçado da República, e, depois, com o compositor Raul Seixas.
> A irmã caçula de Laerte é Marília, temporã de 49 anos (dez a menos que Lena). Bióloga formada pela USP, começou a praticar levantamento de peso, o powerlifting, para combater um transtorno bipolar que a persegue há décadas. Tornou-se rapidamente uma atleta de elite e hoje detém o título mundial em uma das modalidades do esporte. Marília tem uma filha que cursa psicologia e mora na casa dos avós. (BARROS E SILVA, 2013)

Paulistana, nascida em uma família de classe média alta, habitante do Alto de Pinheiros, pais com ensino superior completo, irmão engenheiro, uma irmã fotógrafa e outra bióloga e levantadora de peso. O trecho acima, extraído de um perfil de Laerte publicado na revista *Piauí* em abril de 2013[3], nos fornece mais informações sobre a origem social de Laerte e a sua composição familiar, além de nos levar à constatação de um ponto em comum que parece interligar grande parte da história de vida da família Coutinho: a Universidade de São Paulo. Embora não tenha concluído o ensino superior, Laerte também

[3] BARROS E SILVA, Fernando. *Laerte em trânsito - Como vive, o que pensa e com quem anda a cartunista que decidiu ser mulher em caráter experimental*. Revista Piauí, Rio de Janeiro, n.79, abril de 2013. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/materia/laerte-em-transito/. Acesso em: agosto de 2016.

ingressaria na USP, nos cursos de jornalismo e música, da Escola de Comunicações e Artes (ECA), na década de 1970.

Antes da universidade, o antigo "ginásio", estudado no colégio Fernão Dias, localizado no bairro de Pinheiros, fora concluído em 1968. "O Fernão era uma escola pública e era difícil entrar lá. Era qualificada. [...] Por ser difícil, eu acho que a maior parte do alunato ali era de classe média branca. Não tinha um negro! Durante todo o meu curso ali, eu tive *um* colega negro. E que era hostilizado, chamavam-no de gorila. [...] Foda", revelaria Laerte. Atualmente a cartunista participa de uma página de ex-estudantes do colégio no *facebook*. Em 2015, o Fernão foi uma das escolas ocupadas por estudantes secundaristas em protesto contra o fechamento de escolas em São Paulo[4]. Laerte esteve na ocupação e, posteriormente, tentaria tocar no assunto com colegas do grupo do *facebook*: "A experiência do Fernão foi muito bonita, muito legal. [...] Alguns ex-alunos, que nem eu, que foram lá na ocupação, tentaram colocar o assunto e o mediador lá, a mediadora, falando: 'isso aqui não é uma página de politização e não sei quê'". O contato mais consistente de Laerte com o movimento estudantil e com colegas que militavam em partidos políticos ocorreria na ECA; no início da década de 1970, a cartunista entraria para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lá permaneceria militando por mais de uma década. Fundado em 1922, o PCB talvez tenha conhecido os anos mais duros de sua história justamente no período em que a cartunista esteve em suas fileiras. O jornalista e também professor da ECA Vladimir Herzog, membro do partido, seria torturado e assassinado pela ditadura civil-militar brasileira, em São Paulo, em outubro de 1975; o operário Manuel Fiel Filho, também do PCB, seria assassinado em circunstâncias semelhantes no ano seguinte. "Entre 1973 e 1975, um terço de seu Comitê Central foi assassinado pela repressão e milhares de militantes foram submetidos à tortura", relata o histórico *online* da organização, disponível no site do partido[5].

Não à toa, neste período e contexto, a produção artística de Laerte caracteriza-se por seu engajamento no combate à ditadura e por seu envolvimento com o movimento sindical brasileiro em ascensão. Entre as décadas de 1970 e 1980, Laerte publicaria trabalhos nas revistas *Banas*, *Balão*, *O Bicho* e *Pasquim*, no jornal *Gazeta Mercantil* e na OBORÉ,

---

[4] O colégio Fernão Dias foi a primeira escola pública da capital paulista a ser ocupada por estudantes secundaristas na onda de ocupações de escolas contra o projeto de reorganização escolar do governador Geraldo Alckmin (PSDB), o qual previa o fechamento de 90 escolas públicas em todo o Estado de São Paulo e o remanejamento de mais de 300 mil estudantes. O Fernão permaneceu ocupado por um total de 55 dias, de 10 de novembro de 2015 a 4 de janeiro de 2016.

[5] PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Breve histórico do PCB*. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf. Acesso em: agosto de 2016.

instituição voltada à comunicação popular e fundada também pela cartunista[6]. Os anos 1980 seriam marcados por um grande sucesso e por aqueles que talvez tenham se tornado os trabalhos mais conhecidos da cartunista. Esta é a década do surgimento dos *Piratas do Tietê*, lançados em uma revista autoral e publicados no jornal *Folha de São Paulo* por mais de 20 anos, e também do humor do trio paulistano formado por Laerte, Glauco e Angeli e as histórias de "Los 3 amigos". Maria Clara Carneiro (2014), cujo trabalho de pesquisa em Teoria Literária debruça-se sobre a metalinguagem em histórias em quadrinhos, qualificaria os anos 1970 como "a era dourada do quadrinho nacional"; já a década de 1980 teria ensejado "um sonho coletivo de um humor anárquico"[7]. Em "Da contracultura aos contraquadrinhos", contribuição escrita para o catálogo lançado na ocasião da celebração da 20ª edição do projeto Ocupação[8], do Itaú Cultural, a qual teve Laerte como artista homenageada, Carneiro proporia uma retomada, em perspectiva histórica, do trabalho da cartunista:

> Talvez os anos 1970 representem a era dourada do quadrinho nacional. Chegam à vida adulta os que liam gibi na infância e HQ na adolescência. Tempo de *O Pasquim*, *Balão*, OBORÉ e o quadrinho-arma. Talvez os anos 1980 sejam a era mais antropofágica, com Los 3 Amigos & cia. reinventando tudo em um sonho coletivo de um humor anárquico. É quando muito de seus personagens principais surgem. Hoje, em tempos pós-modernos, seus novos personagens e temas ainda dialogam com esse passado (CARNEIRO, 2014)

A seguir, as duas primeiras tiras ilustram a produção de Laerte voltada aos temas do mundo do trabalho e ao jornalismo sindical; em sequência, as duas tiras posteriores fazem parte das histórias dos "Piratas do Tietê"; por fim, as duas últimas tiras, da época de "Los 3 amigos", nos introduzem à infância e ao perfil deste trio. Conforme menciona Carneiro e em que pese a grande mutabilidade do trabalho da cartunista, é possível reconhecer traços

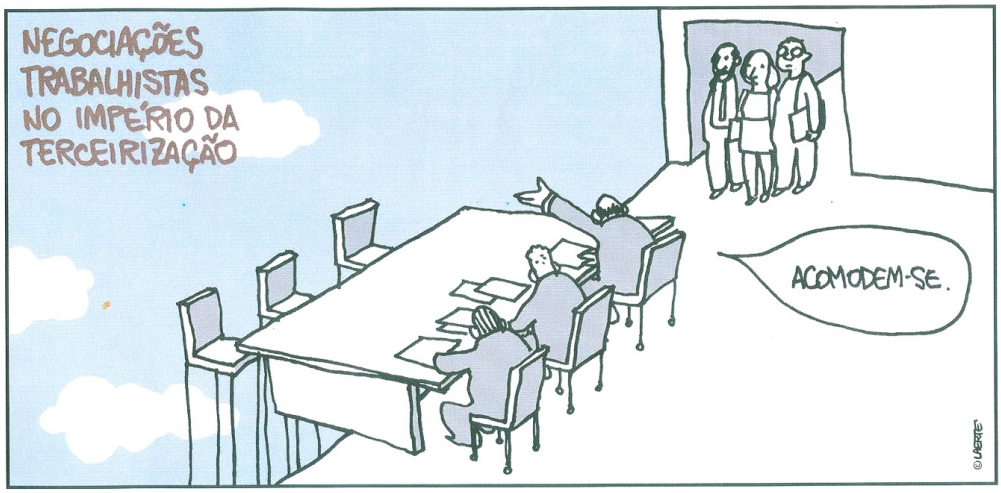
---

[6] A OBORÉ foi fundada em 1978 como uma cooperativa de jornalistas e artistas e atuou inicialmente de modo a "colaborar com os movimentos sociais e de trabalhadores urbanos na montagem de seus departamentos de imprensa e na produção de jornais, boletins, revistas, campanhas e planejamento de comunicação". Com o passar dos anos, a instituição voltou-se também a outras atividades, entre as quais a formação complementar de estudantes de jornalismo e de comunicadores populares. Ver mais em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/22_aobore_historico.asp. Acesso em: agosto de 2016.

[7] CARNEIRO, Maria Clara da Silva Ramos. *Da contracultura aos contraquadrinhos*. Disponível em: https://www.academia.edu/12381675/Da_contracultura_aos_contraquadrinhos, 2014. Acesso em: agosto de 2016.

[8] Criado como ferramenta de preservação da memória artística brasileira, na descrição oficial do projeto Ocupação, o Itaú Cultural lista como objetivo o "diálogo da nova geração de artistas com os criadores que os influenciaram". Ver mais em: http://sites.itaucultural.org.br/ocupacao/#!/pt/conheca-o-projeto/. Acesso em: agosto de 2016.

de continuidade temática nas diversas fases da carreira de Laerte. Questões de classe e temas relacionados a relações trabalhistas são recorrentes na obra da cartunista; acredito ser possível também encontrar, ainda que de formas bastante distintas de acordo com cada período, referências a questões de gênero e de sexualidade[9].



[9] Adentraremos uma discussão sobre humor, de forma mais consistente e a partir de reflexões de Laerte, adiante neste capítulo e também no capítulo 3. No que se refere ao trio "Los 3 amigos", é interessante notar, conforme evidencio no capítulo 3, que Laerte atualmente reconhece em seu alter ego Laertón já um início de seu envolvimento com a temática da transgeneridade.

PADRE, NÃO SEI O QUE ESTÁ ACONTECENDO COMIGO..
FALE, MEU FILHO.
...DE VEZ EM QUANDO SINTO-ME POSSUIDO.. ...POR... U-UM...
...PIRATA!
REZE DEZ PAI NOSSOS, DEZ AVE MARIAS E... E... E...
...E UMA GARRAFA DE RUM!!!

LA INFANCIA DE LOS 3 AMIGOS
LOS 3 AMIGOS, ORFANOS DE PADRE Y MADRE, PASSARAN LA INFANCIA EN LA FEBIEN. MAS TIVERAN MOMENTOS MUY FELICES BRINCANDO CON LOS COLEGUITAS.
FEBIEN
...UNO, DOS, TRES! QUEM NO SE ESCONDEU MORREU!!
ACHEI UNO ACÁ!
Y MAIS OTRO!!
Y OTRO!
ADÃO-ANGELI-GALICO-LIBERTE

Em sintonia com Carneiro, o jornalista Fernando de Barros e Silva (2013), autor do perfil de Laerte publicado na revista Piauí, enfatizaria a importância do trabalho de Laerte para o surgimento de um novo tipo de humor no país. Laerte, Glauco e Angeli são descritos como responsáveis por engendrar um "humor novo e escrachado, de traço sujo e vocação anarquizante" e reconhecidos por sua capacidade de expressar, em um contexto pós-ditadura, dilemas e conflitos da "cena underground paulistana", tomando de assalto a cidade e "seus tipos" para a reflexão[10]. Vejamos:

> Bem antes de se tornar a figura do universo transgênero de maior visibilidade no país, Laerte esteve na linha de frente de uma geração que mudou a cara dos quadrinhos, em meados dos anos 80. Na revista *Chiclete com Banana* e nas páginas da *Folha de S.Paulo*, ele foi responsável, ao lado de Angeli e Glauco (assassinado em 2010), pela criação de um humor novo e escrachado, de traço sujo e vocação anarquizante, cuja graça e força crítica estavam ancoradas no desajuste – social e comportamental – dos personagens que colocava em cena, e não em uma pauta política supostamente comum a todos.
> Rê Bordosa (Angeli), Geraldão (Glauco) e os Piratas do Tietê (Laerte) foram, entre tantas coisas, crias e expressões da ressaca democrática que

[10] BARROS E SILVA, Fernando. *Laerte em trânsito - Como vive, o que pensa e com quem anda a cartunista que decidiu ser mulher em caráter experimental*. Revista Piauí, Rio de Janeiro, n.79, abril de 2013. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/materia/laerte-em-transito/. Acesso em: agosto de 2016.

> se seguiu à barra da ditadura. Estavam enraizados na cena underground paulistana e participaram de um momento da cultura que elegeu a cidade subterrânea – imunda e inviável – como palco e problema. (BARROS E SILVA, 2013)

Como influência e inspiração para o trabalho de Laerte - "de linhas firmes, bem definidas e contínuas" - Carneiro destacaria cartunistas de sucesso ao longo do século XX, entre os quais o argentino Quino e o norte-americano E.C. Segar, assim como pioneiros dos desenhos animados e da profissionalização da ilustração de livros, como o norte-americano Winsor McCay e o francês Paul Gustave Doré, cujo trabalho iniciou-se ainda no século XIX:

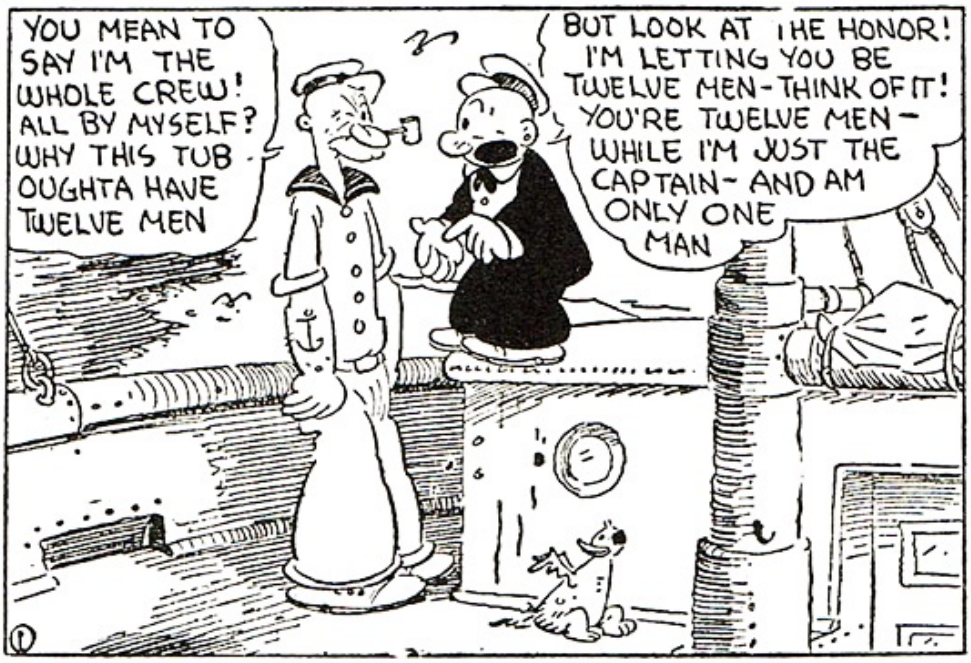
> Seu estilo é o de linhas firmes, bem definidas e contínuas. Linhas mais finas vão detalhar cenários, com a opção pela simplicidade e pela clareza. Das referências, o Popeye, de Segar; o Ken Parker, de Milazzo e Berardi; e os trabalhos de Quino, Watterson, Crumb, Tardi, Altan, Ziraldo (e por que não o pré-surrealismo de McCay, o experimentalismo de Doré). Da primeira geração em frente à TV, narrativas e imaginários televisivos são parte essencial de sua obra (CARNEIRO, 2014)

A seguir, vemos duas tiras da personagem Mafalda, de Quino, cujas histórias se notabilizaram pela temática de direitos humanos[11], adquirindo escala e reconhecimento internacional e sendo produzidas entre 1964 e 1973; depois, um quadrinho feito por Laerte na ocasião da comemoração dos 50 anos de criação de Mafalda e, por fim, uma charge de autoria de E.C. Segar com seu personagem mais popular, o marinheiro Popeye.

[11] É preciso observar, como atesta a segunda tira de Quino em destaque, que o cartunista já abordava questões de gênero em seu trabalho tão cedo quanto entre as décadas de 60 e 70.

MAMÁ, ¿VOS QUÉ FUTURO LE VES A ESE MOVIMIENTO POR LA LIBERACIÓN DE LA MUJER, NADA, OLVIDALO

FOI ELA. MERITÍSSIMO! – QUE ME LEVOU A TUDO ISTO!
..QUINO, MESTRE!
LAERTE


YOU MEAN TO SAY I'M THE WHOLE CREW! ALL BY MYSELF? WHY THIS TUB OUGHTA HAVE TWELVE MEN
BUT LOOK AT THE HONOR! I'M LETTING YOU BE TWELVE MEN - THINK OF IT! YOU'RE TWELVE MEN - WHILE I'M JUST THE CAPTAIN - AND AM ONLY ONE MAN

A experiência e as memórias de Laerte em sua infância com a televisão dariam origem à série de tiras *Laertevisão*, publicada em formato quadrado nas páginas da *Folha*. Posteriormente essas tiras seriam reunidas no livro "*Laertevisão* - coisas que não esqueci", publicado pela editora Conrad em 2007[12]. A parceria de Laerte com a *Folha* teria início nos anos 1980, permanecendo firme até o momento - este é, atualmente, o único trabalho fixo da cartunista. Nos anos 1990 Laerte seguiria publicando suas tiras e histórias curtas em inúmeras revistas; no começo dos anos 2000 a cartunista daria início a um lento processo de transformações em seu trabalho, aprofundando uma mudança de linguagem e enveredando-se por uma fase mais experimental e existencialista. Conforme veremos adiante, nesta fase a piada e a busca pelo riso já não são mais o objetivo primordial de Laerte.

Para quem acompanha a trajetória profissional da cartunista, transformações tendem a traduzirem-se em uma característica distintiva. Rafael Coutinho, filho de Laerte[13] e também cartunista, atuou como curador da Ocupação Laerte do Itaú Cultural. No texto curatorial de apresentação da exposição, Coutinho (2014) alertaria para este aspecto da trajetória de sua pai[14]: "O volume de trabalho produzido por (meu pai) Laerte reflete sua relação íntima de mais de 40 anos de vida, arte e desenho, assim como as transformações e desdobramentos de muitos Laertes nos diferentes contextos do país"[15]. De forma semelhante, André Conti (2014), editor da editora Companhia das Letras, evocaria a aparente facilidade – "uma capacidade natural", em suas palavras - com que Laerte adentra e explora seus anseios artísticos, desvelando sucessivamente novas facetas[16]:

> Não há artista tão difícil de definir, uma obra que tenha feito tanto em tão pouco espaço. Uma capacidade natural, que de fora aparece como sem esforço, de mudar os próprios rumos, de abandonar qualquer fórmula de

[12] O trabalho de Laerte foi reunido em uma série de livros, publicações e coletâneas ao longo de sua carreira. Entre os livros estão: "Muchacha", de 2010, publicado pela editora Companhia das Letras; "Carol", de 2010, publicado pela Editora Noovha América e Seteluas; "Piratas do Tietê - A Saga Completa", de 2007, e "Seis mãos bobas", de 2006, ambos lançados pela Devir Editora; este último é fruto de uma parceria com Glauco e Angeli.

[13] Laerte teve três filhos: Rafael, Laila e Diogo. Em 2004, seu filho Diogo faleceu depois de sofrer um acidente de carro.

[14] Conforme dito anteriormente, neste trabalho trato Laerte no feminino, tal qual a cartunista deseja. Entretanto, considerando também relações de paternidade que não mudam devido a uma transição de identidade de gênero, achei conveniente sugerir a seguinte provocação: se um pai não é sempre um homem, não seria adequado, no que se refere à escrita de uma pesquisa antropológica e à preocupação em preservar tanto relações de paternidade como autodeterminações de gênero, flexibilizarmos o gênero deste substantivo?

[15] COUTINHO, Rafael. *No labirinto do Minotauro*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2004.

[16] CONTI, André. *Artista sem auge*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2014.

> sucesso em prol de uma irrevogável vontade de fazer o que bem entende. (CONTI, 2013)

2. Uma tarde com Laerte

Paramos o carro. A chuva miúda e o vento gelado se misturam ao cheiro de um punhado de plantas e flores ao redor de uma única árvore de folhas fartas e caídas diante do portão de entrada da casa da cartunista. A memória talvez falhe e já não me recordo com exatidão se a árvore era mesmo única. O que importa é que, tocada a campainha, daquele jardim saiu Laerte, a nos guiar até sua sala de estar, vestida confortavelmente em um dia de frio do outono paulistano. Cabelos louros e despojadamente presos em uma espécie de coque; agasalho de lã e botas de frio protegidas com revestimento de pelos a circundar as pernas e sua calça *legging*. Já devidamente confortáveis em seu sofá, quando Laerte nos sugere a questão "E se você se compreender como uma mulher possível, suficiente, do jeito que você tá?", o que presenciamos é um tensionamento sobre a maneira como as categorias e vivências transgênero, travesti e transexual são compreendidas. As transformações sociais, culturais e políticas vivenciadas em nosso contexto histórico no que se refere à transgeneridade trazem questionamentos não apenas à categoria *mulher* ou à categoria *homem*, afinal; relacionais e históricas como são, não causa espanto que categoria alguma envolvendo gênero e sexualidade reste incólume sob algum pretenso manto de rigidez ou de atemporalidade. De todo modo, o que interessa ressaltar é que, no seio dessas transformações, contrapondo-se ao que Laerte sugere como a experiência de se perceber uma *mulher possível*, encontram-se cobranças ligadas a expectativas que regem normatividades existentes também nas vivências transgênero, travesti ou transexual. Respondendo a sua própria pergunta, Laerte retoma sua vivência com travestis e transexuais no movimento social para exemplificar essas normatividades:

> Mas isso [*se entender como uma mulher possível*] envolve cobranças. Envolve uma...ah sei lá, eu já fui cobrada porque eu não tenho peito, sabe. 'Ah e esse peito, quando você vai por?', sabe. Já ouvi isso de travesti, de transexual que tá no movimento aí, como forma de me diminuir. 'Você quer mesmo se colocar à nossa altura? Então cadê o peito?'. [...] Pessoas que se consideram mais qualificadas porque puseram mais silicone no corpo ou porque tomaram hormônios ou porque não sei o quê...Então a legitimidade passa a estar não no que você é, no modo como você vive,

> atua ou se compreende, passa a estar em objetos desse tipo. Implantes, não sei o quê, cirurgias…

Se é possível identificar uma continuidade na vida adulta da cartunista, ela se encontra em sua relação com movimentos sociais e a militância. Ao lado de um grupo de amigas – Leticia Lanz, Márcia Rocha e Maíte Schneider[17] – Laerte fundaria em 2012 a ABRAT – Associação Brasileira de Transgêneros[18]. A entidade busca reunir pessoas trans, familiares e profissionais com interesse pela temática da transgeneridade, atuando na defesa de direitos civis e de inclusão social para a população transgênero, além de fomentar conhecimento e a disseminação de informações sobre a transgeneridade por meio de suas atividades. Pensando mais especificamente a partir da circulação da obra de Laerte, que costuma ser muito bem recebida por diferentes segmentos das militâncias em defesa de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais, perguntei à cartunista que importância tinha a militância política em sua vida e em seu trabalho. Rememorando sua experiência política desde os tempos do PCB até seu envolvimento com as questões de gênero nos últimos anos, é emblemático constatar em sua resposta o sentido e a relevância que o ativismo político adquire na representação que Laerte constrói sobre si mesma:

> Ah, é uma coisa que eu sempre fiz, Tulio. Eu nunca deixei de militar, acho. Assim que eu peguei gostinho pela coisa, assim, isso foi lá em 72, 73, quando eu entrei na faculdade, eu conheci gente que era de partido, no caso o Partido Comunista, e me aliciaram [*risos*]. Me aaaaaliciaram [*mais risos*]. E eu fiz, eu trabalhei durante um bom tempo com o partidão. Uns 10, 12 anos. Depois eu entrei numas crises e achei que não era o caso e saí. Mas eu nunca deixei de fazer algum tipo de ativismo. Ou em relação a uma ideia de socialismo, ou em relação à dignidade profissional, fundei associações, fiz parte de movimentos profissionais também e hoje eu tô nessa coisa de gênero também. Então, a diferença que eu acho é que eu tô lidando com uma questão que é intimamente minha [...] Eu tô pensando em direitos e questões que já estão na mesa e nas ruas. Eu faço parte delas. Então, tem uma questão social também. Tem uma visão do que é possível, mas...é diferente hoje. Eu tô lidando com uma coisa que é real já, não é algo que vai acontecer, né. E pra mim é importante.

[17] Leticia Lanz é psicanalista e economista, Márcia Rocha é advogada e empresária e Maite Schneider é atriz. Todas atuam há longa data no campo do ativismo em defesa dos direitos humanos e da população transgênero; Lanz e Schneider vivem em Curitiba, onde se localiza a sede da ABRAT. Ao longo de nossa conversa, Laerte citaria Lanz em três ocasiões. Assim com a cartunista, Lanz revelou publicamente sua identidade transgênero depois dos 50 anos, já com filhos e casada com uma mulher cisgênero.

[18] Quando esta pesquisa foi concluída, em setembro de 2016, a navegação no site da ABRAT encontrava-se indisponível pois o site estava fora do ar.

Em seu trabalho, é possível notar que, além de manter relações e circular por espaços de militância ligados a movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, Laerte acompanha com dedicação os acontecimentos da cena política nacional e seus desdobramentos pormenorizados em boa parte dos partidos políticos brasileiros. Em pouco mais de duas horas de conversa, a cartunista fez menção a situações políticas envolvendo PT (Partido dos Trabalhadores), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e PP (Partido Progressista). A primeira vez que encontrei Laerte pessoalmente foi no início de 2014. Havia acabado de entrar no mestrado em antropologia social na USP e militava organicamente no PSOL quando fui convidado para participar de uma atividade na Escola da Vila, na Vila Sonia, em São Paulo, na ocasião de uma semana de combate ao machismo organizada pelo grêmio de estudantes do ensino médio. Quem estaria ao meu lado participando da atividade? Laerte! Relembrando este primeiro encontro, pergunto a Laerte sobre a sua impressão acerca de como as esquerdas, partidárias ou não, estão incorporando a militância em torno das questões de gênero e sexualidade. Com seu jeito habitual de interpelar com perspicácia quem a entreviste, a cartunista adverte-me com uma ressalva: as bandeiras em torno das questões de gênero e de sexualidade não estão sendo incorporadas apenas pela esquerda.

> Os partidos, de um modo geral, não é só as esquerdas, o PP...O Thammy, filho da Gretchen, entrou no PP. [...] Mas é interessante que ele foi acolhido lá e conseguiu fundar o PP diversidade, foi hostilizado pelo filho do Bolsonaro, por todo mundo, mas manteve o negócio. Existe, o PP diversidade. Com todas as críticas que você possa fazer, eu acho que é um movimento muito interessante...e eu acho que muito eloquente do que tá se passando, né? Quer dizer, pelo menos as forças sociais estão reconhecendo a existência do tema; que estejam fazendo movimentos fecundos para modificar a situação é outro caso

Ao longo de toda nossa conversa, Laerte nos daria mostras de sua sagacidade em oferecer, de modo bastante espontâneo, caracterizações políticas. Embora a cartunista avalie que a luta política em torno de questões de gênero e sexualidade venha, cada vez mais, se consolidando como uma pauta estratégica na agenda da política partidária brasileira, com auto-organização de ativistas LGBT aos moldes dos agrupamentos de mulheres e, obviamente, sob variados matizes ideológicas, Laerte se mostrou apreensiva em relação ao real comprometimento dos partidos com a diversidade de gênero e sexualidade.

Pouco depois e, ainda sob o efeito da caracterização política exposta no trecho em destaque, a cartunista me surpreenderia remetendo-se mais uma vez a sua experiência política no PCB, entre as décadas de 70 e 80. Laerte argumentava sobre o que absorvi como um misto de apreensão e desconfiança quanto à profundidade do comprometimento, neste caso, das organizações políticas de esquerda, com a diversidade de gênero e de sexualidade. Referindo-se aos impactos da ascensão stalinista na antiga União Soviética e ao consequente desmantelamento de conquistas pioneiras forjadas pós-revolução[19], Laerte relataria, com espanto, a demora com que presenciou o surgimento dos agrupamentos de mulheres nos partidos de esquerda no Brasil e o que qualificou como o esquecimento da história anterior a Stalin:

> Os partidos de esquerda, naquela época, o Partido Comunista, o PC do B, os trotskystas, começaram a finalmente [...] ter núcleos de mulheres e tudo. [...] É espantoso como as pessoas são duras com isso e esquecem a história. Esquecem o que se passou na Revolução Russa, onde tinha feministas, tinha gays ali no contexto de 1917 na Rússia. Existia uma posição revolucionária em relação à homossexualidade que, tá, não era uma maravilha de consciência e lucidez, mas era de uma tolerância que foi limada totalmente pelo Stálin, né? Daí virou pecado, fodeu!

2.1. Um percurso midiático

Quase tão longa quanto a experiência política da cartunista tem sido a experiência profissional (artística e intelectual) e social de Laerte com a mídia. Arrisquei perguntar à cartunista qual impacto ou especificidade o fato de já ser conhecida publicamente como uma pessoa cisgênero e hétero trouxe, de modo geral, para sua vida. Menos do que avaliar impactos ou especificidades, Laerte reage à minha questão enfatizando a intensidade do alívio sentido depois de revelar publicamente, em primeiro lugar, seu desejo por homens. Caso teimássemos em pensar em termos de impactos, o que parece de fato ter impactado a obra e a vida da cartunista foi a desconstrução da imagem pública de Laerte conhecida até então. Reconhecer seu desejo por homens teria ensejado uma liberdade criativa que marcaria o início de seus trabalhos debruçando-se de forma sistemática sobre o tema da

[19] Sobre este tema, ver: HEALEY, Dan. *Homosexual Desire in Revolutionary Russia: The Regulation of Sexual and Gender Dissent*. Chicago: University of Chicago Press, 2001; GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução.* São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

transgeneridade - anos antes de vir a se compreender como uma pessoa transgênero. "Eu mando meu trabalho na frente", revelaria, timidamente, Laerte. Avaliação semelhante faria Conti (2014) no catálogo da Ocupação Laerte: "[*Laerte está*] perpetuamente um passo adiante de si, como se estivesse tentando alcançar algo que ele mesmo teima em adiar"[20]. Vejamos esta passagem da nossa conversa:

> - É engraçado, quando eu conto da minha pesquisa nos espaços, na antropologia, ou em alguns outros lugares, as pessoas sempre falam 'ah, mas toma cuidado, assim, pra você pensar nas especificidades da trajetória do Laerte na mídia' e tal. E aí o que eu fiquei pensando de te perguntar é, como você me disse, quando você revelou publicamente que você estava participando do *crossdressing* - primeiro você falou isso - você já era conhecido publicamente como uma pessoa cis e…
> - Hétero.
> - Ou como hétero ou como bi, não sei, mas as pessoas já conheciam algo sobre você.
> - Que eu era bi, eu tinha me declarado publicamente numa entrevista pra *Caros Amigos*, em 2004 ou 2003. Em 2003.
> - [...] O que eu queria te perguntar era isso: na sua opinião, que especificidade ou impacto o fato de você já ser uma pessoa conhecida como cis e como hétero trouxe pra você?
> - Pra mim? Pra minha vida?
> - É.
> - Bom, eu já me reconhecia como bi pelo menos, quer dizer, a parte do meu desejo que envolvia homens, bom, conhecida desde sempre, desde os 17 anos, mas eu não aceitava. Então eu resolvi aceitar e fazer um esforço pra conviver com isso e de...eu ter isso em mim de maneira mais tranquila, em 1998, 1999, na virada do século. Isso eu acabei deixando claro naquela entrevista em 2003, mas isso eu já tinha aceitado, tanto é que o motivo da minha última separação de casamento foi esse, foi essa questão sexual, de orientação. E eu não passei a transar só com homens, eu também tive namoradas […] Publicamente eu só tinha namoradas, mas não namorados. O fato é que mesmo assim isso representou um alívio pra mim muito grande. Reconhecer que eu não precisava esconder, né, a minha homossexualidade...Parte de mim homossexual. Eu acho que isso que me deixou à vontade pra começar a expressar a transgeneridade, principalmente através do desenho, principalmente nas minhas histórias...Que é o meu jeito de ser, ué. [*risos*] Eu mando meu trabalho na frente.

A experiência de Laerte com as mídias ao longo de sua carreira imbrica-se, nos últimos anos, com a experiência transgênero da cartunista e seu trilhar explorador às voltas

[20] CONTI, André. *Artista sem auge*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2014.

com o gênero. Se é possível e, de fato, me parece adequado, pensarmos em termos de um *percurso* em sua vivência trans, não podemos separá-lo, no caso de Laerte, da ideia de um percurso também midiático, propiciado por sua condição social de artista e intelectual bem-sucedida. Este percurso pessoal e midiático de vivência, entendimento e discussão de gênero nos informa sobre rupturas e continuidades na trajetória da cartunista. Laerte segue em sua *deriva personológica*, tal qual nos sugere Néstor Perlongher (2008), isto é, passando por distintas rotulações e auto representações sobre si mesma[21]; de todo modo, não seria possível deixar de identificar a singularidade com que a cartunista navega por seus anseios, explicitando-os e desbravando-os de forma crua enquanto prossegue compartilhando seu próprio caminhar. Acredito que aí resida certo encantamento gerado pela trajetória pública de Laerte: tal qual uma "investigadora", para usar seus próprios termos, a cartunista segue "discutindo" e mudando seus pontos de vista sobre sua experiência trans publicamente, produzindo sua obra de modo a desvelar inflexões causadas por suas vivências e a semear convites para, quem sabe, experiências futuras - tudo isso a despeito do que, eventualmente, sua posição de artística e intelectual reconhecida anteriormente enquanto homem cis pudesse sugerir.

Mas não nos enganemos. Não se trata apenas de compartilhar publicamente mudanças e transformações em seu entendimento e vivência da transgeneridade. Conforme Laerte ressaltou em nossa conversa e, de modo a dialogar com a perspectiva de Williams (1977) e de Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002), a qual concebe os meios de comunicação como produtores de relações sociais, isto é, produtores de materialidade, a interação de Laerte com a mídia e com conteúdos sobre si mesma não é apenas unilateral, isto é, de sentido exclusivamente baseado em um compartilhamento de experiências por parte da cartunista. O que desejo salientar neste momento é como a própria percepção da cartunista sobre si mesma e sobre seu percurso se relaciona e sofre influência de conteúdos veiculados na mídia. Na medida em que Laerte se reporta espontaneamente à mídia, ao repetir, seguidas vezes em nossa conversa, "fiquei sabendo de mim mesma pela imprensa" - desejando com isto se referir a categorizações veiculadas na mídia envolvendo gênero e sexualidade relacionadas a sua pessoa - e, ao ressaltar a importância das entrevistas que concedeu para o processo de elaboração de suas vivências, acredito que possamos nos dar conta do caráter *retroalimentar* ou *auto constitutivo* de sua relação com a mídia. Veículos midiáticos procuram Laerte e abordam seu processo de transição para o gênero feminino ou

[21] PERLONGHER, Nelson. *O negócio do michê – Prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.193.

a transgeneridade em si; ao mesmo tempo, a cartunista constrói sua subjetividade trans também no processo de *revelar-se* nessas interações com a mídia – bem como posteriormente, quando encontra-se às voltas com conteúdos sobre si mesma[22]. Ao compartilhar seu percurso trans publicamente, é como se os conteúdos midiáticos "co-atuassem" de modo sistemático na produção de sentidos subjetivos para Laerte, agindo na decantação e cristalização provisória de seu processo em andamento. Vejamos a seguinte passagem, em que Laerte narra a sua aceitação e revelação pública da transgeneridade:

> - Tratou-se de um alívio dois, que é começar a aceitar que a travestilidade não era uma coisa que eu precisava deixar só dentro das minhas histórias, dos meus desenhos, que eu podia fazer isso e...Isso foi muito encantador, foi muito legal. Por vários motivos eu demorei um certo tempo até também resolver fazer isso publicamente, né...E quando eu resolvi fazer isso publicamente eu vi que eu não precisava mais de nenhuma expressão masculina porque eu não tinha mais vontade de me expressar masculinamente. [...] Foram esses pequenos passos, dados dessa forma, desta forma gradual, em geral precedidos por uma declaração, quer dizer, fiquei sabendo disso pela imprensa [*risos*] Fiquei sabendo de mim mesma pela imprensa, sabe. Meio isso mesmo, fiquei sabendo de mim mesma pelo que eu fazia, então tem essas extensões da gente, assim, que são o trabalho, as falas, os discursos.
> - Entendi. Mas é interessante isso. Você diz que ao mesmo tempo que você falava, ou falavam alguma coisa de você, aquilo também servia como...
> - É, pois é! Daí porque as entrevistas foram muito importantes pra mim. Eu sempre vi essas entrevistas que a mídia me pedia não como momentos de eu subir numa tribuna e fazer uma declaração contando como é [...] Eu me via assim como eu me vejo hoje, não uma cagadora de regras, alguém que explica como que é, como que são as coisas, mas também uma investigadora, eu também tô discutindo e também tô mudando os meus pontos de vista gradualmente. Desde que eu comecei a ser, a viver como pessoa transgênero, eu já pensei de diversas formas a transgeneridade. Eu já cheguei a me imaginar como mulher, depois eu hoje não acho isso. Eu acho que eu sou transgênero, uma pessoa transgênero, e não exatamente uma mulher. Eu sou uma mulher possível, uma mulher social.

Dentre inúmeras possibilidades interpretativas, o trecho acima nos convida à reflexão acerca do alcance e impacto de representações veiculadas na mídia, nos remetendo a questões de poder que escapam à trajetória de Laerte. Entretanto, interessante e imprescindível é também levar em consideração, do ponto de vista da obra da cartunista, o espaço que Laerte detém em uma dessas mídias. Trata-se do jornal *Folha de São Paulo*.

[22] Utilizo a expressão "revelar-se" visando salientar o processo de conformação de uma subjetividade provisória em um dado momento e não de modo a remeter a uma ideia de "verdade interior" ou a qualquer tipo de essencialismo.

Comentei com a cartunista que a impressão de quem observa suas tiras e histórias no jornal é a de que Laerte possui uma boa dose de liberdade de criação; a cartunista reagiu positivamente. "A *Folha* me deixa realmente à vontade", disse-me. Com base nas conclusões de pesquisa a que chego no segundo capítulo desta pesquisa, no qual me debruço sobre jornais brasileiros de grande circulação, digo a Laerte que encontrei também na *Folha* abordagens ainda superficiais e estigmatizantes da transgeneridade e da luta por direitos sociais para pessoas trans. Como Laerte compreende, então, este espaço que mantém por décadas e que é, agora, também um espaço de reflexão sobre a transgeneridade? Em primeiro lugar, a cartunista faz uma diferenciação entre o que entende por um discurso político mais evidente e a "naturalidade" de seu "gesto", a qual permitiria preservar a espontaneidade de seu trabalho criativo ao mesmo tempo em que lhe auxiliaria a compreender, de forma mais orgânica, a sua experiência com a transgeneridade em si:

> Eu não uso o meu espaço na *Folha* pra fazer um discurso. Eu não uso de forma sistemática, evidentemente eu coloco a coisa da transgeneridade de muitas formas, até quando eu me auto represento nas histórias, nas tiras; eu não sou mais um homem de barba, de chapéu, de coisas assim...Eu sou uma figura feminina, né? Eu já me desenhei nua também, com pênis e peito e tudo, então eu faço essas coisas, mas eu não tento fazer dali um momento de propaganda, sabe? Primeiro porque isso não me agrada, eu acho que endurece o meu trabalho. Segundo porque me ajuda também...Quer dizer, fazer da forma como eu faço me ajuda a compreender a naturalidade do meu gesto também. O que é a transgeneridade? Não é uma atitude partidária que eu tô tomando, é uma coisa que nasce em mim e vai em frente, assim, como uma parte legítima de mim mesma. Agora, quando essa transgeneridade vira uma questão, uma questão social, de debate, de conflito e tal, eu uso, aí eu subo nas tamancas, faço uma coisa mais panfletária e tal e tudo, mas não é a minha área preferida não. Não é a minha área preferida. Então de um modo geral eu continuo sendo a Laerte que era o Laerte. Mas meu trabalho também mudou muito por outros motivos.

2.2. Afinal, uma humorista?[23]

Este tipo de tensão entre a experiência profissional de Laerte e sua experiência política permeia não apenas sua percepção e auto representação sobre seu trabalho, mas

[23] Para continuar a discussão sobre humor e produção de humor, ver também o capítulo 3 desta dissertação, na página 115.

também sua reflexão sobre o humorismo de um modo geral. Em certa altura da nossa conversa, Laerte passou a explicar porque "acha difícil" se considerar uma humorista e compartilhou anos de reflexão que a levaram a por em cheque o humorismo "como expressão artística" que buscava. "Eu fiquei achando que existe uma área que eu já frequentei de forma muito tranquila e que revela uma inconsciência em relação ao mundo real, sabe? Então fiquei pensando o humor…", avaliaria. Alegando ter constatado a existência de uma relação entre humor, conservadorismo e a manutenção de desigualdades, e recorrendo a uma comparação entre a "piada interna" feita por gays, que revela "um modo da bicha se ver que é uma auto ironia", e o humor judaico feito por judeus, Laerte desvelaria alguns dos nós que carrega enquanto artista e intelectual, reconhecendo ter revisto seu trabalho e encontrado "coisas que eu tinha feito e eu falei 'eu não faria isso hoje'". Sua postura busca evitar, entretanto, arrependimentos, respostas prontas ou posições de censura, ainda que a cartunista não se esquive de enfatizar: "Piadas têm lado também!". Vejamos:

> Eu acho difícil me considerar humorista. [...] Eu comecei a pensar se o humorismo era exatamente o que eu tava pensando como expressão artística até. Eu me vi frequentemente lidando com questões de forma muito conservadora e quando eu fiz essa conexão da eficiência humorística com o conservadorismo da ideia, eu fiquei meio chocada. E isso foi uma coisa que eu comecei a fazer lá em 2003 e tudo, foi uma das coisas que me fez buscar uma mudança. [...] Talvez tenha uma relação com o modo como eu comecei a perceber em mim os efeitos de uma opressão, de um bloqueio em relação à homossexualidade. A piada de bicha é necessariamente uma condenação à homossexualidade. Principalmente as piadas fora do gueto. Porque aí você precisa distinguir a piada interna [...] tem um modo da bicha se ver que é uma auto ironia, que é mais ou menos como o humor judaico também, né? É muito auto irônico. A maior parte das piadas sobre judeus são feitas por judeus. E você percebe nessas piadas uma visão irônica ou auto irônica, mas que não é, não contém a agressividade e o ódio que tá dentro da piada racista, da piada antisemita, da piada homofóbica, transfóbica...E aí eu comecei a perceber que o humor coloca essas coisas de uma forma absolutamente [...] não é cruel...é insensível, sabe?! A piada tá pouco cagando pro que ela faz, pro que ela provoca. E eu comecei a questionar isso e a me sentir mal. E eu comecei a rever meu trabalho e ver coisas que eu tinha feito e eu falei 'eu não faria isso hoje'. Então sem me arrepender do que eu tinha feito, porque eu também acho chato, eu comecei a buscar outras coisas. [...] O que me fez me auto questionar foi que eu identifiquei nesse tipo de humorismo que eu fazia algo que o Danilo Gentili faz hoje. [...] Eu fiquei achando que existe uma área que eu já frequentei de forma muito

> tranquila e que revela uma inconsciência em relação ao mundo real, sabe? Então fiquei pensando o humor...eu também não quero o humor travado, eu também não quero uma censura, então do que é que estamos falando exatamente? Quem exprimiu isso muito bem foi o Hugo Possolo, num documentário mesmo, chama 'O riso dos outros', e ele falou 'você pode mexer com qualquer assunto numa piada, você pode fazer piada sobre qualquer assunto, o importante é saber de que lado da piada você tá'. E eu achei isso muito bom, sabe? Uma formulação genial. Piadas têm lado também!

O início da reflexão de Laerte sobre o humor no começo dos anos 2000 marcou mudanças profundas em seu trabalho, significando transformações de linguagem e o fim de personagens conhecidas e queridas por seu público. Por certo tempo, foram mantidas apenas as histórias de Hugo, alter ego da cartunista que também experimenta um processo de transição e descoberta do gênero feminino, consolidando-se como a personagem transgênero Muriel. É também neste período que outra via para a publicação e circulação dos trabalhos de Laerte passa a ganhar cada vez mais força: a internet. Reconhecendo a importância enorme da internet como ferramenta tecnológica de produção que lhe permite trabalhar com mais agilidade, Laerte afirma, inclusive, não precisar atualmente ir mais às redações. "Foi o que me possibilitou não ir mais à redação [...] Se tornou também um veículo de divulgação [...] tem coisas que eu publico direto no facebook, no twitter, nas minhas páginas". Distanciando-se cada vez mais das piadas, Laerte revelaria sentir-se "presa" no modo como costumava fazer humor, o qual chegaria a definir como "caricatural":

> Eu parei de desenhar aqueles narigões, quer dizer, eu desenhava de uma forma caricatural e essa forma caricatural era uma prisão [...] eu tava sentindo que eu já tinha feito o que eu tava precisando fazer nessa direção.

Finalizadas as considerações de Laerte sobre o humorismo e sobre sua percepção acerca de sua própria obra, fiquei intrigado para perguntar à cartunista algo que já havia considerado na lista de perguntas que elaborei antes de encontrá-la para nossa conversa. O que, hoje, inspira e mobiliza Laerte para criar? A resposta surge prenunciando um futuro ainda abstrato, porém fértil de possibilidades. O espaço na *Folha* permanece como algo prazeroso e as piadas e o humor cedem lugar a transformações de formato e gênero narrativo:

> Não sei, não sei. Eu tô vivendo um momento meio complicado. Eu não sei dizer, não. Porque eu não tenho mais essa coisa de produzir uma piada. Muito bem. Então, o que que eu tenho? O que eu tenho é uma motivação bem mais complexa e sem nome, assim, eu não sei, eu não sei dizer. Eu tenho vontade de produzir determinadas coisas, mas nada muito claro. Ao mesmo tempo, eu tenho um espaço que me interessa ter. Eu gosto de trabalhar na *Folha* e manter esse espaço da tira do modo como eu venho fazendo. Agora, eu não preciso ter personagem e fazer piada com isso, eu posso produzir ficções, eu posso produzir histórias seriadas, eu posso fazer tiras que são pequenas propostas de crônicas ou de poemas, ou coisas assim. Eu posso fazer isso tudo. E me agrada.

Ao fim e ao cabo, o inominável também parece ser causa para Laerte. Passaremos agora a uma breve compilação teórica de trabalhos que me foram valorosos e inspiradores no processo de estruturar este capítulo de modo a pacificar, até a medida do possível, uma das questões que me perseguiu desde a primeira tentativa de rascunhar um projeto de pesquisa: como construir, de maneira viável, uma pesquisa de mestrado que envolvesse Laerte sem desconsiderar, fundamentalmente, a interação entre a cartunista, seu contexto histórico e o conjunto de relações sociais que a cercam?

3. Indivíduo e história, indivíduo versus história

"Quem sabe o que de fato significamos entre os dois infinitos?", indagaria Antonio Candido (2001) no prefácio do livro de Sergio Miceli, "Intelectuais à brasileira"[24]. Os dois infinitos em questão encerrariam não apenas nascimento e morte, mas também, adverte o crítico literário, a "operação difícil de conciliar a descrição do destino de cada um com o significado que ele acaba adquirindo realmente no processo histórico"[25]. À semelhança de tão emblemática constatação, o tema seria também abordado por Lilia Schwarcz (2013)[26]. Embaraçando a relação entre biografia e história, a antropóloga e historiadora identificaria um "conjunto mais vasto de contraposições" ou o que qualificaria como "dualidades tensas":

[24] CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.74.
[25] Idem.
[26] SCHWARCZ, Lilia. *Biografia como gênero e problema*. História Social, Campinas, n.24, 2013.

> O fato é que, em tempos mais recentes, a relação entre biografia e história acabou por inserir-se em um conjunto mais vasto de contraposições que opõe indivíduo a sociedade; individual a coletivo; social a particular; estrutura a contexto; ação individual a ação coletiva. Nessa rede de dualidades tensas, oscilamos entre ver o personagem como apenas a reiteração de impasses sociais e ligados a seu grupo, ou, ao contrário, em buscar nele um caso único, particular e afeito a uma memória de si (SCHWARCZ, 2013, pp.54-55)

Diante deste cenário, as perdas são muitas e só compatíveis, em proporção e em quantidade, com as dúvidas teóricas e metodológicas que se avolumam. Ainda que soe repetitivo, Candido me parece ilustrar com exatidão o que está em jogo nessa discussão. Como escapar, ao mesmo tempo, de *conclusões inoperantes* e *raciocínios genéricos*?

> Se pensarmos na biografia de cada um, caímos na singularidade dos casos e chegamos à conclusão inoperante de que nenhum é igual ao outro; e, ao respeitar a integridade do indivíduo, desistimos de entender. Se subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, podemos manipular a realidade total com certo êxito, mas atropelamos demais a verdade singular (CANDIDO, 2008, p.72)

Tal qual Schwarcz, que ressalta a importância de algo como um "movimento pendular" entre polos ou abordagens não excludentes, e, lembrando em sua rejeição a qualquer tipo de "denominador comum categórico abstrato" o que Candido qualifica como "raciocínio genérico", Carl E. Schorske (1981) nos fornece contribuições férteis e engenhosas para a discussão que ora tratamos[27]. Voltando-se ao estudo de transformações culturais e desenvolvimentos históricos e políticos em diferentes áreas do modernismo - literatura, música, arquitetura e psicanálise, entre outras - no contexto específico de Viena em fins do século XIX, o trabalho de Schorske tem inspirado distintas, porém interligadas, áreas de pesquisa nas ciências humanas. É o caso da história intelectual, da sociologia da cultura, do pensamento social brasileiro e também da antropologia, para ficarmos com alguns exemplos.

A quem pesquise pessoas produtoras de cultura, caberia trabalhar, de acordo com Schorske, operando simultaneamente com a diacronia e a sincronia. Isto significaria dedicar-se à compreensão tanto de um objeto de pesquisa em si e de sua relação com

[27] SCHORSKE, Carl E. *Fin-de-Siècle Vienna – Politics and Culture*. Nova Iorque: Vintage Books Press, 1981, p.27. A obra de Schroske foi livremente traduzida por mim exclusivamente para os fins desta dissertação.

expressões anteriores e semelhantes em uma mesma grande área de atividade cultural, quanto à sua relação com outras formas de atividade ou manifestação cultural e política dentro de um "espaço social e temporal comum"[28]. Tomemos Laerte como exemplo. O esforço de pesquisa residiria, então, em compreender a produção artística da cartunista em diálogo e em relação com uma série de influências e referências no modo de se fazer humor, nos auxiliando, desta forma, a assimilar o transcorrer do processo de singularização do trabalho da cartunista. Paralelamente, seria indispensável evidenciar transformações históricas, de cunho cultural e político, por exemplo, testemunhadas na cidade de São Paulo ou no Brasil, associadas a questões de gênero e cujos impactos relacionam-se com Laerte e seu trabalho.

O que Schorske qualificaria como "busca empírica de pluralidades" conforma-se, portanto, em precondição necessária para o encontro de padrões unitários em um determinado contexto histórico ou, em outras palavras, para o encontro de preocupações e maneiras *compartilhadas* de interpretar experiências e o mundo social por parte de pessoas produtoras de cultura de uma mesma geração em um mesmo espaço e tempo. Vejamos seu argumento:

> [...] precisamos estar dispostos a empreender a busca empírica de pluralidades como uma pré-condição para encontrar padrões unitários em uma cultura. Se reconstruirmos o curso da mudança nos distintos ramos da produção cultural em seus próprios termos, poderemos adquirir uma base mais firme para determinar as semelhanças e diferenças entre esses ramos. Isto, por sua vez, pode nos levar às preocupações compartilhadas, às formas compartilhadas de confrontar a experiência que unem os homens como produtores de cultura em um espaço social e temporal comum (SCHORSKE, 1988, p.33)

Em resumo, o que me parece realmente oportuno de ser destacado no trabalho de Schorske é a conexão entre aquilo que outrora parecia constituir-se de forma excludente: a necessidade de se debruçar sobre a pluralidade de singularidades empíricas em uma determinada área da cultura caminha lado a lado à possibilidade de se aferir entendimentos mais amplos sobre um contexto histórico. Esta foi uma breve tentativa de sintetizar a abordagem teórico-metodológica de Schorske, mas nos voltemos agora a outro autor fundamental na discussão sobre biografia e história ou indivíduo e sociedade: Pierre Bourdieu.

[28] Idem, p. 33.

Ressaltando o influente legado da obra do sociólogo francês nesta área, Schwarcz retoma a crítica encontrada no trabalho de Bourdieu ao conceito de "história de vida" e à existência de "sujeitos únicos e coerentes" em lugar da análise de indivíduos imersos em um "contexto de relações que transcende sua experiência única"[29]. É instigante conferir a retomada do trabalho de Bourdieu proposta pela antropóloga, que prefere falar em "processos biográficos", distanciando-os, entre outros aspectos, da ideia de "avenidas pavimentadas e de sentido único":

> Crítico do projeto sartriano, o sociólogo francês duvidou de um sentido teleológico na história de sujeitos sociais. Também se desfez da noção sedutora da sequência cronológica e do alinhamento de acontecimentos encadeados por uma lógica predeterminada, assim como quer o senso comum. Processos biográficos não são como avenidas pavimentadas e de sentido único, e nem tampouco seguem uma linearidade progressiva – nos termos de uma sucessão mecânica entre causas e efeitos. A noção de causalidade harmônica só pode ser lograda a *posteriori*, a partir da necessidade dos sujeitos de atribuírem sentido coerente às ações humanas próprias ou àquelas estudadas. É justamente aí que residiria a "ilusão biográfica", nos termos de Bourdieu (1988) (SCHWARCZ, 2013, p.56)

Heloísa Pontes (2010) também nos fornece elementos imprescindíveis para avançarmos em nossa reflexão. Discorrendo sobre escolhas teóricas e metodológicas envolvendo o desenvolvimento de sua tese de livre-docência - a qual posteriormente se tornaria o livro "Intérpretes na metrópole"[30] - a antropóloga nos oferece uma boa lição ao buscar não essencializar marcadores sociais da diferença. Em seu trabalho comparativo entre a trajetória e a obra das críticas culturais e escritoras Lucia Miguel Pereira, Patrícia Galvão (Pagu) e Gilda de Mello e Souza, Pontes voltou-se ao teatro e à trajetória de atrizes reconhecidas profissionalmente e contemporâneas às intelectuais investigadas como forma de evidenciar a insuficiência da categoria de gênero, caso tomada de modo exclusivo, para dar conta de sua empreitada. Em lugar de "condição feminina", a antropóloga ressalta como os marcadores devem ser apreendidos "em relação e na relação com outras dimensões igualmente relevantes"[31]:

---

[29] SCHWARCZ, Lilia. *Biografia como gênero e problema*. História Social, Campinas, n.24, 2013, p.56.
[30] PONTES, Heloisa. *Intérpretes da Metrópole*. São Paulo: Edusp, 2011.
[31] PONTES, Heloisa. *Antropologia e história social da cultura: etnografia e fontes*. Revista Del Museo de Antropologia, Córdoba, n.3, 2010.

> A comparação entre elas permitiu aquilatar diferenças relevantes nos domínios da biografia, da trajetória e da obra. Permitiu também a circunscrição de pontos em comum, derivados tanto dos condicionantes que modelaram os espaços possíveis para a atuação das mulheres na época, quanto da maneira como lidaram com os constrangimentos decorrentes das relações e inflexões de gênero no campo intelectual. (Pontes 1998 b; 2010). Para não essencializar tais marcadores sociais sob o feixe anêmico da "condição feminina" e para mostrar que eles devem ser apreendidos **em relação e na relação** com outras dimensões igualmente relevantes para o entendimento da estrutura e da dinâmica específica dos campos de produção cultural, o trabalho se voltou para o teatro (PONTES, 2010, p. 127, grifo da autora)

Há pouco fiz menção à área de pesquisa denominada pensamento social brasileiro. Todo o fio narrativo que construo até então se deve à inspiração encontrada após o contato com esse campo de estudos. Em um dossiê organizado por Schwarcz e André Botelho (2011), Lucia Lippi Oliveira estaria entre as pesquisadoras e pesquisadores convidados a responder sobre sua percepção acerca desta área de pesquisa, opinando sobre seus "principais objetos, problemáticas e abordagens teórico-metodológicas"[32]. Sua resposta me parece uma boa síntese dos desafios investigativos propostos por este campo: "As problemáticas que guiam as análises levam a indagar sobre trajetórias; redes de sociabilidade; processos de produção, divulgação e recepção de obras; convergências e divergências no campo intelectual"[33].

Miceli, cujo conjunto da obra representa uma celebrada contribuição ao pensamento social brasileiro, além de comemorar os avanços obtidos nas últimas décadas neste campo de pesquisa, salientaria dois aspectos fundamentais a caracterizarem as obras da área: o estudo da "morfologia e a composição interna do campo intelectual" e das "modalidades de contribuição para o trabalho cultural e político". Vale a pena conferir seu argumento:

> Os últimos 25 anos foram marcados por uma fornada expressiva de obras de fôlego a respeito dos intelectuais brasileiros. Talvez se possam recuperar as linhas de força dessa nova frente de estudos e pesquisas pelo confronto dos argumentos esboçados naqueles trabalhos que mais contribuíram para moldar o espaço de debates e explicações, salientando ora a morfologia e a composição interna do campo intelectual [...] ora preferindo esquadrinhar as modalidades de sua contribuição para o trabalho cultural e político (MICELI, 2008, p.371)

---

[32] SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Simpósio: Cinco questões sobre o pensamento social brasileiro*. Lua Nova, São Paulo, n.82, pp. 139-159, 2011.
[33] Idem, p. 141.

Schwarcz e Botelho apontariam ainda transformações relevantes no âmbito das pesquisas na área de pensamento social brasileiro. Ao lado de uma ampliação e diversificação na "visão dos detentores do conhecimento" que vêm a ser objeto de estudo, soma-se um crescimento do número de pesquisas dedicadas à "vida intelectual de pequenos grupos, círculos ou redes" de importância fundamental para a construção e difusão do conhecimento, e, de modo emblemático para os propósitos desta pesquisa, o reconhecimento de transformações na área ligadas ao "interesse por novas clivagens como as de gênero, idade, região e raça e suas inflexões no pensamento social e na produção cultural"[34].

4. Conclusão

Antonio Candido (2001), ao descrever os meandros da atividade e da formação de intelectuais, afirmaria que "[...] não se podem dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições"[35]. Em uma série de ocasiões em que participei de discussões sobre gênero e sexualidade, fosse em sala de aula, em reuniões de grupos de pesquisa ou em congressos onde apresentei meu trabalho, colegas de pesquisa me cobraram a não "esquecer" das especificidades da trajetória de Laerte quando comparada àquelas de outras pessoas trans. Retomando o alerta de Pontes sobre a importância de se apreender marcadores sociais da diferença "em relação e na relação", gostaria de ressaltar que fatores tais quais origem social, classe, raça e nível de escolaridade, somados a um intenso período de formação e experiência política - seja no Partido Comunista Brasileiro (PCB), seja em espaços ligados a movimentos sociais e à esquerda brasileira de forma geral – e, obviamente, a uma trajetória profissional excepcional, me parecem fundamentais para qualquer tipo de abordagem sobre a trajetória de Laerte ou sobre seu trabalho altamente crítico.

Em segundo lugar, Laerte, esta "mulher possível", é uma pessoa do tempo e espaço em que vive. Transformações culturais, políticas e sociais que testemunhamos em nossa sociedade e contexto histórico relativas às questões de gênero e aos feminismos, propiciando patamares distintos para a visibilidade trans e um novo ritmo para a formação

[34] SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Pensamento social brasileiro: um campo vasto ganhando forma*. Lua Nova, São Paulo, n.82, 2011, p.12.
[35] CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.82.

de sujeitos políticos, nos informam sobre a própria Laerte, sobre a produção e a recepção de sua obra e sobre sua posição de figura pública de destaque no cenário da discussão sobre travestilidade e transgeneridade no Brasil. Acredito que a flexibilidade de categorias identitárias, o surgimento da crítica ao que pode ser compreendido como transnormatividades e mudanças na sensibilidade humorística fazem parte destas transformações. Ainda que a cartunista diferencie, em seu trabalho para o jornal *Folha de São Paulo*, o que compreende por um "discurso político", de um lado, e a "naturalidade" de seu "gesto", de outro, se é fato que no seio destas transformações a presença da mídia, em sentido amplo, ainda é peça chave para compreendermos a produção da materialidade das relações sociais e de categorias identitárias envolvendo gênero e sexualidade, não é menos verdadeiro que espaços como o que ocupa Laerte nessas mesmas mídias - narrando temas, experiências e vivências trans - são plenos de sentidos e de potência política *per se*.

Por fim, embora soe óbvio, acredito que uma das peculiaridades que me dei conta quando preparava esta conclusão em um agradável dia de trabalho na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, refere-se ao conjunto de representações e, inclusive, de auto representações, que assinalam transformações e mudanças públicas por que passou Laerte e também seu trabalho. O signo da mudança foi constantemente valorizado no material que pude coletar. Talvez em razão disto o caminho de pesquisa tenha, em grande parte, se consistido em me aproximar de continuidades em meio a representações de mudanças. Carneiro, ao comentar a mudança de linguagem iniciada pela cartunista nos anos 2000, me parece oferecer motivos encorajadores para refletirmos sobre esta opção[36]:

> Diz-se que o insólito tinha mandado embora toda a lógica de Laerte, de uns anos para cá. [...] Mas o insólito é que sempre esteve em sua obra. Um de seus primeiros personagens era um Leão semi-humano, nascido da vontade dessa mescla entre o cotidiano e o fantástico (CARNEIRO, 2014)

[36] CARNEIRO, Maria Clara da Silva Ramos. *Da contracultura aos contraquadrinhos*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12381675/Da_contracultura_aos_contraquadrinhos. Acesso em: agosto de 2016.

CAPÍTULO 2 - Um homem que "se veste de mulher"

> A história dos banheiros […] tem muito a dizer sobre coordenadas sociais através das quais os corpos são disciplinados por regimes normalizadores. […] Como Victor Hugo escreveu em Os Miseráveis, 'O esgoto é um cínico. Ele conta tudo' (CAVANAGH, 2010, p. 29)

> O banheiro é um museu ou relíquia do passado. É um arquivo do que foi perdido e excluído no forjar do moderno corpo generificado e sexuado (CAVANAGH, 2010, p.41)

Janeiro de 2012. Laerte, já se identificando publicamente com o gênero feminino, entra em um banheiro feminino de uma pizzaria no bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Minutos depois, uma vez do lado de fora, recebe um recado do sócio do estabelecimento: uma cliente, junto a sua filha, havia feito uma reclamação ao notar a presença da cartunista dentro do banheiro. Laerte é "solicitada" a não entrar no banheiro feminino novamente. "Como uma arquitetura da exclusão generificada, o banheiro está implicado com discursos sobre masculinidade e feminilidade – como pólos opositores e mutuamente excludentes – ancorando o chamado binário e posições de sujeito imutáveis"[1], avaliaria Sheila L. Cavanagh (2010), cujo trabalho debruçou-se sobre o design espacial generificado de banheiros públicos[2], suas origens históricas e implicações atuais. Ponto de encontro entre público e privado, entre a abstração de um corpo coletivo e os limites de um corpo individual, o banheiro público separado por gênero não poderia deixar de ser um local de tensões, em que "definições de self, identidade, desejo e ódio são negociadas (muitas vezes violentamente e com excesso de paixão)"[3].

Retomando as origens da segmentação dos banheiros por gênero em reformas urbanas ocorridas durante o século XVIII em Paris e em Londres, Cavanagh salienta como essa divisão se consolidou em meio a um processo de racionalização vinculado a ideias sobre saúde pública e segurança – a despeito da ausência de evidências epidemiológicas que encorajassem a associação entre uma arquitetura generificada e a maior efetividade no combate a eventuais epidemias. Partindo deste cenário e estendendo sua análise aos dias de

---

[1] CAVANAGH, Sheila L. Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination. Toronto: University of Toronto Press, 2010, p. 32. Tradução livre feita exclusivamente para os fins desta dissertação.
[2] O trabalho de Cavanagh se debruça sobre a divisão de gênero na construção de banheiros fora do ambiente doméstico; nesse sentido, a autora concentra sua análise também em banheiros construídos em *shoppings*, restaurantes, escolas e outras instituições comerciais.
[3] Ibidem, p. 45.

hoje, a autora descreve o papel cumprido pelas noções de higiene e por "imaginações higiênicas" na disciplinarização do que qualifica como "pureza de gênero":

> […] A pureza de gênero é disciplinada por imaginações higiênicas e tornada sagrada, enquanto a impureza de gênero – significada por um desacordo entre identidade de gênero e a maneira como o sexo do corpo é interceptado por outros – é profana. [...] Higiene não é mais um ritual ou conjunto de práticas exclusivamente concentradas no corpo material, mas uma pedagogia ou arte de governo do gênero de modos que são fisicamente significantes (CAVANAGH, 2010, p.135)

Se uma das definições de "impureza do gênero" encontra-se na percepção de um desacordo entre uma identidade de gênero escolhida e a genitália de nascimento pressuposta, a busca pela manutenção social de uma "pureza de gênero" perpassa, não causa surpresa, o policiamento das fronteiras entre o que é convencionado como masculino e como feminino, entre machos e fêmeas. Dedicando-se à investigação de apropriações e construções de identidades entre os séculos XIX e XX, o trabalho de Jorge Leite Junior (2012) fornece uma perspectiva histórica à questão[4]. O antropólogo demonstra o surgimento e popularização da categoria *hermafrodita* em meados do século XIX como definição apropriada pelo discurso científico para classificar pessoas cujos órgãos sexuais ou a performance de gênero não estivessem de acordo com a normatividade linear esperada entre as categorias de sexo, gênero e desejo sexual. Interpeladas por discursos patologizantes, as identidades *travesti*, *transexual* e *intersexe* constituem-se, por sua vez, no século XX, vinculadas não apenas à ideia de desvio, mas intimamente relacionadas à existência do que Leite Junior qualifica como um *perigo pressuposto*. O trecho a seguir ilustra seu argumento:

> Questionando e subvertendo os limites estabelecidos entre homem e mulher, masculino e feminino, homo e heterossexualidade, surge no século XIX a figura clínica do pseudo-hermafrodita, longe dos deuses e do universo mágico e divino; filho da modernidade, da medicina e da ciência sexual. Não mais um pródigo da natureza, mas um 'desvio' dessa. Passa-se agora a buscar o 'verdadeiro sexo' que irá definir quem é homem e quem é mulher, sem os 'perigosos' riscos de interpretações equivocadas. Dessa forma, a ambigüidade sexual não perde lugar, mas é interiorizada. Nasce assim o 'hermafrodita psiquíco'. Dele irão se originar todos os tais

[4] LEITE JUNIOR, Jorge. *Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012.

> perversos e pervertidos sexuais e, principalmente, as identidades (para uns) e/ou patologias (para outros), criadas no século XX, de travestis, transexuais e intersexuais, ou seja, todas essas classificações já se originaram da concepção de certo tipo de monstro. E o que importa não é a busca pela origem 'verdadeira' ou a legitimidade da filiação, mas perceber o quanto a idéia de um perigo pressuposto (e de uma reação violenta legítima contra esse perigo) é constitutivo dessas próprias categorias científicas (LEITE JUNIOR, 2012, p.565)

Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) fazem uma importante contribuição para o entendimento dos processos de patologização das identidades travestis e trans que informam e legitimam sobremaneira o *perigo pressuposto* descrito por Leite Junior[5]. Em um esforço de retomar historicamente a produção do gênero enquanto *categoria diagnóstica*, as autoras evidenciam que, a despeito da eliminação da classificação do "homossexualismo" como doença durante a década de 1970, diversas categorias médicas direcionadas às populações travestis e trans e baseadas em pressupostos heteronormativos foram criadas e difundidas ao longo da segunda metade do século XX por entidades internacionais de saúde. Citando o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, publicado pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana), o Código Internacional de Doença (CID, produzido pela Organização Mundial de Saúde) e o Standards of Care (SOC, organizado pela Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, HBIGDA), as autoras salientam como esses documentos constituem, em comum, travestis e transexuais como pessoas fundamentalmente *transtornadas*. A passagem abaixo, descrevendo categorias presentes no CID-10, é esclarecedora:

> Nos três documentos de referência (DSM-IV, CID-10 E SOC), as pessoas transexuais são construídas como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentemente das variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas. [...] O 'transexualismo', por exemplo, é definido como 'transtornos da identidade sexual' (F64.0). Além do 'transexualismo', há o 'travestismo bivalente (F64.1), o transtorno de identidade sexual na infância (F64.2), outros transtornos da identidade sexual (F64.8), o transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9)', ou seja, eliminou-se, em 1973, o 'homossexualismo' do DSM e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando

[5] BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012.

> comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais (BENTO e PELÚCIO, 2012, p. 572)

Neste capítulo, meu recorte empírico me levou a indagar em que medida tanto a idéia de *perigo pressuposto* quanto a patologização das identidades travesti e trans nos auxiliam a aprofundar a compreensão de elementos presentes nas representações em torno da travestilidade e da transgeneridade em jornais de grande circulação brasileiros. Concentro minha análise nos dez jornais de maior circulação do país, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), e restringi o conteúdo a ser analisado ao resultado da busca online com as palavras chave *Laerte*, *cartunista* e *banheiro*; a busca realizada se ocupou tanto dos materiais disponíveis online quanto dos acervos impressos de cada jornal pesquisado[6].

Tratam-se de notícias que registram a situação de proibição logo após a sua ocorrência e, assim sendo, seguem os cânones do jornalismo praticado pela grande imprensa, visando a imparcialidade e a objetividade[7]. Tratam-se também de colunas impressas e *online* e crônicas assinadas por jornalistas ou personalidades mais conhecidas e com vínculo com algum desses grandes jornais[8]; há uma única entrevista com Laerte. São, por fim, também notícias publicadas posteriormente à proibição e que a retomam anos depois.

O enfoque que proponho é triplo. Primeiramente, concentraremos nossa reflexão em representações que associam a população LGBT a violações de direitos e moralidades consideradas desviantes. Em seguida, em diálogo com os trabalhos de Avtar Brah (2006) e Nancy Fraser (2006; 2013), dedico-me a ponderar se há reconhecimento nesses grandes jornais, para além da experiência individual de Laerte, da travestilidade e da

---

[6] Dos dez jornais de maior circulação no Brasil que compõem a lista da ANJ referente ao ano de 2013, foram encontrados conteúdos com as palavras chave escolhidas nos seguintes veículos: *O Tempo*, de Minas Gerais, *Extra* e *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo. Ao menos entre os jornais de grande circulação, é notório que a repercussão em torno de Laerte se concentre, sobretudo, na região sudeste, apesar do Estado com o maior número de jornais na lista da ANJ ser o Rio Grande do Sul, com três jornais incluídos - *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Correio do Povo*. É possível acessar as listas anuais da ANJ no seguinte endereço online: http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/. Acesso em: julho de 2015.

[7] O jornal *Folha de São Paulo*, em suas versões impressa e *online*, foi o veículo que mais distribuiu conteúdos sobre a situação de proibição vivenciada por Laerte. Em que pesem notáveis diferenças entre os jornais de grande circulação que veicularam conteúdos sobre a proibição, encontrei poucas diferenças significantes nos conteúdos em si. Restrinjo minha análise a esses conteúdos.

[8] Pude constatar, neste capítulo, que colunas e crônicas vinculadas aos jornais de grande circulação que analiso possuem, em geral, maior espaço para o aprofundamento de argumentações de suas autoras e autores. Entretanto, conforme descrevo, encontrei pouca diferença, em termos de conteúdo, entre colunas e crônicas e as notícias jornalísticas que analiso. As diferenças encontraram-se, sobretudo, a nível de formato textual.

transgeneridade enquanto expressões coletivas de experiências, modos de vida e identidades existentes em nosso país. Por fim, entraremos em uma reflexão que busca olhar para as representações de gênero e sexualidade analisadas também como representações históricas, isto é, enquanto parte de um determinado contexto histórico e enquanto construtoras de uma narrativa de qualidade propriamente histórica. Permeando todo o capítulo, busco inspiração no trabalho de Cavanagh para refletir sobre como a segregação espacial generificada na construção de banheiros públicos nos informa sobre a naturalização de ideais e concepções cissexistas e heteronormativas.

PARTE 1 - Norma versus desvio: uma representação atual

Em matéria *d'O Estado de São Paulo* publicada em fins de janeiro de 2012*,* é a própria Laerte, analisando os argumentos da cliente incomodada, quem pergunta: "O que a mulher queria dizer com: 'Eu tenho crianças'? Qual o problema de a menina ver uma travesti no banheiro?"[9].

A proibição de entrar no banheiro feminino sofrida por Laerte é definida pelo jornal desde o título da matéria como uma "polêmica": "Uso de banheiro feminino por Laerte termina em polêmica". Em seguida, Laerte é acionada, logo na primeira frase da matéria – conteúdo que deve indicar a informação prioritária a ser veiculada, de acordo com os preceitos das teorias jornalísticas do *lead* e da *pirâmide invertida*, referências para grandes jornais diários[10] – como o sujeito ativo de uma controvérsia. A situação de proibição em si cede lugar à polêmica resultante e o que lemos é que "O cartunista Laerte Coutinho, de 60 anos, se envolveu em uma polêmica anteontem após ser proibido de usar o banheiro feminino da Pizzaria e Lanchonete Real, no Sumaré, zona oeste". Posteriormente, a matéria nos informa que Laerte, uma frequentadora da pizzaria, já tinha utilizado o banheiro feminino outras vezes e que essa era a primeira reclamação feita à gerência. A

[9] RODRIGUES, Arthur. *Uso de banheiro feminino por Laerte termina em polêmica*. Publicado em: 26/01/2012. Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uso-de-banheiro-feminino-por-laerte-termina-em-polemica-imp-,827344. Acesso em: julho de 2015.

[10] Na página *online* do Manual de Redação d'*O Estado de São Paulo*, entre as instruções gerais, concernem a este tema os seguintes itens: 25: "Nas matérias informativas, o primeiro parágrafo deve fornecer a maior parte das respostas às seis perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê. As que não puderem ser esclarecidas nesse parágrafo deverão figurar, no máximo, no segundo, para que, dessa rápida leitura, já se possa ter uma ideia sumária do que aconteceu"; e 27: "Procure dispor as informações em ordem decrescente de importância (princípio da pirâmide invertida), para que, no caso de qualquer necessidade de corte no texto, os últimos parágrafos possam ser suprimidos, de preferência". Versão digital disponível em: http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais. Acesso em: julho de 2015.

notícia segue com uma fala do sócio do estabelecimento descrevendo o público da pizzaria, opondo o que considera clientes "mais alternativos" e "gente com família, criança": "[...] Laerte foi ao estabelecimento outras vezes, mas essa foi a primeira reclamação. 'Na lanchonete, tem um pessoal mais alternativo. Mas, na pizzaria, vem gente com família, criança. Eles acharam bem constrangedor o fato de ele estar usando o banheiro feminino'".

Em um espaço de tempo inferior a duas semanas, outra matéria d'*O Estado* nos concede mais pistas sobre a presença de um imaginário de violação de direitos e de pedofilia envolvendo a representação de pessoas transgênero em nossa sociedade e na mídia. Trata-se de uma notícia sobre o projeto de lei para criar o que ficou conhecido como o "terceiro banheiro" para a população LGBT[11]. O projeto, de autoria do então vereador de São Paulo pelo Partido Democratas (DEM), Carlos Apolinário, foi inspirado diretamente na proibição sofrida por Laerte[12]. O termo "polêmica" é novamente acionado já no título da matéria: "Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte". Enquanto o projeto de Apolinário dirigia-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o jornal resume a população LGBT e, mais especificamente, ao enfatizar o vínculo do projeto com a proibição sofrida por Laerte, pessoas transgênero, ao termo gay. Esse tipo de procedimento – que nos remete à questão da *invisibilidade trans*, conforme discorreremos adiante – é comum à maior parte dos conteúdos analisados.

Seguindo com nossa análise, é curioso observar que o mesmo sentimento evocado pelo sócio da pizzaria para se referir ao incômodo de clientes – constrangimento - é utilizado pelo jornal em uma fala indireta do vereador descrevendo o objetivo do projeto de lei: "O objetivo do projeto, segundo o vereador, é evitar constrangimentos, assegurando que banheiros de homens sejam usados apenas por homens, assim como o de mulheres só recebam mulheres". O uso da palavra "constrangimento" ganha contornos eufemísticos na frase acima, ao nos revelar, em seu conteúdo, o incentivo à manutenção da segregação entre pessoas travestis e trans e pessoas não-trans. De forma semelhante, a oposição destacada na fala do sócio da pizzaria entre famílias e crianças e pessoas consideradas "alternativas" nos

[11] FERRAZ, Adriana. Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte. Publicado em: 07/02/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-quer-criar-banheiro-para-gay-em-sao-paulo-apos-polemica-com-laerte,832738>. Acesso em: junho de 2015.

[12] Além de vereador, Carlos Apolinário já foi deputado estadual e deputado federal por São Paulo. Criador do projeto de lei que visava criar o Dia do Orgulho Hétero em São Paulo e veemente opositor à realização da Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista, o ex-vereador é evangélico e frequenta a igreja Assembleia de Deus. Apolinário inaugurou sua vida política no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), depois entrou para o PDT (Partido Democrático dos Trabalhadores), passando depois pelo PFL/DEM (Partido da Frente Liberal, o qual posteriormente se tornou o Democratas); em seguida voltou ao PMDB e posteriormente entrou no PDT.

remete à oposição entre *norma* e *desvio* e, conforme nos revela a idéia de *perigo pressuposto* de Leite Junior, à ameaça e ao perigo representados por sujeitos desviantes à sociedade tida como "normal" – em particular, o perigo representado às crianças, conforme salienta o argumento da cliente incomodada.

Mas voltemos à fala indireta de Apolinário em destaque acima. Se é preciso assegurar que "banheiros de homens" sejam usados somente "por homens" e banheiros de mulheres só "recebam mulheres", é possível inferir que, para o vereador: 1) as categorias "homem" e "mulher" seriam de uso exclusivo para pessoas cisgênero e, assim sendo, 2) homens trans não poderiam se identificar como homens e mulheres trans e travestis não poderiam se identificar como mulheres; nesse sentido, portanto, 3) não há lugar na segregação espacial generificada de banheiros públicos para essas pessoas. O que podemos depreender destas constatações é que a argumentação do vereador se baseia exclusivamente em um critério biológico genital para definir o uso de banheiros públicos, desconsiderando de modo sumário a existência e preponderância de aspectos sociais, culturais e históricos na constituição de identidades – conforme a mera existência de pessoas se identificando com o gênero oposto ao que lhes foi atribuído no momento do nascimento pode atestar. Tal qual sugere Avtar Brah (2006), sustentando-se na bela metáfora de um caleidoscópio em movimento, identidades não são fixas; assumem, pelo contrário, "padrões específicos diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas"[13]. Todavia, a profundidade da naturalização com a qual o cissexismo opera nos impele a buscar formas ainda mais precisas para se abordar a situação em questão. Acredito que a categoria de humanidade nos auxilie a ampliar nossa reflexão.

Judith Butler (2000), em seu livro "Corpos que pesam", ao discorrer sobre a constituição do sujeito humano de forma atávica a uma "matriz generificada de relações", ressalta como as atribuições e interpelações do processo ininterrupto de construção do gênero nas sociedades ocidentais alimentam e sustentam a legitimação do que é considerado propriamente humano[14]. Desta forma, pessoas que não parecem adequadamente generificadas, como, por exemplo, pessoas travestis e trans, teriam sua própria humanidade questionada. A categoria de humanidade, atavicamente sobreposta à categoria generificada de sujeito, faz pensar, nesse sentido, no outro lado da moeda: a existência de pessoas que podem ser consideradas seres *abjetos*. Convém olharmos, antes

[13] BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu 26, pp.329-376, 2006, p. 371.
[14] BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: Lopes Louro, G. O corpo educado. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

de mais nada, a definição de Butler de abjeto:

> O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p.153)

Pensar o sujeito significaria, portanto, pensar o abjeto, na medida em que essas categorias se constituem mutuamente. Desta forma, interessada em analisar mais especificamente a existência de *graus de humanidade* e a distinta valorização das vidas humanas, a reflexão de Butler é pertinente para investigar, no caso de pessoas travestis e trans, como esses corpos que "fracassam em se materializar", de acordo com as normas hegemônicas de gênero, permitem que os corpos tidos como normais e saudáveis qualifiquem-se como "corpos que pesam", capazes de estruturar a reivindicação de seu direito à vida e à autonomia em função do repúdio ao abjeto. Tal qual sugere com precisão Elizabeth Cruz (2011), em uma situação de proibição de uso de banheiros por pessoas trans, o próprio aspecto biológico de necessidades fisiológicas humanas é o que, ironicamente, se é negado: "Ainda poderíamos problematizar que urinar é uma necessidade fisiológica, portanto, biológica, e é justamente esta necessidade que não encontra espaço num território que defende o biológico como fundador das diferenças"[15].

De forma ainda mais evidente, há um elemento do projeto do "terceiro banheiro" que ganha destaque e que nos permite antever a naturalização tal qual é sugerida a associação entre a população LGBT, a violência e a pedofilia. Trata-se da proibição de crianças frequentarem o "terceiro banheiro" desacompanhadas de algum responsável legal. Na notícia da *Folha de São Paulo* sobre o projeto de Apolinário, esse condicionante aparece em uma fala indireta do vereador: "Com o terceiro banheiro, afirma [Apolinário], tudo se resolve, porque vai quem quer – menos crianças desacompanhadas"[16]. A notícia da *Folha* optou por enfatizar em seu título o projeto de lei anterior do vereador: "Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay"; como se vê, o jornal constrói sua

---

[15] CRUZ, Elizabeth. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista Psicologia Política.* São Paulo, vol.11, n. 21, 2011, pp.73-90, Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1519-549X. Acesso: Julho de 2016.

[16] SPINELLI, Evandro; CANCIAN, Natália. *Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay*. Publicado em: 08/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24709-apos-dia-do-orgulho-hetero-vereador-de-sp-quer-banheiro-gay.shtml. Acesso em: junho de 2015.

notícia de forma idêntica à apontada na matéria d'*O Estado* e encontrada também na notícia veiculada pelo jornal *Extra*, do Rio de Janeiro – "Vereador quer implantar banheiro para homossexuais em SP"[17] –, isto é, elegendo como destaque a categoria gay na definição do projeto de Apolinário.

Na matéria d'*O Estado*, é logo no segundo parágrafo, na descrição do objetivo do projeto de lei, que podemos ler: "[...] o unissex funcionaria como uma terceira opção, sem regra de uso definida por sexo ou preferência sexual – a única exigência é que a utilização por crianças deverá ser acompanhada de responsáveis legais"[18]. Pouco depois, os leitores são introduzidos a uma breve biografia do vereador, que nos informa que Apolinário fazia então parte da bancada evangélica da Câmara Municipal e que no ano anterior havia apresentado o projeto de lei para estabelecer o "Dia do Orgulho Hétero" em São Paulo. Em seguida, em uma fala indireta, o vereador reivindica como motivos para a criação de seu projeto de lei a manutenção dos "bons costumes" e da "boa convivência entre as pessoas". O jornal *Extra*, por sua vez, é mais direto do que a *Folha* e *O Estado* na apresentação do condicionante envolvendo o uso do terceiro banheiro por crianças: "No caso da utilização por crianças, há a exigência do acompanhamento de 'responsáveis legais'".

Para além do reforço à naturalização da oposição entre a população LGBT e crianças, em termos de segurança e proteção de direitos diante da possibilidade de agressões e de violência sexual, implicitamente aos trechos destacados acima revela-se a crença na possibilidade de degeneração de valores tidos como tradicionais – ligados, sobretudo, à manutenção da família nuclear heterossexual e cisgênero e a uma ideia abstrata (e bastante seletiva) de bem-comum das gerações futuras. Tal retórica, que aciona e articula representações de família, de sexualidade, de nação e nacionalidade para disseminar padrões morais de conduta a serem seguidos e zelados, bem como *desvios* a serem enfrentados e combatidos, não é nova. Muito pelo contrário, nos remete a um período recente da historia do Brasil, que foi a ditadura civil-militar[19].

A *Folha* foi o único jornal que garantiu voz a Laerte para comentar o projeto de Apolinário. Laerte definiu o projeto como a "consagração do gueto" e é interessante

---

[17] GUANDELINE, Leonardo. *Vereador quer implantar banheiro para homossexuais em SP*. Publicado: 08/02/2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/vereador-quer-implantar-banheiro-para-homossexuais-em-sp-3919943.html>. Acesso em: julho de 2015.

[18] FERRAZ, Adriana. Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte. Publicado em: 07/02/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-quer-criar-banheiro-para-gay-em-sao-paulo-apos-polemica-com-laerte,832738>. Acesso em: junho de 2015.

[19] Para uma análise interdisciplinar sobre a relação entre a ditadura brasileira (1964-1985) e questões de sexualidade e gênero, ver: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades – repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.

observar que a cartunista também identifica a oposição entre normalidade e desvio como base argumentativa do projeto do vereador: "Para o cartunista, a proposta teria a função de segregar as pessoas. 'É uma solução que não é uma solução, porque discrimina de uma vez por todas. Como se os outros fossem normais e uma outra parte não". Utilizando-se da ambiguidade como recurso humorístico, na tira abaixo Laerte evoca uma situação semelhante a proibições de uso de banheiros públicos vivenciadas por pessoas trans nos dias de hoje. Localizando sua tira no contexto norte-americano dos anos de 1960, Laerte constrói sua história em moldes idênticos aos do episódio que vivenciou: um homem, em tom intimidador, interroga uma pessoa sobre o uso de um banheiro. “Desconforto” e “constrangimento” e a presença de uma mulher com sua filha são evocados para enfatizar o que seria entendido como uma situação de impropriedade, inadequação e, até mesmo, calúnia ou má-fé; diante do sujeito interrogador, com ar resoluto e postura empertigada, descobrimos sentada uma mulher negra. Soando absurda a leitoras e leitores contemporâneos, na tira abaixo soma-se à generificação de banheiros públicos a racialização destes espaços, no que constitui para Laerte um verdadeiro argumento comparativo, capaz de garantir perspectiva histórica à questão do uso de banheiros públicos por pessoas trans.

Acredito ser possível afirmar que seja comum a todas as notícias destacadas uma naturalização, em termos da ausência de problematização – a qual poderia ocorrer, por exemplo, através da fala de especialistas em gênero e sexualidade ou de alguma autoridade responsável pela promoção dos direitos humanos em São Paulo - com que a associação explícita entre a população LGBT e a violação de direitos de crianças presente no projeto de Apolinário é veiculada por essas mídias. A ausência de problematização desta associação informa diretamente as representações desta população que existem e estão em funcionamento em nosso país, trazendo consequências objetivas para o processo de superação de desigualdades sociais históricas relativas a gênero e sexualidade no Brasil.

1.1. "Até heterossexuais" ou a quebra no sonho de simetria[20]

A palavra *até*, de uso corriqueiro na língua portuguesa, pode adotar múltiplos sentidos. Enquanto preposição, *até* pode ser utilizada para demarcar limites temporais, como nas expressões "até logo" ou "até mais", limites espaciais, como em "até aqui" ou "daqui até ali", e também limites de quantidade, como em "até 10 quilos de peso" ou "até dois litros de leite". No primeiro parágrafo da notícia d'*O Estado de São Paulo* sobre o projeto de lei do vereador Carlos Apolinário para criar o "terceiro banheiro" para a população LGBT de São Paulo, somos informados de que o "terceiro banheiro" seria destinado a "gays, lésbicas, bissexuais, travestis, como o artista, e até heterossexuais". Neste momento, nos deteremos brevemente na utilização da palavra *até*.

Na frase acima, a palavra *até* não é utilizada como preposição, mas sim como advérbio, assumindo o sentido de abarcamento ou inclusão e podendo ser substituída por palavras como "mesmo" e "inclusive". O jornal *Extra*, do Rio de Janeiro, em matéria com trechos idênticos à notícia veiculada pelo *Estado*, utiliza a expressão "até mesmo" para se referir ao projeto de Apolinário: "Pela proposta o local seria destinado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e até mesmo a heterossexuais"[21].

Em ambos os casos, uma das leituras possível de ser feita é que, ao introduzir a palavra "até" ou a expressão "até mesmo" no primeiro parágrafo dessas notícias, as/os

---

[20] A expressão "sonho de simetria", utilizada para se referir à linearidade causal esperada entre sexo biológico, identidade de gênero e desejo sexual, foi cunhada pela filósofa e feminista belga Lucy Irigaray. In: BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005, p. 93.

[21] GUANDELINE, Leonardo. *Vereador quer implantar banheiro para homossexuais em SP*. Publicado: 08/02/2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/vereador-quer-implantar-banheiro-para-homossexuais-em-sp-3919943.html>. Acesso em: julho de 2015.

jornalistas responsáveis por essas matérias desejariam causar surpresa ao informar que heterossexuais também estariam incluídos dentro da proposta de criação de um terceiro banheiro. A surpresa teria sua origem em evidenciar que, se o projeto inclui também a possibilidade de heterossexuais frequentarem o terceiro banheiro, pressupõe-se que há pessoas heterossexuais que não se incomodariam em compartilhar o mesmo banheiro com pessoas LGBT. Poderíamos afirmar também que a surpresa reside no fato de que a segregação explícita contida no projeto de lei de Apolinário não seria endossada por todo o conjunto de pessoas – a população de heterossexuais – que o vereador pretende representar com seu projeto. Poderíamos afirmar ainda – e este parece ser o fator primordial a ser considerado - que o conteúdo de surpresa vincula-se ao caráter de excentricidade presente na afirmação de que um projeto de lei para criar um "terceiro banheiro" é destinado tanto para a população LGBT quanto para heterossexuais; em outras palavras, a surpresa estaria no fato de que sujeitos considerados *normais* e sujeitos considerados *desviantes* seriam reunidos como objeto de um mesmo projeto de lei. É novamente a oposição entre desvio e normalidade que parece, sobretudo, dar a tônica ao efeito de surpresa causado pelo uso da palavra "até" nas frases destacadas acima.

Façamos agora o exercício de traçar um paralelo entre os sentidos que a preposição *até* pode apresentar na língua portuguesa e o sentido que a palavra apresenta nas frases destacadas, articulando-os com a condição das pessoas travestis e trans no Brasil e o projeto de lei de Apolinário. Se pensarmos em espaço, apesar dos banheiros públicos em geral existirem em pares e serem separados por gênero, para pessoas travestis e trans nenhum desses pares é suficiente. Uma travesti, por exemplo, não tem direito reconhecido nem ao banheiro feminino, nem ao banheiro masculino. O banheiro é, portanto, um espaço incompleto ou um *espaço negado* para essas pessoas. Se pensarmos em tempo associado a direitos, constataremos que em nossa sociedade convivem simultaneamente pessoas com acesso a direitos básicos – como educação, emprego e saúde, por exemplo – e pessoas que, em que pese a desigualdade existente de forma geral no Brasil, não alcançam nem esses direitos básicos, nem direitos absolutamente vitais para a vida social, tais quais poder ir ao banheiro tranquilamente fora de casa ou ter um nome socialmente operante, como é o caso da população travesti e trans. Entretanto, se pensarmos em quantidade via a ideia de soma (de certa forma também presente na constituição das frases destacadas), podemos inferir que, se em um banheiro podem entrar gays, lésbicas, pessoas travestis e trans e heterossexuais, estamos a meio caminho de construir um único banheiro em que todas as pessoas possam entrar!

Evidentemente, este não era o teor do projeto de Apolinário. Muito pelo contrário, este parece ser o problemático aspecto ilusório que garante uma faceta libertária ao projeto do "terceiro banheiro" que "incluiria" a todas e todos. A condição para a igualdade é aqui estruturada em termos de desigualdade: a opção do "terceiro banheiro" para todas e todos é unicamente viável contanto que os direitos de cidadãos *normais*, que não desejassem *se misturar*, fossem devidamente salvaguardados – e que crianças fossem devidamente protegidas frente ao perigo representado pelo "terceiro banheiro".

Outra opção tomou o jornal *Folha de São Paulo* para caracterizar o projeto de lei. Na definição do objetivo do projeto, diz a *Folha*: "Agora, ele [Apolinário] teve outra ideia: criar um banheiro 'unissex' em locais públicos para gays, lésbicas, travestis e quem mais quiser"[22]. Ao optar pela expressão "quem mais quiser", o jornal evita a polarização categórica entre heterossexuais/outros ou heterossexuais/resto, ainda que a oposição entre gays, lésbicas e travestis e "quem mais quiser" não deixe de revelar uma lógica em que categorias de sexualidade e de identidade de gênero não normativas são destacadas diante de um todo abstrato homogeneizado.

Poderíamos pensar que a *Folha* pretendeu incluir nesta expressão mais categorias do que a palavra heterossexual poderia abarcar. Antes de mais nada, é preciso ter cuidado: categorias de gênero e de sexualidade se misturam. É possível identificar precisamente todas as pessoas gays ou lésbicas? Obviamente não. Mas é possível identificar gays e lésbicas cuja *performance de gênero* (Butler, 2005) foge à risca das convenções em torno das noções de masculino e feminino em funcionamento em um determinado local e contexto. O conceito de performatividade em Butler se soma aos esforços de historicização e desnaturalização de categorias de gênero e sexualidade e contribuiu para inaugurar novas possibilidades de trabalho nos estudos de gênero ao prever, em lugar de uma identidade de gênero essencializada e determinada pelo sexo biológico dos sujeitos de forma causal, práticas performativas e repetitivas como responsáveis por assegurar a superfície de *aparência natural* do gênero. De acordo com a autora, "[...] não há identidade de gênero escondida atrás das expressões do gênero; essa identidade é constituída sob um modo performativo por essas expressões, essas mesmo que se compreende resultarem dessa identidade"[23].

Nesse sentido, a proibição envolvendo Laerte revela-se oportuna para se refletir

[22] SPINELLI, Evandro; CANCIAN, Natália. *Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay*. Publicado em: 08/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24709-apos-dia-do-orgulho-hetero-vereador-de-sp-quer-banheiro-gay.shtml. Acesso em: junho de 2015.
[23] BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005, p.69.

sobre a proposta de Butler. Dentro da expressão "quem mais quiser" estariam também incluídos, por exemplo, gays cuja performance de gênero é percebida como masculinizada e lésbicas feminilizadas, isto é, gays e lésbicas que não são facilmente "reconhecíveis" ou que não encontram problema em frequentar um banheiro masculino ou feminino, respectivamente. De forma semelhante, pessoas travestis e trans cuja aparência e performance de gênero se assemelham mais aos pressupostos do binarismo de gênero eventualmente enfrentam menor dificuldade para utilizar um banheiro; não seria um erro afirmar que é possível incluir algumas travestis, homens e mulheres trans na categoria "quem mais quiser". Conforme salienta Cavanagh (2010) em sua análise dos dados empíricos de sua pesquisa com lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgênero, a coerência percebida entre uma identidade de gênero escolhida e a genitália imaginada de uma pessoa "é o fator primordial na determinação do acesso de alguém a banheiros generificados":

> É abundantemente claro que aqueles que são minorias sexuais (lésbicas, gays, bissexuais, etc.) não necessariamente têm dificuldade para ganhar acesso a banheiros generificados, a menos que eles sejam também trans ou percebidos como gênero-variantes (mulheres masculinizadas, homens afeminados, etc.) ou *queer*. Enquanto entrevistados gays, lésbicas e bissexuais não-trans às vezes experimentam homofobia e discriminações de gênero em instalações sanitárias públicas, eles nem sempre têm problemas comparáveis aos de pessoas que são trans ou percebidas como gênero-variante. Os entrevistados trans explicam que na medida em que sua identidade de gênero é vista por observadores de modo coerente com o sexo imaginado de seu corpo – o grau em que a identidade de gênero confiavelmente significa o sexo – este é o fator primordial na determinação do acesso de alguém a banheiros generificados (CAVANAGH, 2010, p. 15)

Grande parte do trabalho de Cavanagh também se debruça sobre as relações entre arquitetura e gênero. É interessante observar em sua análise não apenas a centralidade do que é compreendido como uma "arquitetura sexuada", de designs e projetos "sexo-segregadores" ou "gênero-excludentes"[24], mas, sobretudo, o que a autora qualifica em sua investigação sobre a construção de banheiros públicos como um convite à "atenção voyeurística". Sob esta perspectiva e tomando como mote a produção de corpos generificados pela arquitetura e pelas "politicas culturais de gênero e excreção", é importante notar como escolhas relativas à decoração, iluminação e materiais empregados

[24] CAVANAGH, Sheila L. *Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination*. Toronto: University of Toronto Press, 2010, p. 5.

nos banheiros públicos são utilizadas como ferramentas de policiamento da coerência de gênero:

> O corpo é, neste espaço, um objeto de inspeção visual. Lacunas entre o sexo percebido do corpo, a identidade de gênero e a insígnia na porta dos banheiros estão sujeitas a inquérito. O espaço é projetado para autorizar um olhar invasivo e persecutório. Espelhos, iluminação fluorescente e superfícies metálicas convidam à atenção voyeurista. [...] Olhos impertinentes vigiam o corpo e se ele está ou não no 'lugar certo' (CAVANAGH, 2010, p.43)

Em uma análise detida, a expressão utilizada pela *Folha* tem o mérito de facilitar a compreensão de qual motivação está verdadeiramente em jogo na proposta de criar um "terceiro banheiro" – ainda que, em termos objetivos do ponto de vista jornalístico e informativo, a oposição entre LGBT e "quem mais quiser", conforme dito anteriormente, também remonte ao par *desvio* e *normalidade* e, portanto, não auxilie na difusão de outros tipos de representação de gênero e sexualidade na mídia.

Aparentemente, menos crucial do que a orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa, o que realmente importa quando o assunto é a utilização de banheiros públicos em nossa sociedade é a performance de gênero e a adequação dos corpos e sujeitos a um dos pólos do binário de gênero que organiza nossa vida social. Poderíamos dizer que são a heteronormatividade e a cisnormatividade, motores da reprodução do binário de gênero, que regem o uso de banheiros públicos em nossa sociedade. Enquanto uma mulher lésbica feminilizada e uma mulher trans percebida como feminina podem, eventualmente, conseguir utilizar um banheiro feminino com alguma segurança, o não-lugar reside especialmente na fronteira ou, de acordo com Butler, nas *zonas inabitáveis* da vida social dos corpos e performances que não se adéquam a um gênero ou outro. De todo modo, é preciso ressaltar que é impossível, obviamente, delimitar com extrema exatidão o que é ou não é lido culturalmente como heteronormativo e, em menor grau, como cisnormativo, mesmo em nossa sociedade. Afinal, principalmente os códigos da heteronormatividade e do próprio binarismo de gênero podem variar segundo o contexto, a classe social ou a geração, para mencionar apenas algumas variáveis.

Foram muitos os trabalhos em que Laerte explorou a generificação de banheiros como fator mobilizador para a criação de suas tirinhas. Acredito que a tira abaixo, em especial, sintetize parte do processo investigativo e reflexivo por que passou Laerte. Sozinha e tomando o que aparentemente poderia ser uma cerveja, Laerte se auto representa

entregando-se à reflexão sobre categorias de gênero e sexualidade; com aspecto contemplativo e olhar compenetrado, a cartunista desenvolve sua história de modo a caminhar em direção à temática do uso de banheiros públicos. No último momento da narrativa, a cartunista encontra-se em pé, parada, diante da porta de um banheiro feminino. A interceptar sua entrada banheiro adentro, encontra-se uma engenhoca de sua altura, dotada de uma barra horizontal bloqueadora, uma grande antena e pelo menos três botões distintos a sugerirem opções diferentes de possibilidades de detecções ou diagnósticos – trata-se do Controle de Congruência Total e Absoluto (CCTA), metáfora concreta para a vigilância policialesca do uso de banheiros públicos. Somos apresentados à conclusão a que chegam suas reflexões: para se usar um banheiro público, é preciso atestar a congruência absoluta entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. A tira, por fim, nos leva a inquirir: diante de tamanha complexidade das experiências humanas e, também, da universalidade daquilo que há em comum entre os seres humanos, como as funções excretoras e o uso de banheiros, por que dificultarmos o acesso para a execução de uma função vital e, até certo ponto, poderíamos assumir, também banal?

PARTE 2 - Mídia e reconhecimento

É com um misto de estarrecimento e surpresa que acompanhamos as histórias de Carolina, uma mulher trans e interlocutora principal de Flávia Teixeira (2012) em seu artigo "Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade"[25]. Carolina realizou sua cirurgia de transgenitalização com mais de 40 anos, após uma bem-sucedida carreira militar, um casamento com uma mulher cisgênero e uma filha biológica. Em um dia de trabalho de campo, terminado o acompanhamento a Carolina em uma de suas idas ao Hospital Militar de Brasília, foi no estacionamento de veículos que Teixeira indagou a sua interlocutora sobre o local utilizado como banheiro durante seu tempo de ofício militar. A descrição da antropóloga é emblemática:

> Do carro, eu observava os alojamentos e a disposição dos prédios, então perguntei à Carolina os locais subterrâneos que ela utilizava como banheiro. Ela apontou então um local com uma escada, indicando um acesso subterrâneo. Durante o período em que trabalhou como militar, ela nunca dividiu o banheiro com seus colegas, nem mesmo o alojamento. Dormia todas as noites de trabalho dentro da viatura, foram 22 anos dessa rotina [...] (TEIXEIRA, 2012)

Nos conteúdos analisados, foram levantados quatro casos de resoluções oficiais sobre o uso de banheiros públicos por pessoas LGBT. Em uma escola de Londrina, no Paraná, onde dois alunos gays passaram a usar um "banheiro alternativo" aprovado pelo Conselho Tutelar local depois de serem vítimas de homofobia por colegas da escola[26]; em um shopping center em São Paulo, na região da avenida Paulista, onde o uso do banheiro feminino por mulheres trans foi liberado depois de uma manifestação ter sido realizada no local contra um segurança que havia proibido uma mulher trans de utilizar o banheiro feminino[27]; na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em que o banheiro

---

[25] TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis,vol.20, no.2, p.501-512, agosto 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: junho de 2015.

[26] GUANDELINE, Leonardo. *Vereador quer implantar banheiro para homossexuais em SP*. Publicado: 08/02/2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/vereador-quer-implantar-banheiro-para-homossexuais-em-sp-3919943.html>. Acesso em: julho de 2015.

[27] A matéria refere-se exclusivamente a pessoas transexuais. *Shopping de São Paulo libera entrada de transexuais em banheiro feminino*. Publicado em :27/07/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1491846□shopping□de□sao□paulo□libera□entrada□de□transexuais□em□banheiro□feminino.shtml>. Acesso em: junho de 2015.

feminino é liberado para utilização de mulheres trans desde 2008[28] e, por fim, na escola de samba Unidos da Tijuca, onde foi criado um banheiro "exclusivo para gays"[29].

Em março de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República brasileira, divulgou no Diário Oficial uma orientação, sem força de lei, para que as instituições educacionais no país permitam que estudantes transgênero escolham o banheiro que desejam utilizar. A recomendação prevê também que esses estudantes escolham o tipo de uniforme a ser utilizado de acordo com o gênero com o qual se identificam e que seu nome social seja reconhecido em todas as instâncias das instituições de educação brasileiras[30]. Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que esta foi até então a movimentação institucional mais forte no sentido do reconhecimento dos direitos da população travesti e trans no Brasil. Entretanto, sem força de lei, o direito à autodeterminação de gênero permanece uma questão oficialmente não resolvida em nosso país, conforme nos demonstram os casos citados e a história de Carolina.

Para ampliar nossa reflexão, convém indagar, antes de mais nada, sobre o *reconhecimento* da travestilidade e da transgeneridade no Brasil. Voltemos então aos propósitos desta pesquisa. Aproveitando-se da grande repercussão midiática envolvendo a proibição sofrida por Laerte, nos dedicaremos agora a uma análise que parte inicialmente da seguinte pergunta: os jornais de grande circulação analisados reconhecem a travestilidade e a transgeneridade enquanto experiências existentes e legítimas, capazes de constituírem identidades coletivas em nosso país?

A julgar pelo conteúdo relativo à proibição sofrida por Laerte, a representação dominante da travesti e da mulher transgênero nos jornais de maior circulação brasileiros associa ambas à figura de um homem que "se veste de mulher". É possível afirmar que esta é uma representação consensual nos conteúdos analisados para caracterizar Laerte. A coluna da jornalista Mônica Waldvogel[31] no jornal *O Globo,* “Saia justa no banheiro”,

---

[28] FERRAZ, Adriana. Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte. Publicado em: 07/02/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-quer-criar-banheiro-para-gay-em-sao-paulo-apos-polemica-com-laerte,832738>. Acesso em: junho de 2015.

[29] Ibidem.

[30] *Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar*. Publicado em: 13/03/2015. Disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html. Acesso em julho de 2015.

[31] Com mais de três décadas de trabalho na televisão, a jornalista Monica Waldvogel tem passagem por alguns dos maiores conglomerados de mídia do Brasil: Rede Globo, SBT, Rede Record e TV Manchete. Waldvogel ganhou notoriedade trabalhando nas áreas de economia, política e cultura; na Rede Globo,

publicada logo após a proibição sofrida pela cartunista, é uma fonte privilegiada de análise ao trazer elementos variados que nos permitem destrinchar essa afirmação[32].

Assim como nos conteúdos veiculados por outras mídias já citados anteriormente, Laerte é primeiramente apresentada por Waldvogel, já no pretenso tom despojado que caracterizaria a coluna, como "um sessentão que resolveu se vestir de mulher". Mais adiante, depois de ressaltar que Laerte "virou" Sônia - nome social que a cartunista adotou antes de decidir finalmente manter o nome Laerte – e que havia se transformado em uma celebridade midiática quando o assunto é sexualidade, a jornalista refere-se à identidade de gênero da cartunista como uma "fantasia". Vejamos:

> Laerte, da noite para o dia, pelo menos na percepção de quem não frequenta as rodas certas da boêmia, virou Sônia. E Sônia se transformou numa celebridade, dessas que atraem todos os fotógrafos nos eventos e enche páginas de jornal e revista com entrevistas sobre a carcomida moldura sexual a que estamos todos submetidos. Até aí, tudo bem. Sônia tem namorada (ou será o Laerte?), ex-mulher e filhos. A sem-cerimônia com que circula pelo mundo escancarando sua fantasia faz com que a gente se pergunte qual é o tamanho da liberdade que concedemos a nós mesmos. (WALDVOGEL, 2012)

O trecho destacado se relaciona com uma série de questões que envolvem gênero, sexualidade, classe e moralidade, entre outros aspectos. Entretanto, concentrando-nos no uso do termo *fantasia*, é possível perceber que, depois de ser caracterizada como algo que se liga exclusivamente à utilização de vestimentas socialmente consideradas femininas, a identidade transgênero de Laerte passa a ser representada como algo que nos remete imediatamente à expressão *fantasia sexual*, ligada ao desejo sexual e à expressão da sexualidade individual. Vale destacar também a ênfase imediatista com a qual o processo de transição entre os gêneros é apresentado: da noite para o dia Laerte *virou* Sonia. A dimensão processual e temporal de toda a construção/desconstrução incessante do gênero e

---

apresentou o Jornal da Globo, o Jornal Hoje, o Bom Dia São Paulo e, eventualmente, o Jornal Nacional. Em 2002 inaugurou no canal GNT, pertencente ao grupo Globo e voltado a "temáticas femininas", o programa "Saia Justa", ao lado de Fernanda Young, da cantora Rita Lee e da atriz Marisa Orth. O "Saia Justa" caracterizou-se como um "programa feminino" de debates, dedicando-se a assuntos ligados a comportamento, política e cultura. Waldvogel permaneceu no programa como mediadora por onze anos. Ao longo dos anos, o "Saia Justa", que segue no ar, contou com mais de uma dezena de mulheres apresentadoras, em sua maioria jornalistas ou artistas – todas brancas. Atualmente Waldvogel apresenta o programa de entrevistas "Entre Aspas", no canal GloboNews.

[32] WALDVOGEL, Monica. *Saia justa no banheiro*. Publicado em: 04/02/2012. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=laerte+monica+waldvogel. Acesso em: junho de 2015.

do corpo – não só para pessoas travestis ou pessoas trans, é bom lembrar - se perde.

Os termos gênero, identidade de gênero, travesti, transgênero ou transgeneridade não são citados pela jornalista em sua coluna; de forma semelhante aos outros conteúdos, a situação de proibição é definida como "a confusão que Laerte arrumou ao usar o banheiro feminino num restaurante". Na coluna de Waldvogel o que se destaca é como a construção social de uma identidade de gênero não é levada a sério. Não à toa, a palavra *fantasia* se relaciona com a irrealidade: o que é uma fantasia, mesmo sexual, nem sempre é concretizado ou concretizável quando justaposto à "realidade" reconhecida enquanto tal. Essa avaliação é corroborada com a forma de positivação que a jornalista adota ao se referir à transgressão de normas em nossa sociedade, acionando as palavras imaginação e ousadia: "Esses que transgridem normas sem prejudicar ninguém são os mais fortes, acredito eu. Eles fazem do mundo inteiro seu espaço vital, não se contentam com a parte com que temos de nos virar nesse latifúndio da falta de imaginação e de ousadia". Por certo que sem imaginação e ousadia não se inicia um processo de questionamento do binarismo de gênero em nossa sociedade; no entanto, a ausência de categorias como travesti ou transgênero ou da expressão identidade de gênero faz pensar que tudo não passa de uma experiência isolada e individual de Laerte. O último parágrafo do texto nos dá mais elementos para consolidar essa interpretação:

> Fosse eu a encontrar o Laerte no banheiro do bar, não iria reclamar com o gerente. Puxaria um papo com ele, não deixaria escapar uma história boa como essa. Mas sou sincera: é porque se trata do Laerte e de sua Sônia, só por isso. Fosse um completo estranho, eu ficaria um tanto constrangida (WALDVOGEL,2012)

A existência da travestilidade ou da transgeneridade enquanto experiências e modos de vida existentes e legítimos de uma parcela da população brasileira e o caráter coletivo e social da luta pela vida e pela garantia de direitos para essa população são abstraídos. Em uma abordagem individualizante - ao que parece, estruturada na consagrada carreira de Laerte enquanto cartunista e artista -, a identidade transgênero da cartunista e a problemática do uso de banheiros públicos por pessoas travestis e trans são representadas como uma *boa história* ou uma *fantasia* de uma figura de vanguarda privilegiada e masculina – o que, aparentemente, lhe concede o *passe* para ser respeitada em suas aspirações individuais.

Debruçando-se sobre a noção de *diferença* enquanto conceito e, buscando

caracterizar categorias analíticas distintas a partir da ideia de diferença, Brah (2006) constrói uma contribuição consistente para analisar a diferença enquanto *experiência* e enquanto *relações sociais* – categorias interligadas, embora irredutíveis entre si[33]. Destacando a interrogação e a problematização da experiência e das relações sociais de gênero entre os seres humanos como um dos objetos historicamente elementares e definidores do feminismo, a autora recorre ao clássico slogan da segunda onda do movimento feminista, "o pessoal é político", para avaliar como "as experiências individuais, os sentimentos pessoais e a própria compreensão das mulheres sobre suas vidas diárias" puderam adquirir novos significados em oposição à experiência de um cotidiano *concreto*, com suas múltiplas contradições e, fundamentalmente, inscrito na ordem da ahistoricidade e da natureza[34]. Longe de refletir fielmente uma *realidade pré-determinada*, Brah salienta como a experiência relaciona-se com uma prática processual de construção de significados em interação com condições simbólicas e materiais. Vale à pena conferir o argumento da autora:

> De fato, 'experiência' é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos 'realidade'. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a 'verdade' mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado. (BRAH, 2006, p.360)

Tomar a diferença enquanto *relações sociais* significaria, por sua vez, atentar para relações de poder historicamente variáveis associadas a categorias como gênero, classe e "raça", entre outras, nas esferas macro e micro e envolvendo *modos de diferenciação* instituídos de forma *estruturada* e diretamente vinculados a desigualdades. É necessário ressaltar que Brah aponta não apenas as esferas políticas e socioeconômicas do poder, mas também sistemas de representação e significação que constroem categorias de forma diferenciada. É possível, portanto, refletir sobre os meios de comunicação como parcela constituinte desses sistemas.

> É essencial então enfrentar as questões de que matrizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes, e quais são os processos econômicos, políticos e

[33] BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu 26, pp.329-376, 2006.
[34] Idem, p.360.

> culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis. (BRAH, 2006, p. 361)

Retornando à coluna de Waldvogel, ao arquitetar suas ponderações a respeito da proibição sofrida por Laerte, a colunista se apóia na figura de um homem vestido de mulher como representação primeira da identidade trans. O consenso midiático em torno do fator "vestir-se de mulher" é expresso em termos elucidativos na seguinte passagem:

> Um homem vestido de mulher é rejeitado por seus pares diante do mictório ou esses são indiferentes ao vestuário do companheiro quando constatam o órgão que têm em comum? Às mulheres basta a identificação estética que se processa pelo espelho ou a roupa encobrindo um homem no cubículo ao lado configura algum tipo de ultraje? (WALDVOGEL, 2012)

O centro da argumentação envolve, irremediavelmente, a figura de um homem e seu pênis. Caso a análise fosse estruturada em torno da figura de uma travesti ou de uma mulher trans, possivelmente dona de um nome social feminino e, desprezando a relevância de seu órgão genital para a constituição de uma problemática como a utilização e/ou a proibição de frequentar um banheiro, seria possível perceber que a questão é outra. O gênero é construído, desconstruído e reconstruído diariamente e o corpo não é definido exclusivamente pela biologia no momento do nascimento.

Não menos importante, em se tratando do Brasil e, tomando questões de gênero enquanto um tópico indispensável para a justiça social, o reconhecimento de experiências e identidades travesti e trans associa-se a demandas por acesso normalizado à educação e emprego, ao sistema de saúde e à moradia e, fundamentalmente, ao direito a uma vida sem sofrer violência. Sobre este tema, em uma entrevista para o jornal mineiro *O Tempo*, em setembro de 2013, Laerte - que afirmou, à época, acreditar em um "avanço" na visibilidade da transgeneridade e em uma "saída do armário" das questões de gênero - foi questionada sobre qual seria sua avaliação sobre as "ideias e valores" que sustentam uma sociedade que marginaliza a travestilidade (na formulação original da pergunta, a travestilidade é definida como *travestimo*, categoria vinculada à patologização da identidade travesti)[35]. Recorrendo à oposição entre normalidade e desvio, a cartunista afirma acreditar existir uma situação de

[35] TOLEDO, Daniel. *Há uma situação de apartheid em relação à transexualidade*. Publicado em: 22/09/2013. Disponível em: http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/h%C3%A1-uma-situa%C3%A7%C3%A3o-de-apartheid-em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-transexualidade-1.716949. Acesso em: junho de 2015.

apartheid da “transexualidade” no Brasil: "[...] é evidente que há uma situação de apartheid em relação à transexualidade, de modo a restringi-la ao exercício da prostituição e mantê-la fora do circuito considerado socialmente aceitável por pessoas ditas 'de bem'".

Acredito que seja possível sustentar que o não reconhecimento da experiência travesti e trans na mídia baseia-se, principalmente – e, conforme evidencia o trecho a seguir da coluna de Waldvogel - na naturalização da biologia do dimorfismo sexual e do binarismo de gênero: "E quem tem a prerrogativa da justiça nesse caso? O direito de escolher que banheiro usar está com Laerte, que inventou para si uma nova expressão? Ou com quem tem o direito à privacidade adquirido pela anatomia do sexo?". Trata-se de uma discussão que me parece girar em torno da velha oposição antropológica entre natureza e cultura e a validade da autodeterminação de gênero para os seres humanos. Pode a anatomia do *corpo sexuado* ter história(s) e ser flexível, como nos sugere Thomas Laqueur (2001)[36]?

Voltemos agora para a análise de notícias. Em um trecho da matéria d'*O Estado de São Paulo* sobre o projeto de lei para criar o “terceiro banheiro” para a população LGBT, Carlos Apolinário aproveita o ensejo da proibição envolvendo Laerte para alertar: há mais "gays" querendo utilizar o banheiro feminino em São Paulo[37]. Notemos que o vereador, ao se referir a pessoas trans como Laerte, utiliza uma expressão semelhante àquelas privilegiadas pelos grandes jornais aqui analisados para descrever a cartunista: um homem "vestido de mulher". Vejamos:

> Já recebi relatos semelhantes na capital. Os gays no Brasil são muito folgados. Eles querem privilégios, e isso não pode acontecer. Como a sociedade caminha para essa abertura sexual, acho natural criarmos uma opção unissex. O que não é possível é minha mãe entrar em um banheiro e encontrar um homem vestido de mulher.

A frase de Apolinário antecede um parágrafo que informa aos leitores sobre algumas das saídas encontradas no Brasil para o uso de banheiros públicos pela população LGBT. Ao informar sobre o caso da escola de samba carioca Unidos da Tijuca, a reportagem posiciona-se de forma parecida com o vereador no trecho destacado acima. O que podemos ler é:

---

[36] LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

[37] FERRAZ, Adriana. Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte. Publicado em: 07/02/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-quer-criar-banheiro-para-gay-em-sao-paulo-apos-polemica-com-laerte,832738>. Acesso em: junho de 2015.

> Polêmica em São Paulo, a ideia de se criar um banheiro exclusivo para gays já foi testada no Rio, e com críticas. No ano passado, ativistas da causa homossexual condenaram a escola de samba Unidos da Tijuca, que inaugurou essa opção em sua quadra. A luta de transexuais e travestis no País é pelo direito de usar banheiros femininos. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ele está assegurado desde 2008.

Em primeiro lugar, destacando-se novamente que o projeto de Apolinário, inspirado na proibição sofrida por Laerte, é destinado, primordialmente, a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas travestis e transgênero, torna-se evidente que a ideia do "terceiro banheiro" não é exclusiva para gays, segundo consta no trecho acima. Além disso, é preciso ressaltar que a luta de transexuais e travestis não se restringe ao direito de utilizar um banheiro feminino; homens transexuais, por exemplo, costumam reivindicar o uso de banheiros masculinos, enquanto há setores do movimento de pessoas travestis, transexuais e transgênero que inclusive não reivindicam o acesso a banheiros generificados - suas reivindicações adotam como prioridade o fim das divisões por gênero em banheiros e demais espaços públicos[38]. Não me parece um exagero afirmar que o jornal incorre em postura semelhante à do vereador, contribuindo para a desinformação sobre temas como identidade de gênero, travestilidade, transgeneridade e sexualidade.

A reportagem d'*O Estado* descreve inicialmente Laerte como "o cartunista Laerte Coutinho, 60 anos, que se veste de mulher", para depois definir a cartunista como travesti – "[a ideia do projeto] é destinada a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, como o artista e até heterossexuais"[39]. O título da matéria, conforme já explicitado, relaciona o projeto que cria "banheiro para gay" com a "polêmica com Laerte" ("Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte").

Na matéria da *Folha de São Paulo* sobre o projeto de lei, uma fala de Apolinário nos fornece mais elementos para refletir sobre o não reconhecimento da travestilidade e da transgeneridade em jornais de grande circulação[40]:

> Para o vereador, esse uso [do banheiro feminino] é inaceitável. 'Se qualquer cidadão do sexo masculino disser que está se sentindo mulher

[38] No que concerne à esta última observação referente à reivindicação pelo fim de banheiros públicos generificados, gostaria de agradecer à antropóloga Mylene Mizrahi, da UFRJ, que me chamou atenção para este ponto durante minha apresentação no Fórum 10, durante a REA/ABANNE (Reunião Equatorial de Antropologia/Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste), em julho de 2015, em Maceió/AL.

[39] Ibidem.

[40] SPINELLI, Evandro; CANCIAN, Natália. *Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay*. Publicado em: 08/02/2012. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24709-apos-dia-do-orgulho-hetero-vereador-de-sp-quer-banheiro-gay.shtml>. Acesso em: junho de 2015.

> naquele dia, pode entrar no banheiro feminino. Às vezes, pode ser até um cidadão sem vergonha, mau caráter, que nem tem essa opção sexual.

Em sua afirmação para refutar o direito à autodeterminação de gênero no uso de banheiros públicos, o vereador menciona "qualquer cidadão do sexo masculino" e utiliza o termo "opção sexual" aparentemente com o intuito de se referir a gays. Acredito que o trecho evidencie, desta forma, o não reconhecimento de experiências e identidades travestis e transgênero e, consequentemente, de demandas pela garantia de direitos para essas populações. Uma das leituras passíveis de ser feita é que, apesar de se propor a legislar sobre conteúdos relacionados à população LGBT, Apolinário não diferencie identidade de gênero de orientação sexual. Em outras palavras, o vereador parece não se desprender da *relação causal* (BUTLER, 2000) entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, o que embasaria a percepção de que travestis ou mulheres trans seriam nada menos do que um "homem gay de saias". Nem a *Folha* e nem *O Estado* tecem qualquer comentário - seja em forma de contextualização, seja por meio da opinião de algum especialista - sobre o conteúdo das falas de Apolinário para justificar seu projeto de lei.

A primeira matéria da *Folha* se reportando à proibição sofrida por Laerte destoa, entretanto, dos outros conteúdos analisados - inclusive de outras matérias da própria *Folha*[41]. A reportagem elege como informação prioritária já em seu título a posição de então da cartunista de processar a pizzaria – "Cartunista vai à Justiça para ter direito de usar banheiro feminino" – e informa aos leitores sobre a existência da lei estadual 10.948/2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas em razão de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. De todos os conteúdos analisados nos jornais de grande circulação relativos à proibição, a Folha é o único veículo a informar sobre a existência da lei estadual e sobre a posição oficial da então coordenadora estadual de políticas para a diversidade sexual, Heloísa Alves, que garantiu à cartunista a possibilidade de reivindicar seus direitos e processar o estabelecimento.

É curioso observar, nesta primeira notícia, que a categoria utilizada por Laerte para referir-se a si mesma e seu critério para a utilização de banheiros é a "dupla cidadania". À época, Laerte optou por ressaltar que passara a frequentar o banheiro feminino ao começar a praticar *crossdressing* - vestir-se ocasionalmente com roupas e acessórios considerados femininos - e "se 'consolidar' como travesti". A "dupla-cidadania" garantiria à cartunista o

[41] CANCIAN, Natália. *Cartunista vai à justiça para ter direito de usar banheiro feminino*. Publicado em: 27/01/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/22447-cartunista-vai-a-justica-para-ter-direito-de-usar-banheiro-feminino.shtml. Acesso em julho de 2015.

direito de frequentar o banheiro que lhe conviesse de acordo com a sua expressão de gênero em determinado momento. No segundo parágrafo da matéria, no entanto, ao explicar o que havia ocasionado a proibição, o fator "vestir-se de mulher" é acionado para caracterizar Laerte: "[...] uma cliente, com a filha de dez anos, reconheceu na senhora o cartunista da Folha Laerte Coutinho, 60, que se veste de mulher há três anos".

2.1. Reconhecimento em Nancy Fraser

Lancemos luz agora a outro aspecto contido nas falas de Apolinário. Ao caracterizar os gays brasileiros como folgados, o vereador fala em "privilégios". Depois, construindo a defesa de seu projeto de lei em sentido liberal e humanista, Apolinário posiciona-se ao lado dos direitos do ser humano, afirmando que "homens e mulheres têm o direito inalienável" de seguir esta ou aquela orientação sexual e que impor direitos a outros é "ditadura"[42]. Esse tipo de retórica é bastante ilustrativo de um certo modo de tratar os direitos das ditas "minorias" – mulheres, a população negra e a população LGBT, por exemplo – no Brasil. Vincula-se a setores contrários a medidas afirmativas ou de reconhecimento e/ou redistribuição de justiça para essas populações. Em sentido mais escrachado, esses setores qualificam as reivindicações de movimentos sociais e militantes como a ditadura do "politicamente correto", que estaria a engendrar um mundo "muito chato para se viver"[43]. Parlamentares das bancadas religiosas a nível municipal, estadual e federal endossam e aproveitam-se desse tipo de posicionamento, colocando-se prontamente contra legislações que signifiquem avanços progressistas em pautas ligadas a essas populações, tais como a descriminalização do aborto no Brasil, o estabelecimento de cotas raciais nas universidades e no setor público brasileiro ou a proibição dos tratamentos psicológicos para "curar"

[42] SPINELLI, Evandro; CANCIAN, Natália. *Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay*. Publicado em: 08/02/2012. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24709-apos-dia-do-orgulho-hetero-vereador-de-sp-quer-banheiro-gay.shtml>. Acesso em: junho de 2015.

[43] Em janeiro de 2015, o humorista Renato Aragão, nacionalmente conhecido como intérprete do personagem Didi, declarou que o humor havia mudado no Brasil e que, agora, setores da população que antes eram alvo de piadas e não se importavam, passaram a se incomodar com isso. Diz Aragão para a revista Playboy: "Hoje todas as classes sociais ganharam a sua praia, e a gente tem que respeitar muito isso. Eu sou até a favor. Mas, naquela época, essas classes dos feios, dos negros, dos homossexuais, elas não se ofendiam. Elas sabiam que não era para sacanear". O blogueiro Felipe Moura, da Revista Veja, da Editora Abril - principal porta-voz do discurso conservador contra o estabelecimento de direitos para minorias no Brasil - parabeniza a atitude de Aragão, o qual estaria se posicionando contra a "patrulha do politicamente correto". MOURA, Felipe. *Renato Aragão e Danilo Gentili contra o politicamente correto.* Publicado em: 06/01/2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2015/01/06/renato-aragao-e-danilo-gentili-contra-o-politicamente-correto> . Acesso em: junho de 2015.

LGBT, para ficarmos com alguns exemplos.

A obra de Nancy Fraser (2013) traz importantes contribuições para o debate estratégico sobre justiça social na teoria feminista e na área dos estudos sobre desigualdades de gênero, sexualidade, "raça" e classe. Interessada em investigar a separação entre as lutas e políticas de identidade e as lutas e políticas em torno do conceito de classe em fins do século XX, Fraser empenha-se em superar a oposição economicista entre "base" e "superestrutura" ou lutas "primárias" e "secundárias". O objetivo primordial da autora é dedicar-se à busca de sínteses teóricas e atuações políticas unitárias dentro do campo da esquerda; justiça social exigiria tanto *reconhecimento* como *redistribuição*[44]. Ao definir o que compreende por injustiças de reconhecimento, Fraser salienta dois aspectos ligados aos "padrões sociais de representação" diretamente relacionados aos propósitos desta pesquisa: o *ocultamento* e o *desrespeito*. O ocultamento refere-se às práticas de invisibilização, isto é, a invisibilidade cultural sofrida por determinados grupos sociais como conseqüência do efeito de práticas comunicativas, interpretativas e de representação. O desrespeito refere-se à difamação e desqualificação cotidianas nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida social cotidiana.

Nesse sentido, não ser devidamente reconhecido em uma sociedade, de acordo com Fraser, ultrapassa o desprezo, o preconceito e a desvalorização. Segundo Fraser, o cerne do não reconhecimento reside na negação do status de parceiro pleno (*full partner*) nas interações sociais e o impedimento de participação igualitária na vida social. Vejamos:

> Quando padrões de desrespeito e de não-estima deste tipo estão institucionalizados – por exemplo, nas leis, no bem-estar social, na medicina, e/ou na cultura popular – eles impedem a paridade de participação tão claramente como as desigualdades de distribuição. (FRASER, 2013, pp.176-177)

A autora ressalta também que as injustiças de reconhecimento são *materialmente instanciadas*, isto é, tão materiais quanto injustiças de redistribuição:

[44] O trabalho da autora estrutura-se em torno dos conceitos de injustiças de reconhecimento e injustiças de redistribuição, categorias que constantemente se entrelaçam, mas que, mesmo quando separadas, referem-se a problemas igualmente "primários, sérios e reais", os quais qualquer ordem social "moralmente defensável precisa erradicar". Defende Fraser: "[...] longe de argumentar que os danos culturais são reflexos superestruturais de danos econômicos, eu proponho uma análise em que esses dois tipos de danos são co-fundamentais e conceitualmente irredutíveis". FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2013, pp. 176-177.

> [...] as normas, significações e construções de pessoalidade que impedem mulheres, pessoas racializadas e/ou gays e lésbicas de paridade de participação na vida social são materialmente instanciadas – em instituições e práticas sociais, na ação social e no habitus incorporado e nos aparatos ideológicos do estado. Longe de ocuparem um reino insignificante ou etéreo, esses aspectos são materiais em sua existência e efeitos (FRASER, 2013, p. 179)

Em termos parecidos aos de Fraser, Cavanagh (2010) também discorre sobre os significados do reconhecimento, os quais, em sua opinião constituem-se em "portas de entrada para a humanidade". A autora também evidencia a relação entre reconhecimento de gênero, participação pública e, fundamentalmente, "acesso à pessoalidade"[45]:

> Reconhecimentos de gênero concordantes com auto identificações não são inconsequentes ou supérfluos, mas portas de entrada para a humanidade. Para aqueles que têm o acesso rotineiramente negado para o espaço público, as questões precisam ser colocadas em termos da relação entre reconhecimento de gênero e apagamento, direito à participação pública e acesso à pessoalidade (CAVANAGH, 2010, p.53)

Voltando-se especificamente a situações de conflito e proibição do uso de banheiros públicos vivenciadas por pessoas transgênero, Cavanagh salienta a brutalidade do não reconhecimento de identidade de gênero em um banheiro ao vinculá-la a uma perda imediata de legitimidade pública enquanto sujeito:

> A cena de reconhecimento diante de um espelho é muitas vezes brutal porque ela decide quem vai ser ou não reconhecido como sujeito normativo [...] Ser invisível, não ser reconhecível, ser interrogado por observadores indignados, desconcertados com a 'impureza' ou incoerência de gênero e não gozar de legitimidade em um panorama cissexista e heteronormativo é ter o acesso legítimo à participação pública posto em questão (CAVANAGH, 2010, pp.50-53)

Além de necessárias mudanças culturais ou simbólicas que envolvam a revalorização de identidades desrespeitadas e o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural, a superação das injustiças de reconhecimento na obra de Fraser (2006) relaciona-se com mudanças ainda mais radicais. Sob esta perspectiva, tais mudanças parecem perfeitamente adequadas para se refletir sobre a travestilidade e a transgeneridade,

[45] CAVANAGH, Sheila L. *Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination*. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

justamente por se conectarem intimamente com transformações gerais em torno da própria *concepção do eu* de todos os seres humanos. Desta forma, discorrendo sobre a reparação às injustiças de reconhecimento, vale à pena voltar ao argumento da autora: "[...] Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de *todas as pessoas*"[46].

Por fim, ainda que sem citar explicitamente questões relativas à identidade de gênero e à transgeneridade, Fraser me parece acertar ao localizar a desigualdade de gênero tanto na estrutura cultural-valorativa quanto na estrutura político-econômica das sociedades capitalistas. Populações marcadas pela desigualdade de gênero, como, por exemplo, no contexto brasileiro, as travestis, se encaixam na categoria definida por Fraser como *coletividades bivalentes* - isto é, coletividades que precisam tanto de reconhecimento quanto de redistribuição. Vejamos a definição da autora:

> O gênero é, em suma, um modo bivalente de coletividade. Ele contém uma face de economia-política, que o insere no âmbito da redistribuição. Mas também uma face cultural-valorativa, que simultaneamente o insere no âmbito do reconhecimento. Naturalmente, as duas faces não são claramente separadas uma da outra. Elas se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a 'voz' das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Para compensar a injustiça de gênero, portanto, é preciso mudar a economia política e a cultura (FRASER, 2006)

PARTE 3 - Representações na mídia, representações históricas

"Ninguém foi mais duro comigo do que eu mesmo até me tornar assim", desabafaria Laerte, ao participar do programa *Roda Viva*, exibido pela TV Cultura, em fevereiro de 2012. A frase, no entanto, foi retirada de uma notícia veiculada pelo portal online *Folha.com,* anunciando a participação de Laerte no programa da Cultura, menos de três semanas depois da cartunista ter sido proibida de utilizar o banheiro feminino em São

[46] FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"*. Revista Cadernos de Campo, 2006, n.14/15. Pp.231-239.

Paulo.

Por "tornar-se assim", Laerte refere-se a seu processo de aproximação e posterior reivindicação de uma identidade transgênero. Dois anos antes, a *Folha* publicaria pela primeira vez uma entrevista na qual a cartunista afirmava praticar *crossdressing* e se travestir[47]. Laerte "saia do armário" – a expressão, tradicionalmente utilizada para caracterizar o momento em que gays e lésbicas afirmam social e publicamente sua orientação sexual, tem sido mencionada também para se referir ao momento de afirmação pública de uma identidade travesti ou trans. O "tornar-se" gay foi objeto de estudo de Kenneth Plummer (1993); em seu trabalho, encarar-se primeiramente como gay, adentrar o *mundo* da homossexualidade masculina e adotar um chamado *estilo de vida gay* eram interesses elementares[48]. Tornar-se equivale aqui a transformar-se, e nos remete rapidamente à noção de temporalidade: quem se torna alguma coisa se diferencia do que era antes.

"Uma adoção pode fornecer uma perspectiva crucial a episódios que na verdade aconteceram antes dessa revelação", exemplifica Michel Rolph Trouillot (1995), referindo-se à adoção de uma criança para demonstrar a relação de interdependência entre passado e presente e, não menos importante, para salientar como determinadas situações, tais como as que envolvem revelações, podem alterar memórias futuras de eventos que aconteceram antes dessas revelações[49].

Em uma sociedade que opera com categorias fixas de gênero e sexualidade e com a ideia de assumir-se gay ou lésbica, assumir-se ou "virar" trans, involuntariamente os momentos de "saída do armário" ganham ares de ruptura e envolvem reconfigurações profundas e prolongadas nas noções de passado, presente e futuro, assim como na interação entre esses tempos - tanto para quem se assume, como para as pessoas e a sociabilidade ao redor de quem se assumiu. Tal como aponta Trouillot, para quem o passado é sempre uma *posição*[50], para Plummer o "tornar-se" gay - e, gostaria de sugerir, o "tornar-se" trans a que Laerte se refere – está diretamente relacionado a releituras do passado. Recorrendo a uma situação limite, vejamos como o autor deixa isso evidente de forma bem-humorada na

---

[47] FINOTTI, Ivan. *Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher*. Publicado em: 04/11/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>. Acesso em: maio de 2015.

[48] PLUMMER, Kenneth. "O tornar-se gay: identidades, ciclos de vida e estilos de vida no mundo homossexual masculino". In: Hart, J. e Richardson, D., (org). *Teoria e prática da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

[49]TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995, p.15.

[50] Ibidem, p.15. "The past – or, more accurately, pastness – is a position".

passagem abaixo:

> Pode ocorrer o fato irônico de um homem de 60 anos, casado e com dois filhos crescidos, vir a negar 60 anos de heterossexualidade, anunciando que sempre foi "realmente *gay*". O passado é relido pelas categorias essencializantes do presente. (PLUMMER, 1983, p.131)

Sem muito esforço, é fácil conceber como em nossa sociedade frequentemente nos tornamos algo e deixamos de ser o que éramos, atribuindo significados específicos e pesos variáveis a cada mudança. Mudamos a cor dos cabelos, nos tornamos profissionais em alguma área específica, passamos a desempenhar ou conciliar novas funções em uma estrutura familiar ou de afeto e, assim, adquirimos outro(s) status social. No que diz respeito a gênero e sexualidade, conforme pontuam Julio Simões, Isadora Lins França e Marcio Macedo (2010), afirmar-se como uma pessoa travesti ou afirmar-se lésbica envolve necessariamente dimensões e sentidos semânticos e pragmáticos relacionados à *marcação da diferença* em nossa sociedade, capazes de gerar ou perpetuar hierarquias e desigualdades sociais[51]. "Laerte, da noite para o dia, pelo menos na percepção de quem não frequenta as rodas certas da boêmia, virou Sônia", afirmaria, conforme citado anteriormente, a jornalista Mônica Waldvogel[52]. Nesse sentido, é bastante evidente a presença da temporalidade e de suas categorias associadas nas representações sobre a travestilidade e a transgeneridade. Indispensável, portanto, pensar e trabalhar com a alteridade no tempo, para garantir, de forma complexa, visibilidade à população travesti e trans, suas histórias e modos de vida. Ou, de maneira geral, como bem sintetizaria Georges Didi-Huberman (2000) a partir de suas reflexões sobre a impossibilidade da construção de um *passado exato,* e como parece ser precisamente o caso para se refletir sobre representações e narrativas na mídia que envolvam a população travesti e trans: "Todo passado [...] deve estar implicado em uma antropologia do tempo"[53].

Iniciamos este capítulo investigando a presença de associações entre a população LGBT e violações de direitos humanos nos conteúdos veiculados por jornais brasileiros de grande circulação se reportando à proibição sofrida por Laerte. Em seguida, passamos a interrogar em que medida a travestilidade e a transgeneridade são reconhecidas nesses

---

[51] SIMÕES, Julio de Assis, FRANÇA, Isadora Lins, MACEDO, Marcio. *Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo*. Cadernos Pagu 35, 2010, pp. 37-78.
[52] WALDVOGEL, Mônica. *Saia justa no banheiro*. Publicado em: 04/02/2012. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=laerte+monica+waldvogel. Acesso em: maio de 2015.
[53] DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Les éditions de minuit, 2000, p. 36.

jornais enquanto expressões de *experiências* e de *relações sociais* (Brah, 2006) existentes em nosso país, para então nos dedicarmos a uma retomada do conceito de *reconhecimento* na obra de Fraser (2013).

Encerraremos nossa análise nos debruçando sobre conteúdos veiculados principalmente pelo portal online *Folha.com*[54]. Abordaremos as representações de gênero e de sexualidade presentes nesses conteúdos enquanto representações históricas, isto é, como parte integrante e informante sobre um determinado contexto histórico e, fundamentalmente, como construtoras de uma narrativa de qualidade propriamente histórica. A perspectiva adotada procura revisitar este passado recente de modo a questionar, conforme propõe Didi-Huberman (2000), seu caráter de *elemento natural*; dito de outro modo, a expectativa não é outra senão a de tomá-lo enquanto um objeto cronológico incapaz de ser pensado sem "seu contra-ritmo anacrônico"[55].

3.1. Laerte e o novo

> De qualquer forma, agradeço muito ao Laerte por ter provocado toda essa discussão. Sua coragem e sua trajetória fazem dele uma das personalidades mais interessantes do Brasil de hoje. Cheio de dúvidas mas disposto a enfrentá-las, Laerte está descortinando um *mundo novo*, e dividindo-o conosco. (GOES, 2012)

Descortinar um mundo novo, escancarar o gênero, desejar o *pós-gênero*. O trecho acima foi extraído do blog do colunista Tony Goes, vinculado ao portal *Folha.com*, em uma postagem feita no dia 24 de fevereiro de 2012[56]. Poucos dias antes, Laerte havia participado do programa *Roda Viva*, ocasião em que a proibição de entrar no banheiro feminino havia sido um dos temas em destaque. A passagem de Goes faz eco a uma matéria veiculada quase um ano e meio depois, em 25 de julho de 2013, na qual uma mostra com filmes e

---

[54] Entre os portais *online* associados aos dez jornais de maior circulação no país, de acordo com a lista da ANJ, o portal *Folha.com* é o que apresenta o maior número de conteúdos relacionados a Laerte e à situação de proibição vivenciada pela cartunista, o que possibilitou uma análise mais detida sobre representações de gênero e sexualidade neste portal.

[55] DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Les éditions de minuit, 2000, p. 36.

[56] GOES, Tony. *Laerte no Roda Viva: dúvidas e lucidez*. Publicado em: 24/02/2012. Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/1052935-laerte-no-roda-viva-duvidas-e-lucidez.shtml. Acesso em: maio de 2015. O blogueiro Tony Goes possui uma coluna vinculada ao site F5, do grupo Folha, cujo conteúdo dedica-se à área de entretenimento e notícias sobre "celebridades". Na definição oficial do F5: "Fique por dentro da vida das celebridades. Confira as melhores fotos, notícias e curiosidades no F5, o site de entretenimento da Folha". Disponível em: f5.folha.uol.com.br. Acesso em: agosto de 2016. Goes atuou também como roteirista para séries de humor e programas de variedade e, além de sua coluna no F5, escreve em seu blog tonygoes.blogspot.com.

performances sobre questões de gênero, sexo e preconceito era divulgada pelo portal *Folha.com*. Na programação da mostra estava o curta de Cláudia Priscilla, "Vestido de Laerte", cujo mote é a saga de Laerte em "uma São Paulo surrealista, atrás de um certificado para poder usar um banheiro feminino"[57]. É Priscilla quem introduz a relação entre Laerte e as questões de gênero, classificando a cartunista como a "pessoa pública que está escancarando isso". Já em agosto de 2014, a crônica de Silvana Mascagna no jornal mineiro *O Tempo* seria ainda mais enfática: Laerte, a "anos-luz de todos nós", teria "arrombado" o closet das questões de gênero[58]. Vejamos:

> Laerte não saiu do armário, simplesmente. Ela arrombou o closet. E, ao fazer isso, fez com que a discussão sobre a questão do gênero viesse à tona. [..] (O que Laerte fez é tão novo que me obrigou a mudar todos os artigos e adjetivos masculinos que eu havia escrito nos parágrafos anteriores para femininos. Me lembrei de ter lido numa matéria de Liliane Pelegrini aqui mesmo neste Magazine que é assim que Laerte quer ser tratada). [...] Laerte, quando faz o que faz e como faz, está a anos-luz de todos nós. O que ela propõe e deseja é um mundo pós-gênero, em que cada indivíduo possa se expressar em relação a isso da maneira que lhe for mais confortável. E isso é o futuro (MASCAGNA, 2014)

Estas são reflexões sobre um tempo histórico; Laerte vincula-se à ideia de um tempo de mudança. O pano de fundo, a condição do tempo contemporâneo, acelerado e sempre em transformação – um lugar-comum nas representações sobre o tempo em nossa sociedade - mistura-se com a trajetória da cartunista, que adquire contornos de vanguarda. Por outro lado, basta nos debruçarmos alguns minutos sobre essas passagens e logo constataremos que elas estão impregnadas de silêncios e invisibilidades – Laerte não é a primeira figura pública travesti ou trans do Brasil e poderíamos nos perguntar, não sem alguma razão: quais são as diferenças na vivência da cartunista de sua identidade trans, seus dilemas e questionamentos, daquela experimentada por outras pessoas travestis e trans menos conhecidas e igualmente sem direitos garantidos país afora? Trocando em miúdos, o que gostaria de indagar é: qual é o lugar concedido às *histórias travestis e trans* nesse tipo de representação?

---

[57] GRAGNANI, Juliana. *Mostra com filmes e performances debate questões de gênero, sexo e preconceito*. Publicado em: 25/07/2013. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1316520-mostra-com-filmes-e-performances-debate-questoes-de-genero-sexo-e-preconceito.shtml. Acesso em: maio de 2015.

[58] MASCAGNA, Silvana. *Uma inspiração*. Publicado em: 08/01/2014. Disponível em: http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/silvana-mascagna/uma-inspira%C3%A7%C3%A3o-1.770002. Acesso em: maio de 2015. A jornalista Silvana Mascagna possui uma coluna no jornal mineiro *O Tempo* e aborda, entre outros assuntos, temas ligados a questões de gênero e sexualidade.

Comecemos pela primeira constatação. Descortinar ou escancarar um *mundo novo* relaciona-se a ideia de que é possível – e desejável para muitas pessoas – superar limites historicamente construídos em nossa sociedade e, portanto, fazer história ao efetivar mudanças. Laerte, questionando e problematizando categorias de gênero e sexualidade e sua relação causal tida como natural, estaria fazendo história. Reinhart Koselleck (2012) define a expressão *fazer a história* como uma fórmula típica da experiência moderna[59]. Segundo o historiador, é durante o século XVIII, no contexto de gestação e autonomização do conceito de história moderna universal ou de *história em si*, esse coletivo singular abstrato que reúne todas as diversas histórias da humanidade em um passado, presente e futuro compartilhados - e, diante da renúncia a instâncias extra-históricas, como a religião ou a natureza - que a história passa a ser vista como *disponível* para ser feita pelo ser humano. A aposta na diferenciação do futuro em relação ao passado, com mudanças mais rápidas e mais acentuadas, o sentimento de autenticidade como expectativa histórica para o tempo que está por vir e a centralidade da *ação*, amalgamada com o conceito de progresso, são componentes chave da modernidade. De acordo com Koselleck, ao adquirir qualidade histórica, o tempo deixa de ser apenas uma forma na qual os fatos acontecem; este processo, de criação de um *tempo histórico* em uma perspectiva de "história em si", é definido pelo historiador como o processo de temporalização da história. Vejamos seu argumento:

> O progresso e a consciência histórica temporalizam todas as histórias no processo único da história universal. Sem precisar recorrer a um além, a história universal se converte em um tribunal universal, na expressão de Schiller, imediatamente acolhida e correntemente citada como evidência. A consciência do caráter único da época torna-se permanente – um critério daquilo que mais tarde foi chamado de modernidade. (KOSELLECK, 2012, p. 290)

Fazer história ou entrar para a história ligam-se, portanto, diretamente ao processo de temporalização da história e sua narrativa hegemônica. Voltemos então à ponderação feita há pouco: Laerte descortina *de fato* um mundo novo? Parece um bom caminho para responder esta pergunta, entre outros, iniciar uma reflexão sobre o processo de construção dessa representação e também dar ouvidos à própria Laerte. Começando pelo último aspecto, na matéria em que a mostra de gênero e o curta de Cláudia Priscilla sobre a

[59] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

cartunista eram divulgados, logo após a fala de Priscilla destacada acima, há a seguinte afirmação: "Laerte diz se considerar participante, mais do que representante do tema"[60]. O referido tema são as questões de gênero. Em outra passagem, na notícia que anunciava a participação da cartunista no programa *Roda Viva*, ao negar que processaria a pizzaria em que fora proibida de entrar no banheiro feminino, Laerte dá pistas sobre a maneira como enxerga o papel que vem desempenhando em espaços públicos e na mídia: "Não tenho interesse em processar o estabelecimento. A mim me interessa mais o debate sobre preconceito; com argumentos, sem agressividade"[61].

Ainda nesta matéria, é interessante notar a posição de Laerte quando questionada sobre a história em quadrinhos publicada em 1989, em parceria com Angeli e Glauco, na revista "Los 3 Amigos", na qual Laerte aparecia como "Laertón", uma transformista: "Laertón era um alter ego. A questão da transgeneridade já existia potencialmente em mim nessa época, digamos assim". Levando em conta apenas sua narrativa particular, o *novo* iniciado por Laerte nos anos 2000 não é tão novo ou, ao menos aos olhos do presente da cartunista, já não é tão novo. Menos do que se proclamar porta-voz de potenciais "novas questões" ou reivindicar alguma originalidade, é o debate coletivo que parece sobressair nas afirmações de Laerte nos conteúdos analisados: "O modo incansável como tem se disposto ao debate, de acordo com ele, se deve ao processo lento e doloroso que o levou a assumir uma nova identidade".

Em uma entrevista publicada pelo jornal *O Tempo*, Laerte nos dá mais pistas sobre sua compreensão acerca de todo o processo de exposição na mídia desde o momento de sua afirmação pública como travesti. Destacando, sobretudo, questões de classe e a identificação de um tipo de visibilidade específica potencializada por sua carreira artística, quando questionada sobre sua interpretação da reação positiva do público face à sua identidade trans, Laerte define a si mesma como um "caso singular":

> Entendo como um caso singular. Em primeiro lugar, a sociedade brasileira é bastante classista e me percebe há anos como alguém dos 'de cima', por assim dizer. Segundo, a condição de artista me garante um espaço de expressão pessoal onde meu próprio corpo, minha presença física pode ser reunida ao efeito do meu trabalho com quadrinhos e cartuns. Terceiro –

[60] GRAGNANI, Juliana. *Mostra com filmes e performances debate questões de gênero, sexo e preconceito*. Publicado em: 25/07/2013. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1316520-mostra-com-filmes-e-performances-debate-questoes-de-genero-sexo-e-preconceito.shtml. Acesso em: maio de 2015.
[61] LEVINO, Rodrigo. *Laerte vai ao Roda Viva para debater transgeneridade*. Publicado em: 20/02/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1051252-laerte-vai-ao-roda-viva-para-debater-transgeneridade.shtml>. Acesso em: maio de 2015.

> por conta desses motivos, tive uma razoável exposição em mídias de todo tipo. Especialmente no caso da tevê, isso garante uma certa aura, um salvo-conduto geral. Mesmo assim, tive problemas em usar o banheiro feminino, veja só (TOLEDO, 2013)

Quanto à construção em si da representação do *novo* envolvendo Laerte e a transgeneridade, parece útil retomar a reflexão de Trouillot sobre história e poder. Logo no prefácio de "Silencing the past", no momento de descrever o objetivo de seu livro, o historiador e antropólogo é bastante preciso ao se referir ao entrelaçamento entre a produção das narrativas históricas e as relações de poder que permeiam qualquer sociedade e nem sempre são óbvias[62]. Vale a pena voltar ao trecho em questão:

> Esse livro é sobre história e poder. Ele se concentra nas muitas maneiras em que a produção das narrativas históricas envolve contribuições desiguais de grupos e indivíduos em competição, com acesso desigual aos meios para esse tipo de produção. [...] A última marca do poder pode ser a sua invisibilidade; o último desafio, a exposição de suas raízes. (TROUILLOT, 1995, p. xix)

A invisibilidade lésbica ou a invisibilidade travesti e trans são pautas clássicas dos movimentos e coletivos auto organizados LGBT. Duas das matérias do portal *Folha.com* em que há menção à proibição da entrada de Laerte no banheiro feminino em 2012 referem-se à proibição da entrada de um grupo de garotas transexuais no banheiro feminino de um shopping center na Avenida Paulista, em São Paulo, em janeiro de 2014[63]. Como resposta à proibição, uma dessas garotas organizou um ato de protesto dentro do shopping. Enquanto uma das matérias cobria o desfecho do protesto, a outra, veiculada seis meses depois da proibição, em julho de 2014, anunciava a liberação do uso dos banheiros femininos do shopping para transexuais[64]. Aline Freitas, uma das organizadoras do protesto, foi enfática ao se reportar à liberação, desejando que a medida - "uma vitória

---

[62] Para uma reflexão sobre agência, poder e história, ver: ORTNER, Sherry B. "Uma atualização da teoria da prática" e "Poder e projetos: reflexões sobre a agência", in Grossi, M. P.; Eckert, C.; Fry, P. H. (orgs). *Conferências e diálogos; saberes e práticas antropológicas (25ª RBA, Goiânia, 2006)*. Blumenau, ABA/Nova Letra, 2007, p.19-80. Ao se propor a atualizar seu conceito de agência e superar a oposição entre estrutura e agente, Ortner enfatiza a necessidade de se considerar as mudanças nos estudos sobre poder, história e cultura a partir de fins da década de 80.

[63] *Ato em apoio a transexuais reúne cerca de 60 pessoas em shopping na avenida Paulista*. Publicado em: 11/01/2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396522-ato-em-apoio-a-transexuais-reune-cerca-de-60-pessoas-em-shopping-na-av-paulista.shtml. Acesso em: maio de 2015.

[64] *Shopping de São Paulo libera entrada de transexuais em banheiro feminino*. Publicado em: 27/07/2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1491846-shopping-de-sao-paulo-libera-entrada-de-transexuais-em-banheiro-feminino.shtml. Acesso em: maio de 2015.

contra o preconceito", em sua opinião - pudesse valer para outros banheiros públicos: "[...] o que acontece na Paulista é palco para o resto". De todas as matérias sobre Laerte que encontrei e analisei nos jornais brasileiros de grande circulação, apenas essas duas concediam espaço a uma pessoa trans. Este me parece o tipo de constatação que se relaciona diretamente com a necessidade de se refletir sobre a presença de pessoas travestis e trans não apenas como fontes para notícias e colunas jornalísticas, mas também como produtoras desses conteúdos.

Questionar ou refutar o caráter de novidade atribuído a Laerte e às questões de gênero nos trechos destacados das matérias analisadas – e, notadamente, indagar se a *séria decisão* de ir ao banheiro e, em caso positivo, qual banheiro utilizar, não é, de fato, um imperativo complicado e doloroso na vida de qualquer pessoa travesti ou trans – vincula-se diretamente à possibilidade de se levar adiante uma reflexão sobre a relação entre a produção da história e poder, como sugere Trouillot, e sobre a invisibilidade das *histórias travestis e trans* sob a perspectiva da "história em si" definida por Koselleck. "A história parece estar disponível sob dois pontos de vista – o do agente, que dispõe sobre a história que faz, e o do historiador, que sobre ela dispõe quando a escreve", resume Koselleck[65]. Podemos traçar um paralelo com a atividade dos jornalistas e dos meios de comunicação de massas, os narradores da "história imediata", como diria Jacques Le Goff (1990)[66]. Anne McClintock (2010), recorrendo ao coelho branco de Alice, alertaria: a história "está sempre atrasada". Em outras palavras, "eventos puros e recuperáveis" só seriam imagináveis ao passo em que se ignore a "dinâmica do poder subjacente às atividades do fazer história"[67]:

> A procura pelo passado 'real' é tão utópica quanto a procura de Alice pelo coelho branco, que olha rapidamente o relógio antes de desaparecer. A história está sempre atrasada. [...] O empiricismo privilegia a ideia da história como uma série de eventos puros e recuperáveis, noção que só pode ser entretida pela despolitização radical da dinâmica do poder subjacente às atividades do fazer história. (MCCLINTOCK, 2010, p.449)

3.2. Conclusão: o que é uma mulher?

[65] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012. p.234.
[66] LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216.
[67] MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial – raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

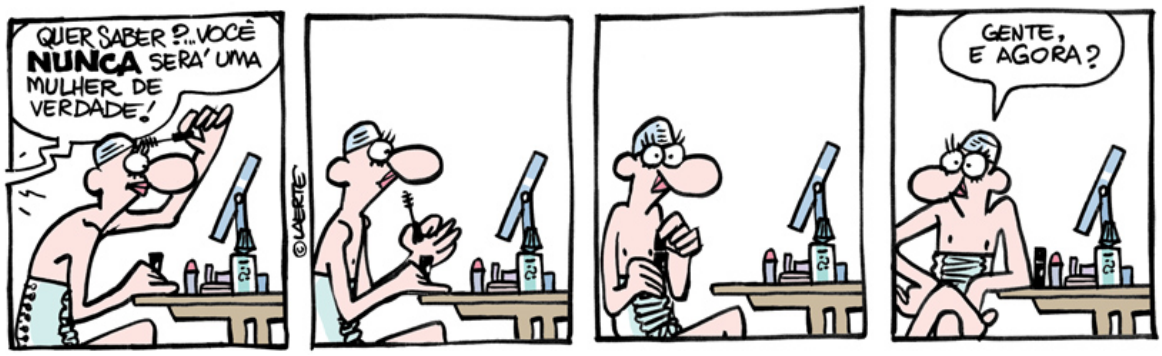
A partir da proibição envolvendo Laerte, um texto do psicanalista e colunista do jornal *Folha de São Paulo* Contardo Calligaris e a já citada coluna de Tony Goes nos ajudam a finalizar nossa reflexão[68]. Ambos os conteúdos possuem um tom problematizador, o qual acredito poder ser atribuído, em parte, ao caráter propositadamente não objetivo de colunas opinativas. Na linha fina do artigo de Calligaris, lê-se a seguinte frase: "Em matéria de gênero e orientação sexual, os caminhos não são fixos e claros desde a infância". Depois, em certa altura, lemos: "Na realidade complexa (e confusa) de sexo, gênero e orientação sexual, as categorias que descrevi se misturam e não designam destinos – ainda menos destinos claramente reconhecíveis desde a infância". Goes, apesar de conceder humanidade a Laerte e à transgeneridade ao afirmar que a cartunista é "o primeiro a admitir que não tem resposta para tudo" e aparentar estar "surpreso com o próprio processo" e "descobrindo o caminho à medida em que o percorre", adota uma postura taxativa em relação à identidade de Laerte, valendo-se de uma normatividade biologizante. Vejamos o seguinte trecho, que se inicia com a então posição da cartunista, subsequente à proibição, de processar a pizzaria:

> Ele tem uma posição clara sobre o assunto, e está processando o estabelecimento por discriminação. Eu já não tenho uma opinião formada: por mais feminino que pareça e se sinta, Laerte não é mulher, nem sequer transexual. Mas não sei em qual porta ele deveria entrar. (GOES, 2012)

Cinta modeladora no corpo e rímel nas mãos, na tira abaixo Hugo se maquia e e é interrompido por alguém que esbraveja algo semelhante à passagem retirada da coluna de Goes: "Quer saber?...Você **nunca** será uma mulher de verdade!". A reação da personagem é intrigante. Somos levados aos terrenos de uma ambiguidade: ironia ou preocupação? Um misto de ambos? Ao acompanharmos o trabalho de Laerte, possivelmente ficaríamos com a primeira opção; os olhos esbugalhados de Hugo nos sugerem, entretanto, uma leve tensão. Poderíamos cogitar: mesmo que não buscasse ser uma "mulher de verdade" – e ainda que possamos levantar a questão: o quê ou quem, *de fato*, seria uma mulher de verdade? –, a exigência social de pertencimento ao binário de identidades cisnormativo homem/mulher

[68] CALLIGARIS, Contardo. *Homens ou mulheres?*. Publicado em: 02/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/23486-homens-ou-mulheres.shtml. Acesso em: maio de 2015. O italiano Contardo Calligaris é psicanalista e escritor, tendo concluído seu doutorado em psicologia clínica na Universidade de Provence, na França. Calligaris lecionou nas áreas de estudos culturais, na New School For Social Research, em Nova Iorque, e antropologia, na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Publica uma coluna semanal no jornal Folha de São Paulo desde 1999, espaço cuja proposta concentra-se em refletir sobre "cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias)". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/>. Acesso em: agosto de 2016.

cobraria seu preço - a interpelação ou proibição do uso de banheiros públicos ou a ausência de respostas mediante necessidades fisiológicas banais e cotidianas reforçam essa hipótese.



É sobretudo na coluna de Calligaris que constatamos um empenho em desnaturalizar categorias de gênero e sexualidade. Trabalhos importantes no campo dos estudos de gênero têm demonstrado, entretanto, a necessidade de dar um passo a mais e não apenas desnaturalizar categorias, mas historicizá-las[69]. É ao que se dedica Laqueur (2001) ao reunir esforços para analisar a criação do conceito de sexo biológico e da ideia de diferenciação sexual entre homens e mulheres enquanto categorias *constitutivas* do gênero, isto é, produtos de um processo histórico de mudança epistemológica e política[70]. Laqueur aponta o final do século XVIII como o momento de virada e de estabelecimento do que define como a *incomensurabilidade dos sexos*: a estabilidade considerada natural de dois sexos opostos e os papeis sociais respectivamente atrelados a cada um dos gêneros, baseados na biologia e na concepção de um corpo *estável*, *não-histórico* e *sexuado* como a priori epistêmico sobre a realidade social[71]. Vale a pena destacar um resumo de seu

---

[69] Ver: BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012; BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu 26, pp.329-376, 2006; BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005; LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001; LEITE JUNIOR, Jorge. *Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012, entre outros.

[70] LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

[71] Para historicizar nossa concepção binária de corpo sexuado, Laqueur descreve o antigo *modelo de sexo único*, que compreendia os atuais corpos masculinos e femininos como versões hierarquicamente ordenadas de um único sexo, dotadas de estruturas idênticas, porém invertidas. A falta de calor explicaria a retenção interna no corpo das mulheres das estruturas que são externas no corpo dos homens. Nesse sentido, a vagina equivaleria a um pênis interno, os lábios vaginais ao prepúcio, o útero ao escroto e os ovários aos testículos. Com este exemplo, Laqueur empenha-se em demonstrar como o corpo não está fora do reinado do significado e como antes do século XVIII constituía-se, em oposição a um caráter ontológico, em uma categoria sociológica. Desta forma, o gênero tomava a função de categoria cultural organizadora primária e o sexo ou corpo seria então um epifenômeno do gênero. "Mas, por volta do final do século XVIII, para usar o artifício de Vírginia Woolf, a natureza sexual humana mudou. Nesse ponto, pelo menos, os acadêmicos tão distantes

argumento:

> A sexualidade como atributo humano singular e muito importante com um objeto específico – o sexo *oposto* – é produto do final do século XVIII. Não há nada natural sobre isso. [...] Assim, de uma variedade de perspectivas, é abalada a confortável noção de que o homem é homem e a mulher é mulher, e que a tarefa do historiador é descobrir o que eles faziam, o que pensavam, e o que se pensava sobre eles. Essa 'coisa', sexo, na qual se acreditava, parece fragmentar-se. (LAQUEUR, 2000, p.24)

Ao debruçar-se sobre gênero, sexualidade, banheiros públicos e convenções sociais ligadas às funções excretoras, Cavanagh (2010) parte de pressupostos muito similares aos de Laqueur. O moderno corpo *estável*, *não-histórico* e *sexuado* de que fala Laqueur, em que pesem as idênticas necessidades fisiológicas sob o ponto de vista de nosso sistema excretor – "a merda é o grande equalizador", diria Cavanagh – é objeto de uma série de biopolíticas de governo generificadas vinculadas à administração pública de nossas funções excretoras[72]. O argumento mobilizador da autora concentra-se em identificar que, de forma equivalente à naturalização da heterossexualidade, a generificação das funções excretoras no espaço público também funciona de modo a garantir uma aparência natural à diferença sexual, à heteronormatividade e à cisnormatividade, uma vez que a excreção também seria capaz de "confundir a diferença sexual"[73]. Vejamos:

---

teoricamente uns dos outros, como Michel Foucault, Ivan Ilich e Lawrence Stone concordam. [...] Em 1803, por exemplo, Jacques-Louis Moreau, um dos fundadores da 'antropologia moral', argumentou apaixonadamente contra a bobagem escrita por Aristóteles, Galeno e seus seguidores modernos sobre o assunto das mulheres com relação aos homens. Não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo aspecto físico e moral. Para o médico ou o naturalista, a relação da mulher para o homem é 'uma série de oposições e contrastes'. [...] Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica".

[72] Não será possível discorrermos sobre as formas específicas que a generificação das funções excretoras assume em banheiros públicos. Beatriz Preciado também se dedicou a uma análise da generificação da arquitetura em banheiros públicos; é interessante observar, em sua análise, a relação estabelecida entre masculinidade, visibilidade e poder. A autora ressalta como mictórios servem à visibilidade imponente do pênis, ao passo que o ânus deve ser escondido das vistas do público, em uma cabine idêntica à cabine de banheiros femininos. "A partir de princípios do século XX, a única lei arquitetônica comum a toda construção de banheiros de rapazes é esta separação de funções: mijar-de-pé-mictorio/cagar-sentado-vaso. Dito de outro modo, a produção eficaz da masculinidade heterossexual depende da separação imperativa da genitalidade e analidade". Preciado, assim como Cavanagh, ressalta a valorização da privacidade e a "negação da excreção" na construção da feminilidade hegemônica. PRECIADO, Beatriz. *Sujeira e gênero. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino.* s/d. Disponível em: http://www.substantivoplural.com.br/sujeira-e-genero-mijarcagar-masculinofeminino-por-beatriz-preciado/. Acesso em: agosto de 2016.

[73] CAVANAGH, Sheila L. *Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination*. Toronto: University of Toronto Press, 2010, p. 30.

> Como os orifícios do corpo - seus fluidos e esfíncteres, suas posições urinárias (em pé ou sentado), e a sua conformidade aos sinais de gênero nas portas dos banheiros - são disciplinados nos diz muito sobre gênero e bio-políticas de governo. Isso também nos diz muito sobre o que foi esquecido no forjar do moderno corpo generificado. Parece haver uma qualidade fetichista no interesse obsessivo pelo gênero dos usuários dos banheiros. Separar corpos pelas capacidades urinárias - reais e imaginárias - é uma maneira de garantir a diferença sexual quando nossos corpos nem sempre se prestam a divisões por gênero absolutas e exatas. Se a merda é o grande equalizador, e as mulheres podem se levantar para fazer xixi e os homens são, em mais do que algumas poucas ocasiões, conhecidos por sentar-se, então a excreção (não diferentemente do sexo homossexual) pode confundir a diferença sexual (CAVANAGH, 2010, p.30)

Voltemos agora às colunas de Calligaris e Goes. É curioso notar que Calligaris e Laqueur coincidem no uso de um mesmo termo: destino. Ao que parece, desnaturalizar e historicizar categorias de gênero e sexualidade equivale a salientar o *não-destino* do corpo ou, se quisermos pensar de outro modo, a supremacia das interações sociais e culturais na produção de destinos para o corpo. Algo muito evidente quando o assunto é travestilidade ou transgeneridade, mas não apenas, afinal, nada mais nítido em nossa sociedade do que as transformações corporais a que nos submetemos: implantes e próteses de toda sorte, cirurgias plásticas e estéticas, dietas e atividades físicas para emagrecimento ou ganho de peso.

Seguindo com sua coluna, depois de levantar a questão sobre qual banheiro travestis e transexuais deveriam frequentar, Calligaris define brevemente as categorias de *crossdresser*, travesti e "transgênero ou transexual", admitindo, conforme exposto acima, que "essas categorias se misturam e não designam destinos"[74]. O propósito elucidativo – em suas palavras, "na esperança de esclarecer" - e a expectativa de gerar inteligibilidade a leitoras e leitores reverberam um tom de exotismo que não deixa de nos remeter às idéias de *humanidade não-marcada* ou *graus de humanidade* de Trouillot (1995)[75]. Leite Junior (2012), ao propor uma discussão em torno da ideia de *abjeção* em Butler, questiona a ausência total de inteligibilidade social e de reconhecimento inerentes a este conceito na obra da autora. Buscando investigar a patologização e a criminalização de sujeitos considerados *desviantes sexuais* - em especial sujeitos que transitam entre os gêneros, como

[74] CALLIGARIS, Contardo. *Homens ou mulheres?*. Publicado em: 02/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/23486-homens-ou-mulheres.shtml. Acesso em: maio de 2015.
[75] TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995. p. 81.

as pessoas travestis e as pessoas trans -, o antropólogo recorre a uma categoria cuja origem remonta à Antigüidade Clássica e que opera "no limite das categorias [...] entre, inclusive, talvez, a categorização e a não categorização"[76]. Trata-se da categoria *monstro*, imbricada ao que Leite Junior classifica como o *discurso da monstruosidade*. Sob esta perspectiva, longe de não encontrarem inteligibilidade social, sujeitos categorizados como monstros – "por excelência, a marca hiperbólica de algo fora da ordem, seja ela 'natural', 'sobrenatural' ou, no mínimo, fora dos ordenamentos conhecidos"[77] - seriam histórica e culturalmente alvos *legitimados* de nojo, zombaria, inferiorização e violência:

> Operando através dessa categoria, a violência, o sarcasmo, o nojo, o medo e a desqualificação não são simples reações ao desconhecido ou ao receio de perder uma pressuposta estabilidade ou ordem psicológica/individual ou social/coletiva, são atitudes cultural e historicamente legitimadas para se relacionar com quem não é compreendido como humano (no pior dos casos) ou é compreendido como sub-humano ou quase humano (no melhor dos casos). (LEITE JUNIOR, 2012, p. 562)

O contrário da cisnormatividade seria lido, portanto, sob o signo da monstruosidade. É preciso acrescentar a isto que, em se tratando de pessoas trans que potencialmente tenham preservado seu pênis, tal como travestis, a "monstruosidade" se investe do perigo ameaçador representado pelo pênis[78]. Seria precisamente recorrendo a uma espécie de monstro, aparentemente um extraterrestre, que Laerte construiria o humor irônico da tira abaixo. Sob a égide da normalidade e devidamente camuflados em tons de cinza, um grupo de pessoas posiciona-se contra a imposição do "modo de vida" de Muriel a todos eles, os cidadãos normais. Muriel, desdenhosa, os interpelaria: "Ué! Eu não sou normal?". Depois de ouvir um sonoro não a negar sua humanidade e, já ao lado de suas amigas, restaria à personagem retirar a máscara e reconhecer-se alienígena: "Já nos descobriram, pessoal...".

---

[76] LEITE JUNIOR, Jorge. *Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012, p. 562.
[77] Idem, p. 561.
[78] Para uma análise sobre o pênis como órgão sexual ameaçador, ver: CAVANAGH, Sheila L. *Trans Subjects and Gender Misreadings in the Toilet*. In: CAVANAGH, Sheila L. *Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination*. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

De qualquer forma, é possível constatar que o status de pessoas travestis e trans passa a ganhar visibilidade nos jornais de grande circulação e começa a se constituir enquanto questão pertinente no "nosso tempo" hegemonicamente narrado e compartilhado. A coluna de Calligaris, de cunho reflexivo, anuncia-se com ousadia em seu título: "Homens ou mulheres?". Pergunta semelhante evocaria Trouillot em "Silencing the Past", no capítulo "Uma história impensável", sobre a revolução escrava haitiana de 1790. Com a intensificação do tráfico de pessoas africanas escravizadas e a profusão de formulações teóricas sobre pessoas não-brancas, a pergunta "o que é o homem?"[79] - neste caso, equivalendo à humanidade em si - reapareceria seguidamente em meio às práticas brutais de dominação das potências coloniais. Fiódor Dostoiévski, em "Crime e castigo", nos faz antever brevemente uma discussão semelhante que parece ter feito sentido na Rússia czarista da década de 60 do século XIX. Quando Razumíkhin conta animado ao protagonista Raskólnikov quantos rublos receberia por alguns trabalhos de tradução, soa estranha ao público contemporâneo a pergunta que nortearia seus trabalhos: "Mulher é gente?"[80]. Tão antigas quanto esses exemplos são capazes de nos demonstrar, reflexões sobre o que é ser humano, o que é ser homem, o que é ser mulher - ou, de modo geral, sobre quais são as possibilidades de existência dos seres humanos - permanecem em aberto.

[79] TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995. p.78.
[80] DOSTOIÉVESKI, Fiodor. *Crime e castigo*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 126.

CAPÍTULO 3 – Uma "mulher atual"[1]

> A compreensão de gênero que passa pela lei, não só brasileira, em muitos países, põe um peso muito grande nessa questão genital; tem pinto é homem, tem boceta é mulher e é disso que estamos falando. A transgeneridade vem colocando, ao longo dos anos, questões mais profundas, questões de sentimento, questões de com o que a pessoa se identifica, não tem a ver com a genitália. Existem muitos homens que não têm pênis e muitas mulheres que têm e vice-versa. O fato é que a pessoa tem o gênero que sente ter. […] Essas questões são novas e elas esbarram em compreensões muito antigas e muito tradicionais e que são defendidas pelo conservadorismo com unhas e dentes

O trecho acima foi extraído de uma entrevista que Laerte concederia ao portal *online Fluxo*, em setembro de 2014[2]. Conforme é possível notar, é emblemática a maneira como a cartunista desenvolve sua compreensão do papel público que a discussão sobre a transgeneridade vem desempenhando nos últimos anos; Laerte interpretaria a reação do conservadorismo frente a questões relacionadas à transgeneridade remetendo-a ao paradigma essencialista do entendimento biológico acerca da identidade de gênero dos seres humanos.

Neste capítulo, inspirado pelo conceito de *contra-hegemonia* em Williams (1977)[3], me concentrarei na investigação de conteúdos distribuídos por mídias da web. Além de visibilidade trans e conservadorismo, perpassaremos temas como humor, identidade e feminismo. Em um primeiro momento, dedico-me à análise de três conteúdos audiovisuais com a participação de Laerte distribuídos pelos coletivos de mídia alternativa *Fluxo*, *Vaidapé* e *Candeia;* em seguida, detenho-me com maior profundidade em uma postagem do blog *Blogueiras Feministas* cujo mote estrutura-se em torno da figura da cartunista. Busco responder, sobretudo, a três questões: quais preconcepções caracterizam a atuação dessas mídias? Como gênero e sexualidade são representados por essas mídias? Finalmente, que tipo de trajetória de Laerte é construída e enfatizada nos conteúdos distribuídos por essas mídias?

---

[1] Gostaria de expressar meu agradecimento ao professor Sergio Costa, meu supervisor de pesquisa durante o período em que passei trabalhando na Universidade Livre de Berlim, sob financiamento da Fapesp, para a realização deste capítulo. Sua sempre instigante interlocução foi fundamental para o delineamento deste capítulo.

[2] Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

[3] WILLIAMS, Raymond. Marxism and Literature. Oxford: Oxford University Press, 1977, pp.112-113.

Para dar cabo desta empreitada, julguei útil retomar trabalhos que se debruçaram sobre o conceito de *esfera pública* e cujo empenho concentrou-se em problematizar e em propor reformulações a este conceito. Nesse sentido, categorias como *contra públicos competidores* e *contra públicos subalternos* ganham centralidade na análise que gostaria de propor[4]. Por fim, uma última consideração deve ser feita. Com o objetivo de construir uma revisão crítica antropológica aos estudos de mídia, Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002) ressaltam como os paradigmas dominantes nesses trabalhos concentram-se nos conceitos de *globalização* ou de *imperialismo cultural* em busca de refletir sobre o alcance transnacional da mídia nos dias de hoje[5]. Tal constatação auxiliaria a compreender a carência de trabalhos que "fujam" da análise midiática de veículos ou conteúdos originários do chamado "Ocidente", os quais, não por acaso, tendem a gozar de status de hegemonia. No que se refere aos propósitos desta pesquisa, acredito ser pertinente não restringir a categoria "Ocidente" à origem propriamente dita desses veículos ou conteúdos, mas, sobretudo, estendê-la a um certo compartilhamento ou, até mesmo, importação de linguagens, narrativas, formatos e representações, entre outros aspectos. Desta forma, compartilho com Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002) uma preocupação em comum: a necessidade de se "remapear a presença e a circulação de formas específicas de mídia"[6]. Busco, deste modo, contribuir para a compreensão de algumas das características e potencialidades de mídias da web produzidas em contexto brasileiro e, na maior parte dos casos, em contexto paulistano.

1. Mergulhando na rede: Fluxo, Vaidapé e Candeia

Fluxo, *Vaidapé* e *Candeia* têm muito em comum. Arrisco afirmar que algumas de suas características definidoras sejam as mesmas e, sendo assim, foi em razão disto que optei por selecionar conteúdos distribuídos por essas mídias para a análise que proponho neste capítulo. Todas classificam-se seja como "mídia alternativa", seja em oposição ao que é identificado como a "mídia tradicional" ou a "velha mídia"; todas são projetos coletivos que se estruturam fundamentalmente *online*. Quanto a seus conteúdos, prevalecem ou destacam-se abordagens e temáticas diretamente ligados ou sob forte influência da pauta

[4] FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.* Social Text, No. 25/26, 1990.
[5] GINSBURG, Faye D.; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian. *Media Worlds – Anthropology on new terrain*. University of California Press, Berkeley, 2002.
[6] Idem, p.14.

dos direitos humanos. Em termos de formato, a produção de conteúdos audiovisuais ou multimídia é regra ou, ao menos, uma constante – a isto se deve minha escolha de selecionar para análise apenas conteúdos audiovisuais[7]. Por fim, a organização sem fins lucrativos e sem estrutura financeira empresarial e a aposta em parcerias ou redes de colaboração para existir caracteriza a todas essas mídias.

Em que pesem diferenças principalmente relativas a níveis de organização e à estrutura disponível para o trabalho, assim como variações importantes no perfil de quem produz os conteúdos dessas mídias e no grau de ativismo a que se propõem, acredito que suas características em comum prevaleçam. Deste modo - e não apenas em virtude destas três mídias terem distribuído conteúdos com Laerte - optei por analisá-las em conjunto.

O portal *Fluxo* se apresenta como um "estúdio de jornalismo" e talvez seja a mais estruturada destas três mídias[8]. Bruno Torturra, jornalista idealizador do *Fluxo*, trabalhou durante anos na revista Trip e, posteriormente, esteve à frente de iniciativas no âmbito do jornalismo colaborativo e de rede, atuando na criação de projetos de mídia livre de impacto internacional, como a Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação)[9], lançada no Fórum Social Mundial da Tunísia em 2013 e popularmente conhecida na web pela cobertura dos protestos de junho de 2013 contra o aumento das tarifas do transporte público país afora. Apesar de não contar com patrocínio privado ou público e, portanto, apoiar-se exclusivamente na doação e colaboração de sua audiência, *Fluxo* tem sede própria no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, e conta com uma equipe para produzir "streamings, reportagens, artigos, entrevistas em texto e vídeo, podcasts, publicações"[10]. Definindo-se como um "veículo em construção", além de ter como objetivo "explorar novas possibilidades para o jornalismo", o *Fluxo* também busca provar-se capaz de apontar saídas sustentáveis para o financiamento de modelos jornalísticos alternativos:

> O *Fluxo* é também um campo de testes de uma nova viabilidade econômica para a produção de informação. Dispensando anunciantes comerciais e buscando sua independência financeira na relação direta com sua audiência

[7] Além da assiduidade de conteúdos audiovisuais, chamou-me particular atenção o grande espaço concedido a Laerte nesses conteúdos. Acredito que a opção pelo formato audiovisual, bem como a dimensão do espaço disponibilizado a Laerte estejam em sintonia com estratégias de produção de conteúdo relacionadas a dinâmicas das redes sociais e a circuitos específicos de público-alvo.
[8] *Estúdio Fluxo*. Ver mais em: fluxo.net. Acesso: agosto de 2016.
[9] Para conhecer as redes sociais da Mídia Ninja, acesse: https://www.facebook.com/midiaNINJA; https://ninja.oximity.com; http://midianinja.tumblr.com. Acesso em: agosto de 2016.
[10] Ver mais em: http://www.fluxo.net/sobre/. Acesso em: agosto de 2016.

A aposta principal reside, portanto, no estabelecimento de uma relação com um público ativo, não apenas financiador, mas "capaz de difundir, corrigir e viabilizar nossa produção. Que nos ajude a refletir. E que entenda seu papel na construção de um novo ambiente de mídia"[11].

Finalmente, cabe ressaltar dois aspectos. O primeiro diz respeito à perspectiva adotada pelo estúdio no que se refere à relação entre jornalismo e militância. É curioso observar o verbo escolhido pelo *Fluxo* para ratificar esta relação: "o ativismo não contamina nosso ofício". A justificativa para tal posicionamento tampouco passa despercebida: "Nossa vontade de registrar a realidade é idêntica à vontade de transformá-la". Justiça social, perspectiva ambiental, secularismo, respeito e amor pela diversidade humana são elencados como "valores inegociáveis" e "tomar partido" ou "comprar brigas" para defendê-los, expectativas naturais[12]. O segundo aspecto a ser destacado relaciona-se com representações de temporalidade, ligadas à construção social do que compreendemos como *o tempo* em que vivemos. Desde seu título, passando por uma espécie de frase-lema - *Espia, espalha e segue o Fluxo* - e pela preocupação estética revelada em finas fontes pretas e eloquentes imagens de alta resolução, estrategicamente acompanhadas por generosos espaços brancos que compõem o site, tudo no projeto *Fluxo* parece contribuir para uma navegação que acione um sentimento de modernidade em seu público. O potencial de atuar como participante e de espalhar o fluxo vincula-se a algumas das premissas da rede, entre as quais autonomia e protagonismo; a sensação de pertencimento gerada pela formação de um público ativo, financiador e construtor de conteúdo, contrapõe-se ao bombardeio de informações experimentado em uma navegação dispersa na web. Vida e morte jornalísticas se auto constituem em uma *oposição no tempo*: vinda para coroar o futuro no presente, a nova mídia é representada como a criação mais propícia para fazer jus a uma sociedade hiper. Hiperconectada, hiperdigitalizada e hiperdiversa - nos termos próprios do *Fluxo*[13]. Vale a pena conferir:

> Não acredite no que a mídia diz: o jornalismo nunca esteve tão vivo. Nós não confundimos o ofício com o modelo industrial, exclusivamente comercial, da imprensa — convenhamos, em franca decadência. Felizmente, grupos, nomes e modelos para um jornalismo diferente emergem todos os dias. Iniciativas de jornalismo independente não serão vistas como rivais em busca de mercado — mas como possíveis parceiros

[11] Idem.
[12] Idem.
[13] Idem.

> do Fluxo. Na idade de informação, em uma sociedade hiperconectada, hiperdigitalizada e hiperdiversa, acreditamos ser essa umas das fronteiras para a criação de uma nova mídia.

Um vistoso retrato de Chico Buarque de Hollanda, feito à lápis e colorido à caneta, enquadra-se sereno, a esboçar um leve sorriso, em mais de um terço de página na primeira edição da revista *Vaidapé*[14]. Em sua camiseta, um trecho da canção "Samba e amor" ocupa o lugar das estampas: "Não sei se preguiçoso ou se covarde/Debaixo do meu cobertor de lã/Eu faço samba e amor até mais tarde/E tenho muito sono de manhã". Das três mídias destacadas, o coletivo *Vaidapé*, que se define como "um coletivo colaborativo de comunicação independente" formado por jovens paulistanos, é o único a publicar uma revista impressa - a qual se encontra, entretanto, inteiramente disponível *online*[15]. O apoio recebido para sustentar suas atividades vem de editais públicos e de outros coletivos atuantes na cidade de São Paulo - a maioria deles ligados a projetos artísticos de intervenção urbana, de fotografia à poesia na rua até a luta mais ampla pelo direito à cidade. De caráter mais militante, na descrição da página da *Vaidapé* no *Facebook* consta como missão "a luta pela democratização dos meios de comunicação, buscando retratar temas que ficam de fora dos holofotes da grande imprensa"[16]. A proximidade com pautas clássicas do movimento negro brasileiro é evidente; a luta contra a violência institucional, narrativas sobre a experiência de mulheres e de LGBT negras e negros nas periferias de São Paulo e o encarceramento da juventude negra brasileira ganham destaque. "No país da terceira maior população carcerária do planeta, a Casa Grande ainda continua em pé", relembraria o editorial da revista *Vaidapé* número 4[17].

Em 2016 o coletivo lançaria a minissérie audiovisual "Pretxs", cuja proposta é aproximar-se da vida e da experiência de lésbicas, gays, travestis e transexuais negras e negros da periferia de São Paulo. Distribuída via *youtube*, o terceiro episódio da série tem como tema "visibilidade trans, identidade de gênero e negritude"[18]. Assuntos como a descoberta das discussões de gênero e da transgeneridade, mudanças corporais e psicológicas causadas pelo uso de hormônios por pessoas trans, as dificuldades da vida negra e trans em um bairro periférico da zona sul de São Paulo e a falta de pluralidade na

---

[14] Revista Vaidapé. Disponível em: https://issuu.com/vaidape/docs/edicao01. Acesso em: agosto de 2016.
[15] Disponível em: http://vaidape.com.br. Acesso em: agosto de 2016.
[16] Ver mais em: https://www.facebook.com/revistavaidape/?fref=ts. Acesso: agosto de 2016.
[17] Disponível em: https://issuu.com/vaidape/docs/revista_final3web. Acesso em: agosto de 2016.
[18] Para assistir este e os demais episódios da série, acesse: https://www.youtube.com/playlist?list=PLRDhSCjDCnj4azwRkolf3q-lNOwEtpLBH. Acesso em: agosto de 2016.

mídia das vivências da transmasculinidade são tratados a partir da experiência de Fernando Ribeiro, ativista do Ibrat (Instituto Brasileiro de Transmaculinidade)[19]. Na matéria de divulgação da minisserie, "Pretxs" é definida como uma série "desenvolvida com o intuito de ser uma aliada na luta por uma mídia mais democrática e condizente com a pluralidade da experiência humana, especialmente daqueles indivíduos historicamente excluídos e subjugados"[20].

Dentre as mídias selecionadas para análise nesta pesquisa, o *Candeia* talvez seja, por sua vez, a mais singela. Criado por iniciativa de profissionais da área da comunicação, sua página oficial assemelha-se a um blog e possui um caráter mais universitário; assim como *Fluxo* e *Vaidapé*, a primeira impressão de quem adentra o *Candeia* é formada por uma diversificada sorte de imagens de boa qualidade acompanhando textos e conteúdos audiovisuais. Logo abaixo da arte com o título do site, encontramos um subtítulo que nos fornece uma breve definição: "informação contra-hegemônica"[21]. Na curta descrição do coletivo, esbarramos com mais elementos sobre a proposta e as origens do *Candeia*: "A intenção do grupo é produzir conteúdos que ofereçam uma proposta alternativa à mídia tradicional. Ausente de tendências únicas, o Candeia, antes de tudo, busca o conhecimento e crescimento pessoal e profissional de seus integrantes".

É justamente na descrição de dois dos três integrantes atualmente responsáveis pela criação de conteúdo e manutenção do site que um elemento importante para a caracterização do coletivo entra em cena. Bruno Silveira, depois de reconhecer que sonha "um dia tocar sanfona", "ler todos os livros que compra" e "montar um cinema na quebrada", identifica-se como "cria do Prouni em Comunicação Social"; já Eliézer Giazzi, "jornalista e radialista por paixão, blogueiro por opção", revela-se um estudante "da vida, sociedade e política (com programas de bolsa)". Ambos destacariam ainda o fato de serem moradores da zona leste de São Paulo. "Filho de aposentado com salário mínimo criado na Zona Leste", precisaria Giazzi[22]. Moradores da zona leste de São Paulo, bolsistas de programas de bolsa de estudos: assim como *Vaidapé*, o fator classe social parece ser preponderante para se contextualizar a produção midiática do *Candeia*.

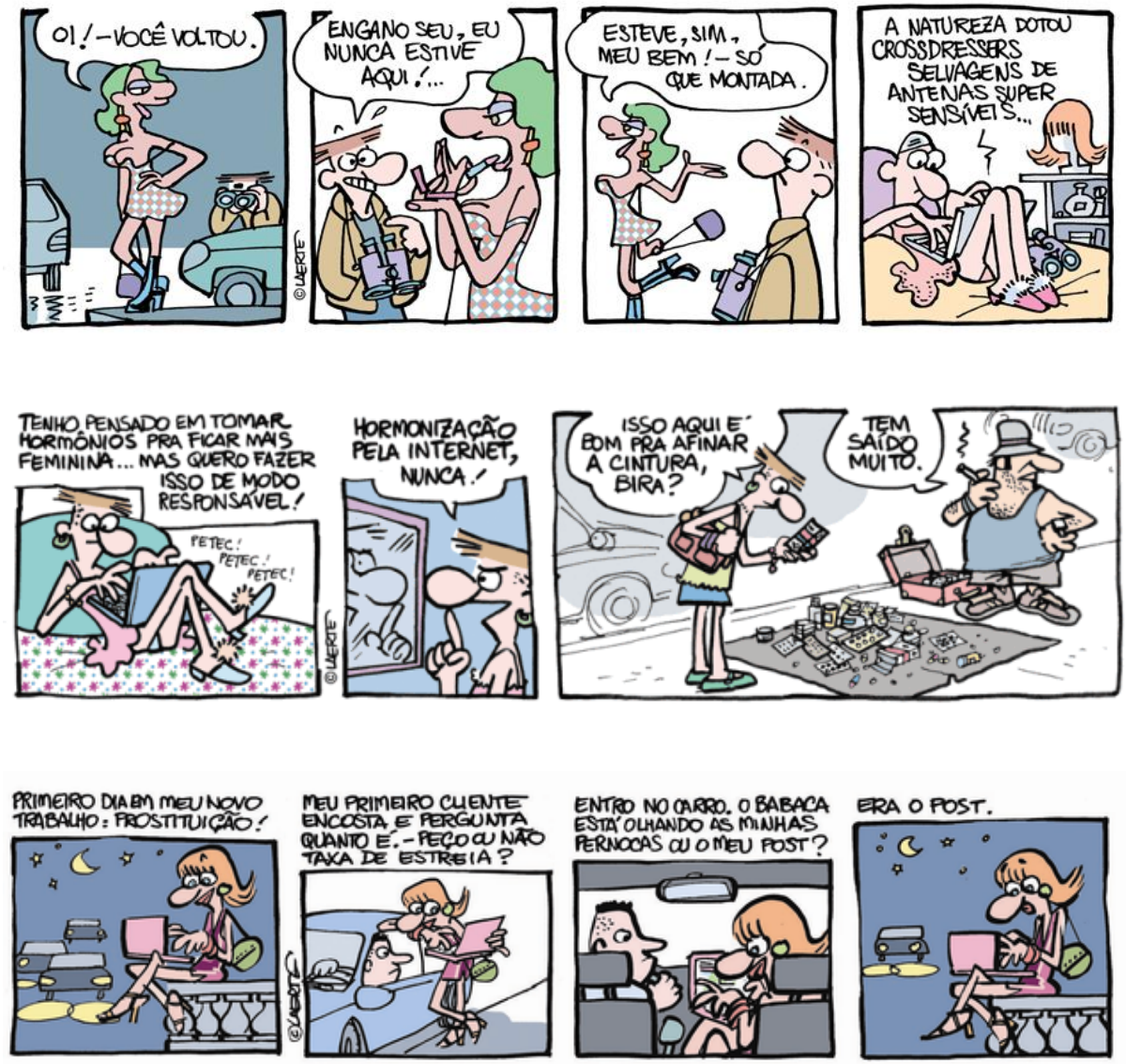
Por fim, uma última informação relevante. Em sua homepage, o *Candeia* destaca como parceiro editorial o portal *Outras Palavras - Comunicação compartilhada e pós-*

---

[19] Ver mais em: http://institutoibrat.blogspot.com.br. Acesso em: agosto de 2016.
[20] VIEGAS, Jay. *Pretxs: nova série da Vaidapé entrevista jovens negros LGBTT*. Disponível em: http://vaidape.com.br/2016/01/pretxs/. Acesso em: agosto de 2016.
[21] Disponível em: http://www.candeia.jor.br. Acesso em: agosto de 2016.
[22] Candeia. *Quem somos*. Disponível em: http://www.candeia.jor.br/o-candeia/. Acesso em: agosto de 2016.

capitalismo[23]. Reconhecidamente importante no campo da comunicação compartilhada e do ativismo por mídias livres, em 2010 o Ministério da Cultura do governo federal concederia ao *Outras Palavras* o Prêmio Ponto de Mídias Livres em virtude do trabalho do site e de suas redes sociais[24]. De acordo com informações em seu site oficial, o *Outras Palavras* conta hoje com uma média de 10 mil textos lidos por dia e um grupo de 200 colaboradores no Brasil e no exterior; entre esses colaboradores, encontra-se o *Candeia*.

2. Ganhando corpo, tomando forma: buscando a Laerte da rede



[23] Disponível em: http://outras-palavras.net. Acesso em: agosto de 2016.
[24] Ver mais em: http://outraspalavras.net/quem-somos/. Acesso em: agosto de 2016.

Como seria possível de se esperar, também as vidas de Hugo e de Muriel são mediadas por tecnologias. No melhor dos cenários, convenientemente em cima de uma cama, com um *notebook* sob o colo. Nas tiras acima, a internet é terreno irrestrito e de confissões; ancoradouro de segredos e de tabus, propiciadora de tensão e conflito. Entre o anonimato experimentado em uma navegação no lar e a excitação de uma postagem em uma rede social, coexistem as trocas de ideias, informações e saberes no processo de constituição da subjetividade transgênero de Hugo/Muriel proposta ao público por Laerte.

A relação entre internet e experiência trans é um dos temas em comum que surgiriam nos conteúdos com a cartunista distribuídos por *Fluxo*, *Vaidapé* e *Candeia.* Mais especificamente, tratam-se de duas entrevistas com Laerte e do registro de um debate que contou com a participação especial da cartunista. As entrevistas foram concedidas ao *Fluxo* e ao *Candeia*, tendo sido gravadas, respectivamente, em setembro e em novembro de 2014. São, portanto, posteriores ao primeiro e ao segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e, como pudera, notavelmente influenciadas por este contexto[25]. O clima dessas entrevistas é bastante informal; Laerte tem tempo de sobra para desenvolver seus raciocínios em meio a longas pausas ou espontâneas risadas. No primeiro caso, acompanhamos o entrevistador, Bruno Torturra, durante cinco blocos de entre 10 a 20 minutos, em sua saga por fazer render ao máximo o bate-papo com a cartunista. No caso do *Candeia*, a opção adotada alterna temas fixos como "gênero, sexo e orientação sexual", "aceitação" e "bancada conservadora e avanços LGBTs", entre outros, concedendo espaço para Laerte discorrer sobre cada tema sem a intervenção de alguém que a entreviste. Por fim, o debate "Vaidapé no Quintal" contou com a participação de Laerte e a mediação de Jay Viegas, representando o coletivo, em abril de 2015. Na ocasião, a cartunista se sentou ao lado de Thomas Hackmann, coordenador do núcleo de transmasculinidades e identidades não-binárias do Ibrat (Instituto brasileiro de transmasculinidade), e de Hroogar Hämäläinen, transfeminista, *queer* ativista e doutoranda em filosofia na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). O público presente também participou da atividade fazendo perguntas para Laerte.

Seja para se abordar o momento inicial de Laerte em seu processo pessoal de transição a uma identidade trans, seja para se refletir sobre ativismos e discussões políticas virtuais, a internet e a relação internet e experiência trans ocupam papéis relevantes nesses

[25] O primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 ocorreu no dia 5 de outubro de 2014 e o segundo turno no dia 26 de outubro do mesmo ano. Dilma Vana Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) foi reeleita com mais de 54 milhões de votos.

conteúdos. “Mas você nunca havia feito um encontro antes de se conectar?”, indagaria Torturra a Laerte, referindo-se a um encontro presencial com outras pessoas trans[26]. “Não. A internet não só possibilitou a conexão entre as pessoas como também tornou real a ideia de que aquilo existia. Ela deu os endereços de todo mundo e falou: isso existe. Isso é…todo mundo faz”, responderia Laerte. Pouco antes, a cartunista atribuiria também à internet não apenas seu encontro com as “possibilidades da transgeneridade” e de “virar mulher”, como inclusive estenderia seu argumento para a oportunidade de encontro vivenciada por outras pessoas trans de modo geral e, ao que parece, até à própria possibilidade de formação de uma comunidade *online* ativa, capaz de oferecer ajuda a pessoas descobrindo a transgeneridade.

Sob este último aspecto, é de se destacar a ideia de *busca* mencionada por Laerte. Ainda que a cartunista já gozasse de enorme reconhecimento profissional e, embora já houvessem sinais de um processo de constituição de uma identidade trans em seu trabalho, acredito que este tipo de *busca* a que Laerte se refere possa ser vivenciado por outras pessoas trans em contato com a comunidade transgênero através da rede. Vejamos esta passagem. Diz Laerte para Torturra:

> - Eu não teria, por exemplo, encontrado as possibilidades da transgeneridade, de virar mulher, se não fosse a rede, se não fosse a internet.
> - Ah é? Você não tinha essa turma antes de se conectar?
> - Nem essa turma teria como se auto encontrar e me buscar.

Praticamente idêntica resposta concederia Laerte, na ocasião do debate organizado pela *Vaidapé*, a uma pergunta de Hämäläinen acerca da opinião da cartunista sobre ativismos e discussões virtuais e a possibilidade de contribuição para a redução das fronteiras entre conhecimentos produzidos na academia e conhecimentos produzidos por militantes e movimentos sociais. Reafirmando a validade e a importância da internet na produção e disseminação de conhecimentos e de formas de militância, diz a cartunista: “A internet é inegavelmente um mecanismo de reunião, de possibilidade de encontro. Eu não teria encontrado o movimento transgênero, eu não teria feito esse movimento pessoal se não fosse a internet”[27].

---

[26] Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

[27] Vaidapé. *Vaidapé no quintal convida Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XfvG6_NQaA4. Acesso em: setembro de 2016.

Em um bloco da entrevista para o *Candeia* guiado pelo tema "aceitação", Laerte nos daria mais pistas sobre o que exatamente compreende como o processo propiciado pela internet de *tornar real* a própria ideia de que a transgeneridade pudesse *existir*. É emblemático observar a presença de pares de oposições estruturando sua narrativa de aceitação de si mesma - fantasia ou ficção versus realidade; loucura versus sanidade; normalidade versus anormalidade; doença versus saúde; criminalidade versus inocência. Essas oposições nos permitem assimilar com maior propriedade o processo a que Laerte se refere, em que uma realidade passa a ser concebida e uma nova existência possível é descoberta. A potência da transgeneridade, ao ganhar corpo, parece caminhar ao encontro de anseios pré-existentes da cartunista:

> Certamente foi depois de 2004, quando minha amiga Paula me escreveu um email depois de uma tira que eu publiquei e ela falou 'querida, sua transgeneridade tá aparecendo'. É, ela falou assim: 'olha, a gente se reune, se veste, se produz, é ótimo, todo mundo se sente muito bem, se você quiser, as portas estão abertas e você é bem-vinda'. Aí eu falei 'nossa, então isso não é uma fantasia louca do meu personagem, não é uma coisa que as pessoas fazem só em filmes e em desenho animado, é verdade isso`. 'É, é verdade. E ó: é normal. Ninguém aqui é doente, nem criminoso, nem nada'. Aí quando eu compreendi isso eu comecei um processo de me aceitar e de me entender também dentro dessa busca, né. Dessa situação…e lá fui eu…agora, em 2010 é que eu resolvi deixar isso público porque numa entrevista o repórter perguntou e eu falei 'ah, quer saber, é isso que eu faço mesmo'

A rede ensejaria também uma discussão sobre humor. Torturra adentra este tema ao relacionar o "estado do humor no Brasil hoje em dia" com o surgimento do que arrisca qualificar como um "humorismo novo, que eu não sei se é muito novo", cujo rótulo já seria um lugar comum na internet: o "humor reaça"[28]. Laerte inicia, então, uma reflexão de cunho conceitual sobre o humor; na opinião da cartunista, o pré-requisito para a devida efetivação do discurso humorístico reside em uma *comunhão*, *compartilhamento* ou *acordo ideológico* entre quem conta uma piada e seu público:

> O humor tem essa característica dele só se realizar, isso é um fato conhecido, várias pessoas já desenvolveram isso, ele só se realiza numa comunhão ideológica entre o contador da piada e o seu público ou toda uma confraria de público. É preciso que haja esse compartilhamento

[28] Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

> ideológico, é preciso que a base de ideias e, portanto, de preconceitos seja comum. […] Senão, não rola o humor; as pessoas não riem. Discutem, ficam bravas, ficam atônitas, levam susto, ficam chocadas, mas não riem. O efeito da risada é necessariamente posterior ao acordo ideológico

Nesse sentido, múltiplos acordos ideológicos teriam sido possibilitados pela internet; nas palavras da cartunista, o "florescimento e a frutificação de diversos humores". Dentre eles inclui-se o que Laerte se refere como o "humor de combate": o humor anti-racista, anti-homofóbico e feminista. O "humor reaça", por sua vez, não necessitaria da rede. Por ser um "humor mais tradicional", esse tipo de humor, na opinião da cartunista, não precisaria da internet "porque ele se estabelece em cima do *status quo*". Durante o debate organizado pela *Vaidapé*, a cartunista revelaria que esse tipo de percepção sobre o humor teria lhe causado "crises cíclicas" ao longo de sua vida profissional, em virtude do grande número e frequência de piadas de caráter preconceituoso ou conservador. Em oposição ao *status quo*, um humor transgressor estaria longe de ser algo "muito simples, muito fácil ou sequer natural"[29]. Vejamos:

> Eu tenho vivido crises cíclicas a respeito desta que é a minha profissão. Eu entrei em várias crises pessoais em relação ao humor principalmente por causa dessa característica do humor que é o fato de que ele só pode se realizar dentro de um entendimento e de uma sintonia ideológica entre quem conta a piada e quem ouve a piada. Se não existe essa sintonia a piada não se realiza. Então essa característica do humor tá ligada a um grande número, a uma grande frequência de situações onde as ideias que estão sendo veiculadas ali são pré-concebidas ou preconceituosas mesmo. Dentro do tipo de momento que a gente tá vivendo no Brasil, isso sem dúvida significa o aparecimento de muita produção humorística, na rede, na televisão, nos teatros, de direita ou conservadora. […] A verdade é que o humor como transgressão não é uma coisa muito simples, muito fácil e sequer natural

Guilherme Almeida, integrante da *Vaidapé*, questionaria Laerte quanto à possibilidade de o humor ser considerado uma "válvula de escape" ou uma ferramenta de resistência frente a um "conglomerado de mídia" autoritário e homogeneizador de "narrativas que são colocadas a nível nacional". Em sua resposta, a cartunista rejeitaria o termo "válvula de escape" e se concentraria em desenvolver mais a fundo sua compreensão do humor em sentido justamente contrário - mais precisamente, tomando-o como uma

[29] Vaidapé. *Vaidapé no quintal convida Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XfvG6_NQaA4. Acesso em: setembro de 2016.

verdadeira "válvula de pressão". Sua justificativa, baseada em sua percepção do efeito humorístico como condicionado a um acordo ideológico, residiria em compreender o humor como criador, intensificador e qualificador de tensões, as quais frequentemente podem relacionar-se com iniciativas de mobilização política. Favorável à discussão crítica pública e à eventual criminalização da incitação ao ódio através do humor, a cartunista posiciona-se contrariamente, entretanto, a formas de censura de conteúdos humorísticos:

> Eu reluto um pouco em usar o termo válvula de escape pra definir o humor porque não é válvula de escape. É o contrário de uma válvula de escape. É uma válvula de pressão, é o contrário de deixar a pressão sair; existe essa ilusão de que o humor, a risada, deixa as pessoas relaxadas e, portanto, elimina a tensão. É o contrário, o humor traz, aumenta e qualifica as tensões, mais do que produz relaxamento. Ele produz um relaxamento nessa hora de reconhecimento e cumplicidade entre os participantes da piada, quem conta e quem ouve. Essa cumplicidade traz um relaxamento, mas não é um relaxamento que provoca descanso, é um relaxamento que pode provocar mobilização, mobilização conservadora. E a gente tem visto isso acontecer, né…Minha posição pessoal é de que não há muito o que fazer no campo da censura. Eu acho que não há nada o que fazer no campo da censura. Há o que fazer no campo da criminalização. Se o discurso político provoca prejuízo, provoca incitação ao ódio, incitação a crimes, se enquadra, deve haver um processo penal e a pessoa deve ser responsabilizada. Senão ela deve ser responsabilizada criticamente, deve ser chamada a atenção. […] Esse tipo de discussão eu acho que tá crescendo e tá se tornando cada vez mais presente

Um exemplo adequado do que poderíamos imaginar como *humor válvula de pressão* no trabalho de Laerte me parece oportuno neste momento. Diminutos a caminhar como formigas entre o salto de um par de botas descomunais tom de rosa choque, dois homens trajados de executivos, maletas em punho, surgem indefesos a comentar o novo modismo midiático: se falar sobre travestis. Na tira abaixo, dominante e sorridente, Muriel posa maliciosa, colorida e absolutamente gigantesca frente à aridez de uma pauliceia cinzenta e feita de concreto - ao fundo, a compor o cenário, marcos referenciais do centro da cidade de São Paulo, como os edifícios Copan e Constância, o "redondo", e o minhocão. Poderíamos sugerir que a tirinha contrapõe a personagem trans não apenas ao pequenino par de homens; o humor reside justamente em desafiar e ironizar a compreensão de um certo senso comum transfóbico ao propor, em dimensões gigantescas, a reinar isolada e absoluta na cidade de São Paulo, a figura de Muriel e, por extensão, todo o simbolismo dos debates e movimentos em torno de questões de gênero, sexualidade e feminismos que passa

a ganhar, nos últimos anos, maior visibilidade e relevância social no espaço público. Acredito que este seja um exemplo apropriado do tipo de trabalho no qual Laerte, cartunista assumidamente transgênero, aproveita-se do humor de forma tão peculiar para produzir, em semelhante medida, tensão para uns e reconhecimento para outros.

O processo de trabalho de Laerte na construção de um humor crítico ou transgressor surgiria como tema na entrevista para o *Candeia*. A cartunista tentaria narrar a construção de uma tira e acabaria por ressaltar o processo produtivo de tirinhas politicamente engajadas - em sua opinião, algo "mais fácil de explicar"[30]. Embora mencione uma perda relativa da "beleza e da flexibilidade" em narrativas ficcionais quando criadas a partir de preocupações políticas, Laerte não deixa de reafirmar o seu valor:

> O processo de construção de uma tira é quase indescritível. Mas quando entram assuntos do engajamento é mais fácil de explicar. Trata-se no fundo de como construir um cômico e ficcional e tal e tudo, incluindo determinados pontos e determinadas preocupações. A parte chata é que essas preocupações são construídas fora do terreno da ficção e elas são meio que importadas. Ou exportadas ali pra dentro. E perde-se. Eu acho que perde-se um pouco da beleza e da flexibilidade dessa coisa maluca que é a história, né? A ficção e tal e tudo. No entanto, tem seu valor. Tem seu momento, tem seu valor.

Acredito ser possível afirmar, conforme nos sugerem os trechos em destaque, que a abordagem das mídias analisadas sobre o tema humor é construída a partir de uma ênfase em aspectos e possibilidades políticas do fazer humorístico. Ora concentrando-se nas possibilidades do humor na rede, ora adentrando aspectos mais reflexivos sobre as características essenciais dessa produção *per se*, é notável o reconhecimento de um

[30] Candeia. *Dois P – Sexualidade – Laerte Coutinho*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Al-GDlTv-Z4. Acesso em: setembro de 2016.

contexto conservador capaz de influenciar a produção humorística ou de eventualmente forjá-la enquanto resistência; seja nas perguntas que são feitas a Laerte, seja na dinâmica estabelecida com as próprias falas da cartunista, esta parece ser uma constatação em comum a informar todos esses conteúdos.

2.1. Visibilidade trans

A identificação de um contexto conservador não daria a tônica exclusivamente a discussões sobre humor; o debate em torno da visibilidade da transgeneridade nos dias de hoje relaciona-se diretamente ao reconhecimento deste contexto em todos os conteúdos analisados. Ainda assim, é possível afirmar que Laerte mostra-se otimista em relação à situação do debate público em torno do assunto. Mencionando a histórica presença da pauta LGBT durante as eleições presidenciais de 2014[31] e relacionando o aumento dos ataques contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ao crescimento da presença desta pauta no espaço público, na entrevista para o *Candeia* a cartunista afirmaria acreditar em uma "dessatanização" do tema[32]. "É um tema que tá vindo, que tá se dessatanizando. Dessatanizando o suficiente pras pessoas entenderem que não vão conseguir varrer isso pra debaixo do tapete". Sob a temática "direita conservadora", em outro bloco da entrevista a cartunista seria levada a refletir mais a fundo sobre o crescimento do conservadorismo capitaneado pela potência do que Laerte definiria como uma "direita moral". À esta potência e, diante do aumento da visibilidade de questões ligadas à pauta LGBT no espaço público, surgiria a "necessidade de se organizar, de forma sistemática e boicotar, bloquear esse avanço". Citando o polêmico embate durante a campanha presidencial de 2014 entre a candidata do PSOL, Luciana Genro, e o candidato do PRTB, Levy Fidélix, iniciado após Genro indagar ao candidato sobre suas posições políticas referentes à "comunidade LGBT", Laerte terminaria por identificar na formação de uma direita moral anti-LGBT uma fonte de crescimento e diferenciação ideológica para

[31] A chamada "pauta LGBT" ganhou notória e histórica relevância nas eleições presidenciais de 2014. Seja por conta de polêmicas envolvendo sucessivas mudanças no programa de governo da então candidata à presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Marina Silva, seja por conta do embate travado, na ocasião do debate televisivo da TV Record, entre a candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Luciana Genro, e o candidato do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Levy Fidélix, em torno de direitos para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero. Para ter acesso ao embate entre Genro e Fidelix, ver: https://www.youtube.com/watch?v=bMqXkeM7P_s. Acesso em: setembro de 2016.

[32] Candeia. *Dois P – Sexualidade – Laerte Coutinho*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Al-GDlTv-Z4. Acesso em: setembro de 2016.

os setores da direita brasileira. Tendo sido igualmente acolhidos, sob o ponto de vista de alianças políticas e agendas econômicas, por governos tucanos e petistas, restaria o plano da moral como bastião a ser ocupado. Vejamos o argumento da cartunista:

> A direitona sente, justamente porque esses temas estão dizendo a que vieram, sente necessidade de se organizar de forma sistemática e boicotar, bloquear esse avanço. O que acontecia antigamente é que esses grupos todos não precisavam nem erguer a voz porque as pessoas conheciam o lugar delas, que era lá no cantinho, longe, que nem o Levy Fidélix quer, assim, looonge. Então tinha todo um mundo de respeitabilidade aqui que não era invadido por aquele bando de celerados e celeradas…aqueles pervertidos todos. E isso tá acabando, então essa direita que a gente identifica nas forças conservadoras, nos deputados e senadores fundamentalistas, ligados à igreja ou não, sabe, essa gente toda tá precisando se organizar pra bloquear isso. Por outro lado, também é uma das poucas áreas que sobraram para essa direita crescer enquanto representação da população porque enquanto proposta econômica e política essa direita meio que conseguiu um arranjo possível não só com os governos do tucanato quanto com os governos do PT. O fato é que a direita moral encontrou mais terreno, mais território para crescer. E ela ocupou esse espaço e está arrebanhando para si as outras direitas também

A crítica a essa "direita moral" e ao conservadorismo é fonte inesgotável para o trabalho de Laerte, conferindo-lhe esta que talvez seja uma das características definidoras mais fundamentais do trabalho da cartunista: sua sagacidade na crítica política humorística. Seja assumindo um exercício de desconstrução argumentativa, o qual significa adentrar os meandros do pensamento conservador com riqueza de detalhes, seja utilizando como ferramentas a ironia e a ridicularização de posturas e lideranças políticas fundamentalistas, cerceadoras de direitos ou porta-vozes de ideologias de extrema-direita, são incontáveis os exemplos de tirinhas nas quais Laerte se debruça sobre esta temática. As tiras abaixo me parecem ilustrar bem o argumento:

"NÃO TENHO NENHUM PRECONCEITO, MAS....."
GAYS NÃO PODEM SER FAMÍLIA PORQUE NÃO PODEM GERAR PROLE.
CASAIS HETEROS ESTEREIS TAMBÉM NÃO.
ELES PODEM ADOTAR...
CASAIS HOMO TAMBÉM.
SE TODO MUNDO FOR GAY, ACABAM O ESTADO E A SOCIEDADE!
E' ESSE O SEU TEMOR? ...QUE "TODO MUNDO" SEJA GAY?
SIM.
QUANTA AUTOCONFIANÇA, HEIN, DR.?
©LAERTE

AUTORIZADA A DISTRIBUIÇÃO DO KIT PRÓ-HOMOFOBIA
NÃO TENHO NADA CONTRA.
SE O CARA FAZ QUESTÃO, SEJA O QUE QUISER...
...MAS LÁ NO CANTO DELE!
SAIR POR AÍ, EM PÚBLICO..
...BEIJANDO OUTRO HOMEM...
...SE ESFREGANDO EM OUTRO HOMEM...
...VESTINDO ROUPA DE MULHER...
NÃO PODE!
SENÃO...
SÓ DE FALAR, OLHA SÓ A EREÇÃO QUE ME DEU.
©LAERTE

Laerte estaria sentada no "quintal" da *Vaidapé* quando seria interrogada acerca de uma pergunta de pertinência crucial para adensar a reflexão sobre o debate público em torno da transgeneridade: toda visibilidade é positiva? Hackmann, autor da pergunta, justificaria sua questão mencionando o crescimento de representações de pessoas trans na "mídia, tanto jornais, na internet, em filmes internacionais, séries internacionais"[33]. Concentrando sua resposta na análise de produção ficcional, sua área de trabalho, Laerte evocaria "outro problema" para poder responder à questão: o "controle de mídia" ou, em outras palavras, a concentração dos meios de comunicação no Brasil. Tomando a comunicação como um direito frente ao que definiria como uma "situação de monopólio", a cartunista rejeitaria a censura contra determinados tipos de produção ficcional, mas ressaltaria a necessidade de "também responder às inquietações e aos incômodos que a sociedade apresenta". Novamente, a perspectiva é otimista ao reconhecer e celebrar o fato

[33] Vaidapé. *Vaidapé no quintal convida Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XfvG6_NQaA4. Acesso em: setembro de 2016.

de que atualmente a população LGBT é capaz de contestar o tipo de representação e de visibilidade produzidas. Vejamos:

> Essa pergunta remete a um outro problema que é controle de mídia, que tem a ver com isso, com a possibilidade de uma grande empresa ou de um pequeno grupo de grandes empresas controlarem a mídia e fazerem todos os discursos. A princípio não deveria ser um grande problema a produção de uma ficção; o que tá evidente nessas objeções todas que eu vejo os movimentos fazerem é o controle de mídia. Controle de mídia. Por que uma grande emissora pra cagar regra ficcional, sabe? Pra definir rumos ficcionais e com isso fazer as pessoas acharem que estão vivendo numa espécie de "dez mandamentos" de como se comportar? Não é assim! Quando você tem uma situação de monopólio do direito à comunicação não tem jeito, você vai ter que discutir isso, vai ter que lidar com situações assim porque senão todo personagem vai ser mal-construído, mas enfim…eu acho que essas objeções devem ser feitas, mas a gente precisa também ter uma certa noção de que aquilo não pode, nunca vai virar uma posição censória. Não há como você definir parâmetros para a produção ficcional; a produção ficcional em princípio deve ser o mais livre possível. Agora, é preciso responder também às inquietações e aos incômodos que a sociedade apresenta. E eu acho legal nesse momento constatar que a população LGBT tá em condições de fazer esse tipo de contestação, de fazer essa reclamação, tá empoderada. Ou tá se empoderando.

Sob um ponto de vista mais pessoal, nos conteúdos analisados Laerte aprofundaria a discussão sobre visibilidade trans ao adentrar a seara dos debates em torno da formação e reivindicação de identidades conjugando-a a uma perspectiva pós-identitária - ao menos no que se refere a categorias de gênero e sexualidade. Durante o debate organizado pela *Vaidapé*, não sem reconhecer a ausência de um consenso e a existência de tensões, a cartunista reivindicaria a categoria transgênero, definindo-a como um conceito capaz de abarcar todas as formas de manifestação de conflitos relacionados a "códigos de comportamento de gênero" - "travestis, transexuais, *queer*, *drags*, *crossdressers*, transformistas, são todas formas de manifestação do conflito transgênero. Esse é o meu entendimento […]". Ao *Candeia*, em um bloco entitulado "Definição e gênero", Laerte revelaria não desejar se "encaixar" em alguma sorte de definição identitária, em virtude de passar a compreender a expressão de gênero como algo individual. Afirmando entender-se "dentro da feminilidade", a cartunista reconheceria a importância de identidades para a vida social, mas caracterizaria a limitação da experiência dos seres humanos aos "modelos" atualmente existentes de gênero como uma "perda"[34]. Vejamos:

[34] Candeia. *Dois P – Sexualidade – Laerte Coutinho*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Al-

> Eu não gosto muito de ficar buscando me encaixar nessas definições todas porque elas necessariamente não entendem a individualidade e eu tenho cada vez mais compreendido a expressão de gênero como uma coisa pessoal. É tão pessoal como a impressão digital, quanto o desenho da íris […] Mas ao mesmo tempo as pessoas buscam modelos, as pessoas buscam turmas, as pessoas procuram se integrar em torno de grupos que se arranjam ou se ajeitam com determinadas identidades, essas identidades viram questões sociais, viram encaixes pra programas políticos e tudo […] Eu sou uma pessoa, sou uma pessoa trans e me entendo dentro da feminilidade. Assim, gosto de me ver como mulher, gosto de usar o pronome feminino. Eu acho que os gêneros são de tal forma uma construção cultural que eles realmente não precisam se estacionar nos modelos que são propostos. Pode estacionar nesses modelos sim, mas eu acho que é uma perda

Nas entrevistas para o *Candeia* e para o *Fluxo*, Laerte seria solicitada a definir sua compreensão das categorias sexo, gênero e orientação sexual; concedendo resposta semelhante em ambos os casos, a cartunista relacionaria o sexo a uma definição biológica, identificando o gênero como uma construção cultural e a orientação sexual como o desejo sexual. Ao *Candeia*, diria Laerte sobre o gênero: "[…] é uma construção cultural, construída a partir dessa situação biológica e definiu nas várias culturas o que seria masculino, feminino ou situações intermediárias. Variou e varia no tempo e nos lugares"[35]. Um *embolamento* entre esses conceitos seria, entretanto, inevitável. Utilizando-se de um exemplo, Laerte sugere como as práticas podem desbotar o sentido e a relevância de categorias identitárias essencializadas, como aquelas ligadas à orientação sexual:

> Essas áreas todas tão, como é que chama, fazendo um certo, tão embolando, porque é inevitável que elas se embolem. Quando você questiona o gênero e chega a uma situação em que você pode se definir como outro gênero, quer dizer, você nasceu e viveu até determinado ponto como homem, aí você passa a se entender como mulher, no entanto o seu desejo continua sendo por mulheres, preferencialmente. Então você deixou de ser hétero e passou a ser homossexual? Quer dizer, essas questões não podem mais ser resolvidas ou respondidas com a mesma régua que tinha, né? Então eu acho que a discussão de gênero, ela tem vindo nos últimos tempos e tem trazido muita informação e questionamento para os outros entendimentos. Até o ponto que eu acho que essa classificação, homossexual, heterossexual, bissexual e tudo mais, ela tá ficando antiga

---

GDlTv-Z4. Acesso em: setembro de 2016.

[35] Idem.

Não apenas categorias como homo, hétero ou bissexual estariam "ficando antigas". Na opinião da cartunista, toda uma série de "distinções" e "expectativas" ligadas à diferenciação de gênero estariam se tornando obsoletas. Na entrevista para o *Fluxo*, discorrendo sobre a lei de identidade de gênero na Argentina, é interessante notar como a experiência de banheiros generificados é a primeira mudança a ser listada por Laerte como um dos impactos de reformulações culturais e sociais ligadas à compreensão de gênero[36]:

> Na Argentina, devido ao contexto de lá e devido à história que rolou lá, eles conseguiram estabelecer uma lei de identidade de gênero muito avançada […] a pessoa transgênero na Argentina tem todo o apoio institucional e social pra viver o seu gênero de forma absolutamente livre. Isso coloca um monte de mudanças, pra começar banheiros […] não faz mais sentido banheiro masculino e banheiro feminino, como não faz mais sentido certas distinções, como não faz mais sentido certas posições de expectativa cultural em relação à diferenciação de gênero, que estão em vigor no Brasil e em uma boa parte do mundo

Conforme acredito poderem nos demonstrar os trechos extraídos dos conteúdos analisados, a opinião de Laerte é considerada relevante em temáticas tão variadas quanto sociabilidade, política, ideologia, humor e cultura. Não exclusivamente sobre gênero e sexualidade a cartunista é estimulada a falar. Sempre reconhecida como mulher trans e tratada pelo feminino, acredito que um dos fios condutores possíveis de ser tecido entre essas mídias nos revele uma aproximação de questões de gênero e de sexualidade que parte da figura de destaque de Laerte para então revelar uma abordagem empenhada em destrinchar essas questões em assuntos diversificados. O contexto em que Laerte é entrevistada sugere um reforço a este argumento: seja durante ou no período imediatamente posterior às eleições presidenciais de 2014 e a todos os desdobramentos ocasionados pela centralidade experimentada pela pauta LGBT neste período, seja em um espaço de debate organizado com o objetivo de proporcionar reflexões sobre ativismo, conservadorismo, gênero, raça, representação e mídia alternativa, entre outros temas. Finalmente, acredito já ser oportuno sinalizar uma das conclusões a que chego neste capítulo: ao longo do tempo, ao passo em que a transgeneridade da cartunista vai publicamente ganhando corpo, uma determinada Laerte toma forma na rede. Em essência, arrisco afirmar que a experiência transgênero da cartunista é abordada de modo complexo e político pelas mídias alternativas

[36] Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

que analiso, vinculando-se a uma perspectiva mais ampla cujos impactos dizem respeito a toda a sociedade.

3. Um mergulho um pouco mais profundo: as Blogueiras Feminista

Carolina Ferreira (2015) parece acertar em cheio ao relacionar o surgimento e a continuidade da *Marcha das Vadias*[37] em diversas cidades do Brasil à abertura do que a antropóloga qualifica como um "espaço de rearticulação de convenções feministas" [38]. Tomando como exemplo a popular máxima vinculada à questão do direito ao corpo - *nosso corpo nos pertence* - a autora examina como esta pauta clássica feminista[39] ganhou novas roupagens com a reformulação de discussões sobre corpos e corporalidades entre grupos feministas no âmbito dos debates relacionados às marchas brasileiras. Além de discussões sobre a exposição da nudez feminina e a descriminalização do aborto, Ferreira aponta os debates sobre corpos trans, a discussão sobre novos "sistemas de opressão", como a gordofobia, e as reivindicações de pessoas com deficiência como tópicos atuais e recorrentes. Em seu trabalho, é interesse da antropóloga investigar as possibilidades de uso da internet para a ação e a reflexão feminista; não me parece causar espanto que a autora identifique a web como um espaço de articulação relevante para as novas gerações de grupos e coletivos feministas no Brasil[40].

O blog *Blogueiras Feministas* (BF), objeto empírico escolhido pela antropóloga para levar a cabo seus propósitos investigativos, publicaria uma postagem em novembro de 2014 posicionando-se sobre algumas dessas questões atuais e polêmicas dentro do movimento feminista brasileiro em sentido amplo[41]. É justamente a partir de uma entrevista

---

[37] A primeira Marcha das Vadias (tradução brasileira do termo em inglês, *SlutWalk*) aconteceu em Toronto, no Canadá, em abril de 2011, motivada por um comentário feito pelo policial Michael Sanguinetti em uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade de York. Sanguinetti declarara que, para evitar casos de estupro, mulheres deveriam evitar se vestir como "vadias". Poucos meses depois, a Marcha das Vadias se tornaria uma forma de protesto internacional ao ganhar as ruas de diversos países. Em geral, a motivação central das manifestações permanece fiel à marcha canadense: o combate à violência de gênero e à culpabilização das vítimas de estupro pela violência sexual.

[38] FERREIRA, C. B. de C. *Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. Cad. Pagu [online]. 2015, n.44, pp. 199-228. [viewed 22th June 2015]. ISSN 0104-8333. DOI: 10.1590/1809-4449201500440199. Disponível em: http://ref.scielo.org/pff6r3

[39] Por "pauta clássica feminista" proponho uma compreensão de demandas que eclodiram durante a chamada segunda onda do movimento feminista brasileiro, entre as décadas de 60 e 70. Entre as "pautas clássicas" poderíamos localizar a descriminalização do aborto, que se insere nos debate em torno do "direito ao corpo".

[40] Para uma análise detalhada, vale a pena conferir a revisão histórica proposta por Ferreira sobre a relação entre feminismo, tecnologia e ciberfeminismo.

[41] CARDOSO, Bia. *Laerte, que mulher!* Disponível em: http://blogueirasfeministas.com/2014/11/laerte-que-

com Laerte para o *talk show* do Rafucko[42], que Bia Cardoso, autora da postagem e coordenadora-geral do blog, propõe uma discussão sobre feminismo(s), corporalidade(s) e transfobia. A reflexão se inicia com este que talvez esteja entre os tópicos mais debatidos por grupos, coletivos e organizações políticas brasileiras que reivindicam o feminismo nos últimos anos: a discussão sobre o protagonismo e o local de fala de mulheres trans dentro do movimento feminista em nosso país.

Antes de nos dedicarmos a uma análise de como Laerte insere-se e é representada pelo *Blogueiras Feministas* nesse debate, convém caracterizarmos melhor o blog. Conforme consta em sua descrição oficial e conforme nos relata Ferreira, a origem do BF remonta a uma antiga lista de emails criada durante as eleições presidenciais de 2010, cuja proposta era debater "questões políticas relacionadas às mulheres" [43]. Vejamos a descrição da antropóloga:

> Ele [*o BF*] surgiu a partir de uma lista de emails com objetivo de debater sobre questões políticas relacionadas às mulheres, na ocasião do primeiro turno das eleições de 2010. No mesmo ano, como desdobramento dessa discussão foi criado um blog wordpress, gestionado de maneira colaborativa, que em pouco tempo produziu uma rede de canais de difusão através de listas de emails, facebook, twitter, tumblr, youtube e google+ […] A gestão colaborativa do Blogueiras Feministas envolve o envio de textos relacionados aos feminismos e temas afins editados e selecionados por um grupo, normalmente mulheres com alguma "reputação na internet". Também há posts de autoras convidadas e traduções, estas últimas principalmente de origem da blogosfera feminista norte-americana (FERREIRA, 2015, p. 208)

Embora concentre sua análise do *Blogueiras Feministas* sob a perspectiva de um *sujeito coletivo*, a antropóloga não deixa de nos dar pistas sobre o que entende por mulheres com "reputação na internet". Gozar de uma reputação positiva na internet estaria

---

mulher/. Acesso em: agosto de 2016. Por "movimento feminista brasileiro em sentido amplo" desejo me referir à variada gama de grupos, coletivos, correntes, organizações e pessoas que reivindicam o feminismo e compõem o movimento feminista brasileiro.

[42] Rafucko é um humorista brasileiro que possui um canal de humor no *YouTube,* cuja criação ocorreu em 2006 e que já ultrapassa as 3 milhões de visualizações. A entrevista com Laerte foi um dos episódios do chamado "Talk Show do Rafucko". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sFonTVmF3ts. Acesso em: agosto de 2016.

[43] Durante a disputa presidencial de 2010, no final do primeiro turno das eleições, a questão da descriminalização do aborto entrou em cena e dominou o embate político entre as/os então presidenciáveis mais bem colocados: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Rousseff, a única que anteriormente se declarara favorável à descriminalização do aborto e ao tratamento do direito ao aborto como uma questão de saúde pública, recuou em seu posicionamento ainda no primeiro turno. Durante o segundo turno, Rousseff assinou uma carta distribuída a lideranças religiosas na qual se comprometia a não alterar a legislação brasileira e na qual declarava posicionar-se "pessoalmente contra o aborto". Ver mais em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257. Acesso em: agosto de 2016.

relacionado à presença na web, isto é, à participação em atividades *online*, à gestão, busca e distribuição de conteúdos e também a "sua rede de influência (número de seguidores, amigos e/ou curtidas) e respeito pelas etiquetas e convenções de atuação online"[44]. De acordo com Ferreira, a produção dos conteúdos do blog é, na maioria das vezes, de autoria de mulheres jovens, de contato relativamente recente com o feminismo e "em meio a trajetórias universitárias". Ainda que a antropóloga ressalte mudanças ocorridas nas últimas décadas por meio de políticas públicas na área de educação que impactaram o acesso ao ensino superior no Brasil, significando novas intersecções de marcadores como classe, raça, regionalidade e geração, entre outros, capazes de alterar o perfil universitário brasileiro, Ferreira pondera que "essas redes digitais estão inseridas na produção de convenções e ideários feministas ligados à vida urbana e centrados em algumas capitais no país"[45].

A primeira impressão ao se acessar a página inicial do *Blogueiras Feministas* é guiada pela figura de um grande espelho de vênus[46] vermelho, adornado com circunferências concêntricas em tom de cinza escuro em seu centro superior. Este é o logo do blog. Em seguida, é possível perceber que mais de 50% do *layout* do BF é dedicado às últimas postagens publicadas, dentre as quais um pequeno grupo reveza-se em destaque imediatamente abaixo do logo e do título do blog. No canto direito da página podemos ver quais foram as postagens mais lidas e os assuntos mais procurados no mecanismo de busca das *Blogueiras* - "aborto" e "direitos reprodutivos" permaneciam no topo das categorias buscadas por internautas quando esta pesquisa foi finalizada. Em "Destaques", ainda no canto direito da página, constam dicas de livros, filmes e seriados, traduções de textos, postagens e entrevistas publicadas no exterior[47], coberturas de eventos, campanhas e blogagens coletivas[48]. Logo abaixo, a seção "Ajuda e Denúncias" informa ao público canais

---

[44] FERREIRA, C. B. de C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. Cad. Pagu [online]. 2015, n.44, p. 209. [viewed 22th June 2015]. ISSN 0104-8333. DOI: 10.1590/1809-4449201500440199. Disponível em: http://ref.scielo.org/pff6r3.

[45] Idem, p.224.

[46] O espelho de vênus é internacionalmente utilizado como símbolo do feminismo e consiste-se em uma circunferência com uma cruz em sua base. O símbolo é historicamente ligado à mitologia grega e romana, sendo associado, respectivamente, às deusas Afrodite e Vênus.

[47] Em novembro de 2015 era possível encontrar em português, para se ter ideia, um texto da autora feminista negra Kimberlé Crenshaw, publicado no jornal *The Washington Post*; uma entrevista com a cineasta francesa Catherine Corsini, parte do material de divulgação de seu último filme, "Um belo verão", que se passa no início da segunda onda do movimento feminista francês e cuja narrativa envolve o relacionamento amoroso entre duas mulheres, além da tradução de um discurso proferido pela escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie para um grupo de formandos da universidade norte-americana de Wellesley.

[48] Por "blogagem coletiva" entende-se a reunião, produção e distribuição de conteúdos relacionados a um determinado assunto em específico. No caso das *Blogueiras Feministas*, alguns exemplos são: "Invisibilidade Trans", "Dia da visibilidade lésbica e bissexual", "Mulheres e os 50 anos do Golpe Militar" e "Blogagem Coletiva Luiza Mahin - 125 anos da abolição", esta última realizada no dia 13 de maio de 2013, dia de oficialização da abolição da escravidão no Brasil, em 1888.

como o Disque 100, do governo federal, e o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, além de oferecer guias jurídicos sobre violência virtual, guias sobre como denunciar casos de violência sexual e o que fazer em casos de violência doméstica, entre outros assuntos.

Abaixo do logo e do título do blog, localiza-se um menu de opções que inclui a seção "Quem somos". Nesta seção, ao clicar em "Nossa memória", é possível encontrar um breve relato da blogueira Tica Moreno sobre as motivações do BF. Vale a pena conferir este relato:

> Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. […] Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas próprias contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade

Conforme o padrão do blog, todas as postagens possuem uma pequena descrição apresentando a(s) autora(s) do texto. Quando as postagens são assinadas pela equipe de coordenação do *Blogueiras Feministas*, o que podemos ler é: "Somos várias, com diferentes experiências de vida. Somos feministas. A gente continua essa história do feminismo, nas redes e nas ruas". Tanto o relato de Tica Moreno quanto o conteúdo que compõe a assinatura das *Blogueiras* nos permitem antever quais são os valores que norteiam a linha editorial do blog[49].

Em primeiro lugar, impõe-se um critério pressuposto: ser feminista. Ainda que este possa parecer um critério demasiado amplo, o feminismo reivindicado pelo blog insere-se em uma reflexão teórica, política e metodológica sobre o que é compreendido pelas *Blogueiras* como um movimento que deve ser plural. A necessidade de se "buscar" e de se "mostrar" a pluralidade do feminismo é ressaltada mais de uma vez em textos escritos pela coordenação do blog para apresentar o BF e sua linha editorial. Relacionar-se às experiências das mulheres em seus cotidianos, constituir-se interseccionalmente e vincular-se à busca por transformações sociais para todas as pessoas também são expectativas adotadas pelas *Blogueiras* em sua concepção de movimento. Por interseccional, são consideradas diferenças entre as mulheres relacionadas a interações entre categorias como raça, classe social, identidade de gênero e regionalidade, entre outras.

Do ponto de vista político-metodológico, o incentivo à organização feminista coletiva, ampla e democrática é ressaltado, bem como a busca por uma atuação que

[49] Em especial com relação à afirmação da diversidade de "experiências de vida", parece interessante analisá-la à luz do conceito de diferença como experiência proposto por Brah (2006). Na página 83 desta dissertação é possível encontrar uma definição deste conceito.

conjugue formulação teórica e militância feminista - embora palavras como "militância" ou "ativismo" não sejam acionadas nos textos de apresentação do BF e de sua linha editorial, podemos encontrá-las em textos assinados pela coordenação do blog. A abertura à crítica pública nos campos para comentários das postagens e a autocrítica como um exercício que deve ser bem encarado também são afirmadas[50].

Na seção "Editorial" do menu de opções, o caráter político do blog é ressaltado, evidenciando-se a escolha de publicar exclusivamente conteúdos que estejam de acordo com os valores destacados acima, além da priorização de conteúdos considerados críticos a estruturas e instituições: "Este é um blog político, portanto, nos reservamos ao direito de não publicar textos que sejam contrários a nossos posicionamentos. Primamos pela crítica às estruturas e instituições, não a indivíduos"[51]. Nas palavras das *Blogueiras*, vale a pena conferir a oposição ao que poderia ser compreendido como um feminismo "engessado", isto é, que apresentasse traços considerados dogmáticos e que fosse pouco simpático a transformações do que é concebido como um movimento político *constantemente em construção*:

> Nosso objetivo é discutir feminismo. Em suas pluralidades e particularidades. Nas suas benesses e feridas. Além disso, queremos refletir sobre questões que cercam a formação de um mundo mais justo e igualitário para TODAS as pessoas. […] Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas

3.1. Laerte, uma "mulher atual"

Longos e lisos cabelos castanhos divididos ao meio, blusa de alcinhas em tom vinho com detalhes bordados, sobrancelhas bem desenhadas e um sorriso espontâneo: assim figura Laerte na imagem escolhida para acompanhar a postagem de Bia Cardoso no *Blogueiras Feministas*. Atrás da cartunista, um quadro laranja, aparentemente não decorativo, revela-se pendurado em uma parede. As bordas do quadro estão inscritas em

[50] As *Blogueiras Feministas* possuem uma política de comentários. Entre os critérios adotados, consta a necessidade do comentário relacionar-se ao assunto do texto a ser comentado, assim como a inexistência de ameaças, insultos ou ofensas à(s) autora(s) do texto. Para mais informações sobre a Política de Comentários, ver: http://blogueirasfeministas.com/sobre-o-blog/politica-de-comentarios/. Acesso em: dezembro de 2015.
[51] Disponível em: http://blogueirasfeministas.com/editorial/. Acesso em: dezembro de 2015.

uma larga moldura que alterna diagonalmente as cores amarelo e preto, nos remetendo imediatamente a fitas policiais para isolar cenas de crimes ou para chamar a atenção em canteiros de obra. Dentro do quadro, variadas sortes de alicates e chaves de fendas reais ostentam-se em tamanhos e formatos diferenciados. No canto esquerdo da imagem, é possível avistar o que parecem ser duas tábuas de madeira recostadas; a impressão é que Laerte encontra-se em um galpão com ferramentas e materiais de construção.

Coincidência ou não, tal qual alicates e chaves de fendas, com movimentos giratórios, nos auxiliam a executar reparos, a apertar ou afrouxar parafusos, também o conteúdo do texto - cujo título, "Laerte, que mulher!", já é sugestivo - nos evoca construções, desconstruções e, certamente, transformações. Laerte, apresentada desde o título como mulher, está ali: sentada próxima a ferramentas geralmente associadas a um saber técnico predominantemente masculino. Todavia, assim como alicates e chaves de fendas pouco nos dizem *em si* sobre noções relacionadas a ideias culturalmente construídas sobre masculinidade e feminilidade, ao se propor a discorrer sobre feminismo(s), corporalidade(s) e transfobia, a expectativa da postagem não é outra senão a de convencer leitoras e leitores sobre o quão desimportante deve ser o sexo biológico de nascença de uma pessoa para sua autoafirmação identitária - e, no caso de uma mulher trans, para sua atividade feminista.

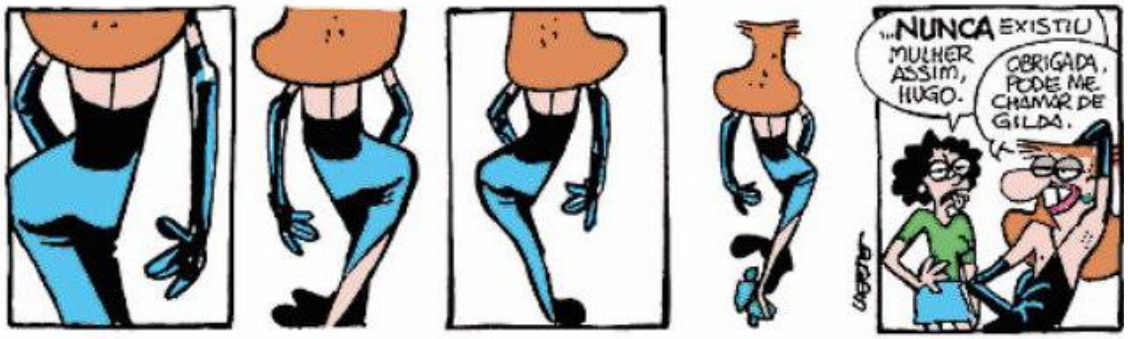
Laerte é o ponto de partida para essa discussão. A cartunista não apenas é representada como mulher; Laerte é acionada como uma representante do que Cardoso define como uma "mulher atual"[52]. Vejamos:

[52] No segundo capítulo desta dissertação, proponho uma reflexão sobre a construção de representações de

> Dentro do contexto de um programa de entrevista no youtube, Laerte é uma boa representação da mulher atual. É uma mulher que vem se descobrindo mulher, questionando o ser mulher, transgredindo a idade da mulher, buscando as suas formas de ser mulher, enfrentando a sociedade a sua maneira para ser mulher. Isso é o que eu desejo para todas as mulheres. Por isso, Laerte é uma grande representante do meu feminismo.

Tal qual descreve a blogueira, a reflexão sobre "formas de ser mulher" e as consequências daí resultantes permeiam o trabalho recente de Laerte. Ainda mais apropriado quiçá seria afirmarmos que frequentemente aparecem no trabalho da cartunista formas variadas de se *estar* ou de se *construir* mulher e, assim, vivenciar experiências múltiplas de descobrimento, reflexão e embate. As tiras abaixo, duas delas protagonizadas por Muriel e uma por Hugo, nos remetem aos desejos de pertencimento, de acolhimento, de autonomia e bem-estar - desejos estes que dificilmente são satisfeitos dentro do campo do binarismo identitário homem-mulher, já que ultrapassam os limites de convenções associadas a vestimentas, corpos e comportamentos em funcionamento neste binário. Se, por um lado, um mero *deslize* possa comprometer a *coerência* da feminilidade esperada de uma mulher trans ou se o ideal de mulher estampado em campanhas publicitarias é sugerido como uma contraposição irreal face a uma mulher cisgênero - e, nesse sentido, podemos indagar tanto sobre a inacessibilidade imperiosa de convenções ligadas ao feminino quanto sobre uma ideia mesmo de *trabalho corporal*, de aspecto contínuo ao longo do tempo - por outro, vemos como a autoestima e a agência femininas são reafirmadas como locais de protagonismo e independência. Testemunhamos como construir-se mulher surge, na pele das personagens de Laerte, como algo que foge seja do reinado da cópia ou da imitação, no caso de mulheres trans, seja do reinado da naturalidade, no caso de mulheres cis.

gênero e sexualidade envolvendo Laerte e categorias associadas à temporalidade.


...NUNCA EXISTIU MULHER ASSIM, HUGO.
OBRIGADA, PODE ME CHAMAR DE GILDA.

SE VOCÊ QUER SER MULHER, O QUE O IMPEDE...?
...OLHE PRA MIM, DRA. BETH!
©LAERTE
EU PAREÇO MULHER? PAREÇO COM...COM...COM...
...ISTO?
MAL AÍ, DRA. BETH.
ser mulher

ÀS VEZES ME VEJO COMO GOSTARIA QUE ME VISSEM.
ÀS VEZES ME VEJO COMO ACHO QUE ME VÊEM.
©LAERTE
ÀS VEZES ME VEJO COMO PROVAVELMENTE ESTOU.
ÀS VEZES ME VEJO COMO O MÁRIO QUINTANA.
ELES PASSARÃO, EU PASSARINHO!

Mas voltemo-nos à passagem em destaque retirada do texto de Cardoso. Ainda que o fato de limitar seu argumento ao "contexto de um programa de entrevista no youtube" não seja um dado irrelevante, ao afirmar que Laerte é uma boa representação do que seria entendido como uma "mulher atual" e, ao discorrer sobre características que permitem explicar o que configuraria essa "mulher atual", Cardoso materializa, a partir de Laerte, um debate sobre a concepção em si de mulher em vigor na sociedade brasileira e em disputa dentro do movimento feminista nacional. Aqui talvez se faça necessária uma pequena reiteração: lembremos que o *Blogueiras Feministas* tem como objetivo principal discutir feminismo(s) e, em parte, alcançar um público que se identifica com o feminismo e que, potencialmente, já participa de atividades e discussões feministas, nas redes ou em espaços não virtuais. Nesse sentido, acredito ser possível afirmar que os conteúdos do blog, em grande parte produzidos por mulheres militantes, reflitam discussões, negociações e disputas presentes no campo do ativismo feminista brasileiro. Outras passagens do texto nos darão mais subsídios para desenvolver este argumento. Laerte, ao participar do *talk show* do Rafucko e, nesta ocasião, ao discorrer sobre feminismo, comenta, de acordo com Cardoso, "questões atuais das mulheres". A cartunista insere-se, pois, em uma controvérsia já antiga, mas repaginada e recorrente nos últimos anos: seria legítimo que Laerte, que se identifica como transgênero, falasse sobre feminismo?[53]

3.2. Em defesa de Laerte, em defesa de mulheres trans

Já prevendo de antemão "pessoas reclamando" e evidenciando isto como o mote que a levou a escrever sua postagem, Cardoso propõe no *Blogueiras Feministas* uma defesa de Laerte e da participação de mulheres trans em espaços de discussão e de militância feministas. Identifico na argumentação da blogueira três aspectos principais que norteiam seu posicionamento: a defesa de liberdades individuais, a reivindicação de uma perspectiva interseccional e, por fim, um debate sobre concepção de feminismo.

Negar a Laerte sua identidade de mulher é associado não apenas a práticas de violência psicológica como o silenciamento e à adoção de critérios morais arbitrários e excludentes de aceitabilidade social, mas sobretudo a restrições a liberdades individuais tão básicas quanto existir e gozar de autonomia de escolhas:

[53] Para uma discussão sobre "sujeito do feminismo", ver: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

> Laerte é uma mulher. Afirma ser mulher. Respeitar isso é parte fundamental do respeito à sua identidade. Não respeitar isso e insistir que Laerte é um homem vestido de mulher significa retirar sua identidade, sua existência e sua escolha de ser

Adiante, Cardoso identifica e comemora o fato de Laerte ter sido convidada para "falar de feminismo" como um sintoma da maneira interseccional que o movimento feminista brasileiro tem atuado no último período e ressalta positivamente o que acredita configurar um crescente protagonismo de mulheres trans e negras "especialmente por meio da internet":

> […| convidar Laerte para falar de feminismo representa muito a maneira como esse movimento social tem se movimentado de forma interseccional nos últimos anos. No Brasil, ainda não conquistamos o direito ao aborto legal e a violência doméstica ainda é um grande problema social, porém, que ótimo que as mulheres negras e as mulheres trans tem tido cada vez mais voz, especialmente por meio da internet. Que ótimo que há pessoas que veem nessa inclusão um avanço

Embora possa soar paradoxal a afirmação de uma perspectiva interseccional e a oposição sugerida por Cardoso no trecho acima entre a descriminalização do aborto, o problema da violência doméstica contra mulheres no Brasil e demandas feitas por mulheres negras e mulheres trans, a blogueira nos concede, em seguida, mais pistas para entender o que compreende por interseccionalidade:

> Incluir as demandas específicas de mulheres negras, trans*, deficientes, mães, lésbicas, bissexuais, solteiras, pobres, entre outras também é fundamental para pensar em novas maneiras de combater tanto a violência contra as mulheres e o machismo, como também as outras diversas estruturas de opressão social.

Podemos inferir que, pela adoção de uma perspectiva interseccional em sua defesa do direito de Laerte e de outras mulheres trans falarem sobre feminismo e se auto identificarem enquanto mulheres, Cardoso pretende não apenas complexificar a abordagem da categoria "mulher" ao articulá-la a outras categorias, mas também contribuir efetivamente para o combate a outras formas de desigualdades sociais que atuam de maneira relacional. Laura Moutinho (2014) debruçou-se sobre os usos dos chamados *marcadores sociais da diferença* em reflexões acadêmicas e políticas recentes. Em sua

análise, a antropóloga identifica o fim da década de 70 no Brasil como o período em que é possível localizar os primeiros passos em direção à consolidação do que viria a ser um campo de análise política e acadêmica interseccional: "Vemos, portanto, um campo se configurando (mais ou menos a partir de fins da década de 70) sobre o entrecruzamento, a articulação, a intersecção entre marcadores sociais da diferença"[54]. Segundo Moutinho, os marcadores mais utilizados em articulação são gênero, raça e sexualidade e, em que pese o advento de uma proposta analítica interseccional, a autora pondera que os "marcos nacionais, políticos e acadêmicos" adotados em cada análise costumam se diferenciar:

> Os principais marcadores são gênero, sexualidade, raça (seguidos na articulação com classe, erotismo, geração, território e, muito mais recentemente, deficiência). Não me parece equivocado dizer que cada um deles trabalha com marcos nacionais, políticos e acadêmicos distintos, ainda que em diálogo (MOUTINHO, pp.216-217, 2014)

Adriana Piscitelli (2008) observa que, entre outros fatores, concepções distintas de poder e de diferença informam e distinguem as variadas abordagens teóricas e políticas em torno da ideia de interseccionalidade: "Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder."[55]. Discorrendo especificamente sobre interseccionalidades e categorias de articulação, a antropóloga relaciona o uso destes conceitos, fundamentalmente, a uma tentativa de apreender "múltiplas diferenças e desigualdades" em interação em contextos específicos:

> A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, p.266, 2008)

Voltando-se ao contexto norte-americano antes da emergência de um campo de estudos internacional propriamente dedicado à ideia de interseccionalidade, Jennifer Nash

---

[54] MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cadernos Pagu, Campinas, 2014, n.42, p. 15. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104□83332014000100201&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: dezembro de 2015.

[55] PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiania, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 267.

(2008) salienta o trabalho pioneiro encontrado em formulações teóricas de obras clássicas do *feminismo negro acadêmico*[56]. Segundo a autora, a persistente crítica de "mulheres de cor" à construção feminista da categoria "mulher" enquanto uma totalidade indiferenciada e a noção já corrente de diferenças *entrelaçadas* mais tarde informariam o que se convencionou chamar de interseccionalidade:

> Enquanto 'interseccionalidade' tornou-se um jargão acadêmico, a noção de que a identidade é formada por vetores de raça, gênero, classe e sexualidade entrelaçados e que se reforçam mutuamente permeia o feminismo negro acadêmico há décadas. A crítica das mulheres de cor ao essencialismo convencional feminista enfatizou a desconexão entre o ímpeto feminista de falar por todas as mulheres e a incessante desatenção do feminismo a diferenças raciais, étnicas, de classe e de sexualidade. (Davis, 1981; Moraga, 1983; Smith, 1983; Spelman, 1988; Higginbotham, 1992; Collins, 2000). Nesse sentido, interseccionalidade providenciou um nome para um compromisso teórico e político pré-existente (NASH, 2008, p.3)

Em um trecho de sua postagem, ao esforçar-se para rebater argumentos contrários a seu posicionamento baseados em pressupostos biologizantes, Cardoso aproxima-se do aspecto contextual característico de análises interseccionais descrito por Piscitelli (2008): "Também me dizem que é preciso sempre lembrar que a opressão das mulheres tem origem nos seus corpos, no asco à vagina, na maneira como nossos corpos existem apenas para servir aos homens. Porém, para mim, um corpo nunca está destituído de um contexto".

A blogueira, eventualmente, passa a adentrar uma arena que parte da situação específica de Laerte e da repercussão da atuação da cartunista em espaços e instâncias de discussão feminista e de gênero para se estender a um debate conceitual, desvelando uma discussão sobre feminismo enquanto movimento social, mas também enquanto projeto societário. Vejamos:

> O feminismo para mim é vândalo, marginal, transgressor. Deve ser um movimento que inclui constantemente e isso não significa que suas principais pautas serão perdidas. […] Logo no início da entrevista, Laerte diz: '*O feminismo é uma luta-guia. O feminismo é uma espécie de carro-chefe das revoluções sociais'*. Essa é uma das definições do meu feminismo e, enquanto eu militar, estarei sempre buscando incluir mais pessoas com suas demandas específicas e conceitos questionadores,

[56] NASH, Jennifer C. *Re-thinking intersectionality*. Feminist Review, 89, 2008, p. 3.

> sempre com o objetivo de transgredir e vandalizar qualquer forma de limitação de vida imposta pela sociedade

Ao propor uma reflexão de cunho conceitual sobre feminismo e, tal qual outra passagem destacada anteriormente nos demonstra, ao expressar seus posicionamentos políticos pelo que reivindica como "meu feminismo", podemos não apenas apreender a visão de Cardoso, mas também inferir a existência de concepções feministas distintas e em oposição à visão interseccional de feminismo defendida pela blogueira. Piscitelli, assim como evidencia Nash, ressalta como o pensamento feminista é marcado historicamente por tensões que permeiam a relação entre atividade política e o reconhecimento de diferenças que possam por em cheque o pressuposto identitário de homogeneidade entre mulheres: "Na história do pensamento feminista, a relação com outras diferenças têm sido tensa, uma vez que algumas correntes consideravam que dar peso a elas debilitava um pressuposto político relevante: a identidade entre mulheres"[57]. Caso pensemos em termos de perspectivas ou formulações feministas em disputa, é possível, finalmente, esboçar a conclusão a que gostaria de chegar.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que, embora obviamente partindo de abordagens e patamares de discussão distintos, de forma semelhante à minha sugestão feita no capítulo anterior desta dissertação, quando procuro refletir sobre conteúdos envolvendo Laerte distribuídos por jornais de grande circulação brasileiros, o debate sobre o que é "ser mulher" também se revela pertinente em um blog coordenado por mulheres que reivindicam o feminismo e que atuam no movimento feminista brasileiro. Acredito que esta seja uma conclusão significativa, afinal permite antevermos o quanto conteúdos relacionados à identidade trans de Laerte ensejam uma discussão mais ampla, sob variados matizes e níveis de profundidade, acerca de categorias identitárias relacionadas, ao menos, à gênero e sexualidade – seja em mídias alternativas, seja em jornais de grande circulação brasileiros. Destaco, evidentemente, a discussão em torno da categoria "mulher" e da categoria "transgênero".

Referindo-me agora especificamente ao *Blogueiras Feministas*, gostaria de sugerir que, apesar de Laerte ser apresentada e representada de forma positiva como mulher - uma "mulher atual" - em um espaço militante como o BF, o debate em torno do direito à autoafirmação identitária de gênero revela-se, além de presente e relevante, também não

[57] PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, Goiania, v.11, n.2, jul /dez. 2008, p. 265.

consensual entre feministas. Não me parece errado sugerir que esta discussão esteja permeada por diferentes posicionamentos relativos ao protagonismo e local de fala de mulheres trans de acordo com os diferentes setores do ativismo feminista nacional. Suas consequências mais singulares talvez se encontrem justamente em reformulações de definições do próprio conceito de feminismo; ao menos, poderíamos arriscar dizer, no esforço de reelaboração de concepções de feminismo enquanto movimento social e enquanto projeto societário.

4. Esfera pública: reformulações a partir de um conceito

Espero esboçar neste momento uma reflexão teórica que envolve situar *Fluxo*, *Vaidapé*, *Candeia* e *Blogueiras Feministas* dentro de um cenário teórico-analítico mais amplo, o qual acredito ser capaz de oferecer ferramentas importantes para caracterizar e traçar hipóteses acerca de um contexto que me parece compreender e informar a produção dos conteúdos veiculados por essas mídias. Localizaremos essas mídias e os conteúdos analisados no interior de uma discussão a respeito de reformulações do conceito de *esfera pública.* Perpassaremos noções tais quais *novos públicos*, *contra públicos competidores* e *contra públicos subalternos*. A tentativa não é outra senão a de complexificar a abordagem proposta neste capítulo e, com sorte, favorecer reflexões que se relacionem a temas como mídia e internet e até mesmo ativismo e democracia.

Tanto Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004) quanto Fraser (1990; 2007) se debruçaram sobre o conceito de *esfera pública*, originalmente presente na obra de Jürgen Habermas, propondo problematizações e reformulações a esta categoria, a qual nos remonta a diferentes áreas das ciências humanas, ainda que fundamentalmente à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, aos estudos sobre democratização nas Ciências Políticas e também aos estudos de mídia. Avritzer e Costa, localizando-se no interior da critica sociológica às teorias de transição democrática, as quais, segundo os autores, privilegiam os estudos sobre as instituições em detrimento de "penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política" e pressupõem uma nada óbvia "homologia entre processos de construção institucional e de democratização societária", salientam o *uso múltiplo e diverso* de categorias como *esfera pública* e *sociedade civil* nas ciências humanas ao longo dos anos

90[58]. Referindo-se especificamente ao contexto de democratização na América Latina pós-ditaduras civis-militares e interessados em reafirmar a necessidade de "incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas" para a conformação de sociedades democráticas, é instigante notar como os autores salientam a significativa importância teórica dos conceitos de *esfera pública* e *sociedade civil,* vinculando-os a uma ressignificação dos estudos de "atores surgidos no período da democratização e suas formas de relacionamento com o Estado e as instituições":

> Eles permitem a ressignificação da imensa gama de trabalhos particulares que, em uma operação quase etnográfica, haviam estudado os diferentes atores surgidos ao longo da democratização e suas formas de relacionamento com o Estado e as instituições, permitindo que fossem contextualizados em um marco teórico amplo. Essas categorias, não obstante, não são de uso exclusivo daquele campo que aqui se denomina de tratamento sociológico da democratização. Elas apresentam, na verdade, uso múltiplo e diverso, assumindo em cada contribuição uma conotação própria. (AVRITZER; COSTA, 2004, p.704)

Fraser, por sua vez, se dedica a uma "interrogacão crítica" e propõe reformulações ao conceito de *esfera pública* guiando-se pelo objetivo de investigar os limites das possibilidades de democracia existentes em sociedades capitalistas. A autora, voltando-se à conceituação presente na obra de Jürgen Habermas, o define como essencialmente uma "arena institucionalizada de interação discursiva" e qualifica sua utilização como *indispensável* para uma teoria social crítica ou para práticas políticas democráticas; Fraser enfatiza, especialmente, enquanto característica crucial do conceito, a diferença entre esfera pública, o Estado e seus aparatos e a economia de mercado. Estas seriam, de acordo com a autora, distinções "essenciais para a teoria democrática"[59]. Vejamos a síntese conceitual proposta por Fraser:

> […] Essa arena é conceitualmente distinta do Estado; é um lugar para a produção e circulação de discursos que podem em princípio serem críticos ao Estado. A esfera pública em Habermas é também conceitualmente distinta da economia-oficial; não é uma arena de relações de mercado, mas sim uma arena de relações discursivas, um teatro para debate e deliberação e não para compra e venda. Desta forma, o conceito de esfera

[58] AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 703-704.
[59] FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.* Social Text, No. 25/26, 1990, p. 57.

> pública nos permite manter à vista distinções entre aparatos do Estado, mercados econômicos e associações democráticas, distinções que são essenciais para a teoria democrática (FRASER, 1990, p. 57)

Poderíamos afirmar que as avaliações de Avritzer e Costa e Fraser caminham no mesmo sentido no que diz respeito à relevância do conceito de *esfera pública* para se refletir efetivamente sobre democracia. Dedicando-se ao levantamento e à análise de críticas e complementações a este conceito na teoria social, Avritzer e Costa ressaltam como pesquisas que o utilizaram, embora a partir de variadas abordagens, "se inspiram na ideia do desenvolvimento de uma esfera dialógica e interativa a que pertencem os movimentos sociais e as associações voluntárias" e, em cujo âmbito "se dá a tematização de novas questões" e o surgimento e a atuação de "públicos que interpelam criticamente os meios de comunicação nas sociedades contemporâneas"[60].

Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (2002) enfatizariam a relevância e a influência na antropologia do conceito de *esfera pública* na obra de Habermas, o qual, ao lado do trabalho de Benedict Anderson em torno da ideia de "comunidades imaginadas", teria oferecido mecanismos teóricos basilares para investigar a "formação de coletividades que cortam rupturas do espaço e estão fora das definições formais de 'cultura'"[61]. Posteriormente, desdobramentos teóricos a partir do conceito de *esfera pública* revelariam ainda a necessidade de se debruçar sobre "esferas públicas alternativas" e "contra públicos", conforme ressaltaremos adiante.

> Muitos antropólogos consideraram a mídia um rico objeto para a pesquisa sobre práticas culturais e circulação de cultura, o qual permite levar a sério os múltiplos níveis de identificação - regional, nacional e transnacional – com os quais sociedades e culturas produzem sujeitos. O trabalho de Benedict Anderson (1991) e Jürgen Habermas (1989) têm sido centrais para aqueles preocupados em estudar e teorizar os efeitos culturais dos fluxos de pessoas, ideias e objetos, fluxos crucialmente mediados por tecnologias de comunicação. Tanto Anderson quanto Habermas tiveram uma influência considerável na antropologia porque seus elásticos conceitos - "comunidades imaginadas" e "esfera pública", respectivamente – ofereceram meios de teorizar a formação de coletividades que cruzam rupturas de espaço e estão fora de definições formais de "cultura". No caso de Habermas, as conhecidas críticas a seu

[60] AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 706-708.
[61] GINSBURG, Faye D.; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian. *Media Worlds – Anthropology on new terrain*. University of California Press, Berkeley, 2002, p.5.

> trabalho (Calhoun 1992; Fraser 1993; Robbins 1993) chamaram a atenção para a formação de esferas públicas alternativas ou contra públicos (ver Himpele, neste volume; Baker 1994; Diawara 1994; Eick - elman e Anderson 1999) (GINSBURG, ABU-LUGHOD, LARKIN, 2002, p.5)

Embora baseando-se em revisões historiográficas que se concentraram, sobretudo, na investigação da articulação de movimentos de mulheres de diferentes etnias e classes sociais no contexto norte-americano ao longo do século XIX, Fraser propõe contribuições ao conceito de esfera pública que se revelam instigantes para os propósitos desta pesquisa. Isto porque ao empenhar-se em colocar em cheque a unicidade e a homogeneidade que teriam implicitamente informado a concepção hegemônica de uma esfera pública burguesa emergente, Fraser salienta a existência de uma "multiplicidade de arenas públicas" e de uma "variedade de maneiras de acessar a vida pública" anteriores às últimas décadas do século XIX nos Estados Unidos[62]. Menos do que nos atermos à análise histórica, o que nos interessa é atentar para o trabalho da autora em torno da ideia de *públicos* e a decorrente elaboração, a partir deste esforço, de categorias que impactaram diretamente a discussão acerca do conceito de esfera pública ainda no começo dos anos 1990. Para adentrar a reformulação proposta por Fraser, é preciso observar o que a autora denomina *contra públicos competidores*, os quais estariam às voltas com divergências e disputas políticas e ideológicas, marcadas por conflitos e animosidade, e cujas formas de atuação seriam caracterizadas pela elaboração de *estilos alternativos de comportamento político* e de *normas alternativas de discurso público*. Vale a pena conferir o argumento da autora:

> Pelo contrário, praticamente contemporâneos ao público burguês, surgiram uma série de contra públicos competidores, públicos nacionalistas, públicos populares de camponeses, públicos de mulheres de elite e públicos da classe trabalhadora. Deste modo, havia públicos competindo desde o início, e não apenas a partir do final do século XIX e início do XX, como Habermas sugere. Além disso, não só havia sempre uma pluralidade de públicos competidores, mas as relações entre os públicos burgueses e outros públicos foram sempre conflituosas. Praticamente desde o início, contra públicos contestaram as normas de exclusão do público burguês, elaborando estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de discurso público (FRASER, 1990, p.61)

[62] FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.* Social Text, No. 25/26, 1990, p. 61.

Entre as complementações destacadas por Avritzer e Costa presentes em trabalhos que se dedicaram ao conceito de esfera pública, destaca-se para os objetivos desta pesquisa o que os autores assinalam como o "desenvolvimento histórico dos chamados *novos públicos*"[63]. Recapitulando a reformulação feita por Jean Cohen e Andrew Arato (1992), Avritzer e Costa enfatizam, ao lado do desenvolvimento da grande mídia no século XX, a expansão de "novos públicos e novos loci de realização de formas críticas de comunicação"[64]. Ao identificar os *novos públicos* como "meios culturais marcados pela produção e circulação de ideias e formas de vidas pós-tradicionais", associando-os fundamentalmente à difusão de subculturas, a movimentos sociais e a "micro-espaços" que se propõe alternativos, não me parece uma coincidência que os autores descrevam a atuação dos *novos públicos* como significativamente marcada por colocar "em movimento dinâmicas de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero, das relações étnicas, etc"[65]. Além de uma prática política no campo da cultura e do comportamento, a atividade dos novos públicos giraria também em torno de "mudanças no padrão da comunicação pública", sendo capaz, inclusive, de gerar impactos no campo da política institucional[66].

Tomando como ponto de partida o que gostaria de chamar de uma *polaridade avaliativa,* Fraser afirma buscar nuances para desenvolver seu argumento em torno do conceito de esfera pública. Grosso modo, de acordo com a autora, de um lado estariam trabalhos que avaliam que o conceito seria por si só um instrumento de dominação marcado por posições de poder que camuflam hierarquias de classe, gênero e raça, por exemplo; de outro, trabalhos que assinalam o potencial emancipador e democrático da ideia de esfera pública de forma idealista, ou seja, sem localizar tanto assimetrias de poder historicamente constituídas quanto a necessidade de se indagar sobre a existência de variadas esferas públicas e múltiplos públicos, em lugar de uma esfera pública exclusiva e singular. Fundamentalmente, conforme veremos adiante, um dos objetivos de Fraser é reafirmar o vínculo entre pluralidade e democracia. Concentrando-se em uma análise de um tipo específico de esfera pública, isto é, aquele que é produto do desenvolvimento histórico da burguesia em sociedades capitalistas, a autora propõe-se discorrer sobre pressupostos que

[63] AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, p. 710.
[64] Idem.
[65] Idem, p. 711.
[66] Idem.

informam este conceito de esfera pública e que me parecem pertinentes para auxiliar a compreensão dos objetos empíricos desta pesquisa.

Ainda sustentando seu argumento em revisões historiográficas, Fraser salienta como minorias sociais - além de mulheres brancas e negras de classes diferentes, também pessoas trabalhadoras, "pessoas de cor" e gays e lésbicas - em distintos momentos históricos adotaram como estratégia de atuação política constituir-se como "públicos alternativos"[67]. Nesse sentido, interessada em caracterizar o que define como "arenas discursivas paralelas", nas quais esses públicos que fazem parte de determinadas minorias sociais "inventam e distribuem contra-discursos", Fraser cunha o conceito de *contra públicos subalternos*, associando a este conceito a tentativa de reformular e reinterpretar identidades, interesses e necessidades em oposição ao que é narrado, produzido e distribuído sobre esses sujeitos em esferas públicas hegemônicas ou oficiais. Avritzer e Costa, ao comentarem o conceito de Fraser, salientam o vínculo entre a construção da ideia de esferas públicas nacionais e o ocultamento de assimetrias de poder cujos efeitos são encontrados não apenas no acesso à participação na esfera pública - o qual Fraser define como *paridade de participação* - mas também essencialmente naquilo que vem a ser tratado de fato como interesse público. Vejamos:

> Para a autora, a idéia de uma esfera pública nacional única e abrangente não considera as relações assimétricas de poder que marcam, historicamente, os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas. Ou seja, em sua própria formação, a esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam a definição prévia de quem serão os atores que serão efetivamente ouvidos e quais serão os temas que efetivamente serão tratados como públicos. (AVRITZER e COSTA, 2004, p.711)

Para ilustrar seu argumento, Fraser utiliza como exemplo o que identifica como o *contra público subalterno feminista norte-americano* no final do século XX. Além de uma vasta organização, que abrange diversas formas de produção de conteúdos e de representações, de formação de referência e de atuação política, a autora salienta como nessa esfera pública feminista as mulheres foram capazes de criar "novos termos para descrever a realidade social", impactando não apenas a auto percepção das mulheres sobre

[67] FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.* Social Text, No. 25/26, 1990, p. 67.

suas identidades e necessidades, mas principalmente contribuindo para a redução da desigualdade de gênero em espaços públicos oficiais. Vejamos seu argumento:

> Talvez o exemplo mais marcante seja o contra público subalterno feminista norte-americano do final do século XX, com o seu leque variado de revistas, livrarias, editoras, redes de distribuição de vídeos e filmes, ciclos de palestras, centros de pesquisa, atividades acadêmicas, conferências, convenções, festivais e lugares para encontros locais. Nesta esfera pública, as mulheres feministas inventaram novos termos para descrever a realidade social, incluindo 'sexismo', 'a dupla jornada', 'assédio sexual' e 'estupro conjugal' e 'date and acquaintance rape'. Armadas com esse tipo de linguagem, reformulamos nossas necessidades e identidades, reduzindo assim, apesar de não eliminarmos, a extensão da nossa desvantagem nas esferas públicas oficiais (FRASER, 1990, p.67)

Evidentemente, a autora ressalta que nem sempre os contra públicos subalternos desempenham papeis progressivos; alguns deles podem ser "explicitamente antidemocráticos e anti-igualitários"[68] e, de modo geral, esses públicos não estão isentos de reproduzirem práticas excludentes ou de marginalização. De qualquer forma, de acordo com Fraser, considerando-se que esses contra públicos se articulam a partir de contestações ao que é identificado como uma esfera pública excludente, eles ajudariam a ampliar a gama de arenas discursivas. "Em geral, a proliferação de contra públicos subalternos significa a ampliação da contestação discursiva, e isso é uma coisa boa em sociedades estratificadas", afirma a autora[69]. É proveitoso também destacar o que Fraser qualifica como o *caráter dual* desses públicos. Se por um lado a formação de um contra público subalterno envolve a construção de um espaço de pertencimento e de reagrupamento, por outro as atividades desenvolvidas por esses públicos são em geral direcionadas a um público mais amplo. "É precisamente nesta dialética entre essas duas funções que o seu potencial emancipatório reside"[70]. Ainda que os contra públicos subalternos não consigam sozinhos erradicar completamente desigualdades estruturais ou a tradução de diferenças em desigualdades, sua atividade pode contribuir para compensar os privilégios de participação na esfera pública de que gozam as elites em sociedades permeadas por desigualdades.

A conclusão a que Fraser busca chegar é que a existência de uma pluralidade de contra públicos competidores é desejável para promover a democracia e diminuir os efeitos

---

[68] Idem.
[69] Idem.
[70] Idem, p.68.

devastadores da falta de paridade de participação na esfera pública gerada por desigualdades de gênero, classe e raça, entre outras.

5. Conclusão

Acredito ser possível tomar *Fluxo*, *Vaidapé*, *Candeia* e *Blogueiras Feministas* como exemplos adequados de contra públicos. Arriscaria ainda afirmar que *Vaidapé* e *Blogueiras Feministas* encaixam-se bem na definição de contra públicos subalternos, isto em virtude do caráter mais militante e mais diretamente afinado com demandas do movimento negro e de movimentos sociais em geral, no caso de *Vaidapé*, e do feminismo, no caso das *Blogueiras*. Conforme tentei demonstrar ao longo deste capítulo, não me parecem restar dúvidas de que as autoproclamações enquanto "mídias alternativas" ou "mídias contra hegemônicas" e enquanto "blog feminista" impliquem a imersão da produção de conteúdos em um cenário de disputas, diante do qual assumir uma parcialidade frente a um contexto político identificado como conservador é tomado como um pressuposto necessário. De todo modo, para se evitar uma compreensão equivocada, é preciso frisar que no horizonte dessas disputas não se revela apenas o embate com o conservadorismo; a intenção de provocar debates no seio de setores sociais progressistas ou politicamente engajados em torno de transformações sociais amplas me parece igualmente importante para caracterizar essas mídias. A existência, portanto, do que é identificado como conservador ou como progressista, ou ainda, de disputas ideológicas entre direita e esquerda e no interior das muitas esquerdas ou dos movimentos sociais, é crucial para compreender essas mídias e sua atividade.

Sob a perspectiva das questões de gênero e de sexualidade, a essa caracterização se soma o reconhecimento de desigualdades e de diferenças traduzidas em desigualdades. Nesse sentido, questões de gênero e de sexualidade são abordadas sob a forma de uma discussão diretamente vinculada à necessidade de defesa ou de conquista de direitos, predominando um caráter pedagógico em relação à abordagem da transgeneridade. Acredito que semelhante postura se respalde tanto em um reconhecimento e valorização do protagonismo político considerado necessário por parte de pessoas trans, como também em virtude da compreensão de um impacto direto para toda a sociedade decorrente de transformações globais em andamento no entendimento e na vivência de categorias de

gênero e sexualidade - sob este último aspecto, gostaria de me referir, sobretudo, ao processo de desnaturalização da cisgeneridade e da heterosexualidade.

Por fim, gostaria de salientar o fato de Laerte ser apresentada e representada em todos os conteúdos analisados como uma mulher trans. Seu prestigiado histórico de décadas de reconhecimento profissional singularizado em um icônico e diversificado trabalho no campo do que poderíamos qualificar de "humor transgressor" mescla-se agora à construção enfática, nas mídias da rede, de uma trajetória ativista recente na área dos assim chamados direitos LGBT. A exposição pública de sua transgeneridade e a militância da cartunista em torno das questões de gênero e de sexualidade não são apenas postas em destaque por essas mídias; Laerte é alçada à figura de uma representante de importância e visibilidade cruciais no cenário atual da luta em defesa de direitos para a população de transgêneros, travestis e transexuais no Brasil. Desta forma e, considerando as transformações globais mencionadas acima no entendimento e na vivência de categorias de gênero e de sexualidade, não me parece causar espanto que a trajetória de Laerte construída e ressaltada nas redes traga também consigo uma discussão pública de concepção sobre o que se entende e, sobretudo, como se realiza, na prática, o feminismo.

CONCLUSÃO

Pretendi, com esta pesquisa, fornecer uma contribuição para o campo de estudos de antropologia e gênero ao propor uma análise de representações, abordagens e temáticas suscitadas, do ponto de vista midiático, pelo encontro entre uma personalidade pública já midiatizada em razão de sua prestigiada carreira profissional e o início e decorrer afirmativo de um processo público de experimentação e transição de gênero. Ao encontrar inspiração em conceitos como *hegemonia* e *contra-hegemonia* (Williams 1977; 2011), *reconhecimento* (Fraser 2006; 2013) e *contra-públicos subalternos* (Fraser 1990; 2013), entre outros, pude apaziguar, na medida do possível, uma série de questões teóricas e metodológicas que as notáveis diferenças entre meus materiais empíricos, provenientes de jornais de grande circulação e de mídias da internet, continuamente alimentaram.

Gostaria de salientar novamente a necessidade de se considerar as especificidades da trajetória de Laerte, tanto sob a perspectiva de marcadores sociais da diferença entrelaçados, quanto no que se refere a sua longa experiência política e excepcional trajetória profissional. Em diálogo direto com os estudos de gênero e os feminismos, acredito que a exposição pública protagonizada por Laerte e seu "processo transgênero" esteja plena de sentidos políticos ao narrar e compartilhar temas e vivências trans - seja quando aparece na mídia, seja quando sua obra é veiculada pela mídia. Isto, somado a toda uma série de particularidades do contexto histórico em que vivemos, acredito que nos auxilie a compreender o lugar de visibilidade e referência ocupado por Laerte no cenário da discussão pública atual de questões de gênero e sexualidade.

No que tange os jornais de grande circulação que investigo, a análise de conteúdos se reportando à situação de proibição envolvendo Laerte e o uso de um banheiro público feminino no ano de 2012 nos revela o quanto paradigmas e pressupostos cisnormativos e heteronormativos ainda são dominantes. Altamente repercutida e de modo repetitivo, na cobertura da situação, Laerte é consensualmente identificada como um "homem que se veste de mulher" e transformada em pivô de uma "confusão" ao desejar frequentar um banheiro público feminino; é possível identificar um processo de individualização da questão, a qual não enseja, nesses jornais, uma discussão sobre diversidade de gênero e tampouco sobre direitos para a população transgênero no Brasil.

No caso das mídias da internet investigadas no terceiro capítulo desta pesquisa, a escolha por veículos que se compreendem explicitamente como mídias "alternativas",

“contra-hegemônicas” ou em oposição à “mídia tradicional” e ao tipo de jornalismo atribuído a essas mídias, revelou particularidades expressivas. Laerte é tratada por todas essas mídias como uma mulher transgênero e a questão trans recebe um tratamento cuidadoso; nessas mídias, é frequente o uso de categorias e a abordagem de temáticas presentes no movimento social transgênero e feminista. A trajetória de Laerte às voltas com a militância LGBT é posta em destaque e a cartunista é incentivada a discorrer sobre temas que não se restringem a gênero e sexualidade.

Gostaria de, por fim, destacar o fato de questões de gênero e de sexualidade constituírem-se unanimemente, nessas mídias, em tópicos atrelados à luta pela defesa ou conquista de direitos. Em que pese o que a auto-classificação dessas mídias possa levar a crer, não acredito que se constitua em um pormenor o fato de questões associadas a pessoas travestis, transgênero e transexuais e à temática da diversidade de gênero selarem seu espaço em meio ao que se compreende e ao que é representado como direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Heloisa. *Identificações afetivas: telenovelas e as interpretações das audiências*. *Runa* [online]. 2013, vol.34, n.2, pp. 163-176. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282013000200003&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1851-9628. Acesso em: setembro de 2016.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 703-704.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010, p.7. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-09032010-115929. Acesso em: 2016-09-21.

BARROS E SILVA, Fernando. *Laerte em trânsito - Como vive, o que pensa e com quem anda a cartunista que decidiu ser mulher em caráter experimental*. Revista Piauí, Rio de Janeiro, n.79, abril de 2013. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/materia/laerte-em-transito/. Acesso em: agosto de 2016.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu 26, pp.329-376, 2006

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: Lopes Louro, G. O corpo educado. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARNEIRO, Maria Clara da Silva Ramos. *Da contracultura aos contraquadrinhos*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12381675/Da_contracultura_aos_contraquadrinhos. Acesso em: agosto de 2016.

CAVANAGH, Sheila L. Queering Bathrooms – Gender, Sexuality and the Hygienic Imagination. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CONTI, André. *Artista sem auge*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2014.

COUTINHO, Rafael. *No labirinto do Minotauro*. Catálogo Ocupação Laerte – Itaú Cultural. São Paulo, 2004.

CRUZ, Elizabeth. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista Psicologia Política.* São Paulo, vol.11, n. 21, pp.73-90, Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1519-549X. Acesso: Julho de 2016.

DE LAURETIS, Teresa de. *Feminist studies, critical studies*. Bloomington : Indiana University Press, 1986.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Leséditions de minuit, 2000.

DOSTOIÉVESKI, Fiodor. *Crime e castigo*. São Paulo: Editora 34, 2009.

FERREIRA, C. B. de C. *Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. Cad. Pagu [online]. 2015, n.44, pp. 199-228. [viewed 22th June 2015]. ISSN 0104-8333. DOI: 10.1590/1809-4449201500440199. Disponível em: http://ref.scielo.org/pff6r3

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"*. Revista Cadernos de Campo, 2006, n.14/15. Pp.231-239.

FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2013, pp. 176-177.

FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.* Social Text, No. 25/26, 1990.

GINSBURG, Faye D.; ABU-LUGHOD, Lila; LARKIN, Brian. *Media Worlds – Anthropology on new terrain*. Berkeley: University of California Press, 2002.
HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, MG : UFMG, 2011.

HALL, Stuart. *Encoding, decoding*. In: The cultural studies reader. Org: DURING, Simon. Londres, Routledge, 1993.

HARDING, Sandra. *Feminism and methodology: social science issues*. Bloomington : Indiana University Press Milton Keynes [Buckinghamshire] : Open University Press, 1987.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Luiza Ferreira. *A 'verdade' produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-22122015-094918. Acesso em: 2016-09-21.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE JUNIOR, Jorge. *Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras*. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, 2012.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial – raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cadernos Pagu, Campinas, 2014, n.42, p. 15. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104□83332014000100201& script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: dezembro de 2015.

NASH, Jennifer C. *Re-thinking intersectionality*. Feminist Review, 89, 2008.

ORTNER, Sherry B. "Uma atualização da teoria da prática" e "Poder e projetos: reflexões sobre a agência", in Grossi, M. P.; Eckert, C.; Fry, P. H. (orgs). *Conferências e diálogos; saberes e práticas antropológicas (25ª RBA, Goiânia, 2006)*. Blumenau, ABA/Nova Letra, 2007, p.19-80.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Breve histórico do PCB*. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf. Acesso em: agosto de 2016.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. Revista Periódicus, 2014. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150. Acesso em: fevereiro de 2016.

PERLONGHER, Nelson. *O negócio do michê – Prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiania, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

PLUMMER, Kenneth. "O tornar-se gay: identidades, ciclos de vida e estilos de vida no mundo homossexual masculino". In: Hart, J. e Richardson, D., (org). *Teoria e prática da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PONTES, Heloisa. *Antropologia e história social da cultura: etnografia e fontes*. Revista Del Museo de Antropologia, Córdoba, n.3, 2010.

PRECIADO, Beatriz. *Sujeira e gênero. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino.* s/d. Disponível em: http://www.substantivoplural.com.br/sujeira-e-genero-mijarcagar-masculinofeminino-por-beatriz-preciado/. Acesso em: agosto de 2016.

SCHORSKE, Carl E. *Fin-de-Siècle Vienna – Politics and Culture*. Nova Iorque: Vintage Books Press, 1981.

SCHWARCZ, Lilia. *Biografia como gênero e problema*. História Social, Campinas, n.24, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Simpósio: Cinco questões sobre o pensamento social brasileiro*. Lua Nova, São Paulo, n.82, pp. 139-159, 2011.

SIMOES, Júlio Assis; FRANCA, Isadora Lins e MACEDO, Marcio. *Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo*. *Cad. Pagu* [online]. 2010, n.35 [cited 2016-09-17], pp.37-78. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-3332010000200003&lng=

en&nrm=iso>. ISSN 1809-4449. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200003. Acesso em: setembro de 2016.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis,vol.20, no.2, p.501-512, agosto 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: junho de 2015.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

1. Conteúdos de mídia analisados

Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar. Publicado em: 13/03/2015. Disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html. Acesso em julho de 2015.

Ato em apoio a transexuais reúne cerca de 60 pessoas em shopping na avenida Paulista. Publicado em: 11/01/2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396522-ato-em-apoio-a-transexuais-reune-cerca-de-60-pessoas-em-shopping-na-av-paulista.shtml. Acesso em: maio de 2015.

CALLIGARIS, Contardo. *Homens ou mulheres?*. Publicado em: 02/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/23486-homens-ou-mulheres.shtml. Acesso em: maio de 2015.

CANCIAN, Natália. *Cartunista vai à justiça para ter direito de usar banheiro feminino*. Publicado em: 27/01/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/22447-cartunista-vai-a-justica-para-ter-direito-de-usar-banheiro-feminino.shtml. Acesso em julho de 2015.

Candeia. *Dois P – Sexualidade – Laerte Coutinho*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Al-GDlTv-Z4. Acesso em: setembro de 2016.

CARDOSO, Bia. *Laerte, que mulher!* Disponível em: http://blogueirasfeministas.com/2014/11/laerte-que-mulher/. Acesso em: agosto de 2016.

Estúdio Fluxo. *Fluxo com Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=fluxo+laerte+parte+1. Acesso em: agosto de 2016.

FERRAZ, Adriana. Vereador quer criar banheiro para gay em São Paulo após polêmica com Laerte. Publicado em: 07/02/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-quer-criar-banheiro-para-gay-em-sao-paulo-apos-polemica-com-laerte,832738>. Acesso em: junho de 2015.

FINOTTI, Ivan. *Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher*. Publicado em: 04/11/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>. Acesso em: maio de 2015.

GOES, Tony. *Laerte no Roda Viva: dúvidas e lucidez*. Publicado em: 24/02/2012. Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/1052935-laerte-no-roda-viva-duvidas-e-lucidez.shtml. Acesso em: maio de 2015.

GRAGNANI, Juliana. *Mostra com filmes e performances debate questões de gênero, sexo e preconceito*. Publicado em: 25/07/2013. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1316520-mostra-com-filmes-e-performances-debate-questoes-de-genero-sexo-e-preconceito.shtml. Acesso em: maio de 2015.

GUANDELINE, Leonardo. *Vereador quer implantar banheiro para homossexuais em SP*. Publicado: 08/02/2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/vereador-quer-implantar-banheiro-para-homossexuais-em-sp-3919943.html>. Acesso em: julho de 2015.

LEVINO, Rodrigo. *Laerte vai ao Roda Viva para debater transgeneridade*. Publicado em: 20/02/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1051252-laerte-vai-ao-roda-viva-para-debater-transgeneridade.shtml>. Acesso em: maio de 2015.

MASCAGNA, Silvana. *Uma inspiração*. Publicado em: 08/01/2014. Disponível em: http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/silvana-mascagna/uma-inspira%C3%A7%C3%A3o-1.770002. Acesso em: maio de 2015.

RODRIGUES, Arthur. *Uso de banheiro feminino por Laerte termina em polêmica*. Publicado em: 26/01/2012. Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uso-de-banheiro-feminino-por-laerte-termina-em-polemica-imp-,827344. Acesso em:

julho de 2015.

Shopping de São Paulo libera entrada de transexuais em banheiro feminino. Publicado em :27/07/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1491846□shopping□de□sao□paulo□libera□entrada□de□transexuais□em□banheiro□feminino.shtml>. Acesso em: junho de 2015.

SPINELLI, Evandro; CANCIAN, Natália. *Após 'Dia do Orgulho Hétero', vereador de SP quer banheiro gay*. Publicado em: 08/02/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24709-apos-dia-do-orgulho-hetero-vereador-de-sp-quer-banheiro-gay.shtml. Acesso em: junho de 2015.

TOLEDO, Daniel. *Há uma situação de apartheid em relação à transexualidade*. Publicado em: 22/09/2013. Disponível em: http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/h%C3%A1-uma-situa%C3%A7%C3%A3o-de-apartheid-em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-transexualidade-1.716949. Acesso em: junho de 2015.

Vaidapé. *Vaidapé no quintal convida Laerte*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XfvG6_NQaA4. Acesso em: setembro de 2016.

WALDVOGEL, Monica. *Saia justa no banheiro*. Publicado em: 04/02/2012. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=laerte+monica+waldvogel. Acesso em: junho de 2015.

2. Referências de ilustrações

Figura 1 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: setembro de 2016 13

Figura 2 – Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1210553-laerte-faz-resenha-em-quadrinhos-de-livro-sobre-questoes-de-genero-veja.shtml. Acesso em: setembro de 2016 14

Figura 3 – Disponível em: http://imprensasindical.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Imagens.gif. Acesso em: agosto de 2016 40

Figura 4 – Disponível em: http://www.sinprovales.org.br/noticias/contra-a-terceirizacao. Acesso em: agosto de 2016..... 40

Figura 5 – Disponível em: http://www.lpm.com.br/livros/layout_capitulo2.asp?LivroID= 139273. Acesso em: agosto de 2016 40

Figura 6 – Disponível em: http://teianeuronial.com/do-barba-negra-ao-mcdonalds/. Acesso em: agosto de 2016 41

Figura 7 – Disponível em: http://bananaquantica.blogspot.com.br/2012/07/glauco-serie-quadrinistas-brasileiros.html. Acesso em: agosto de 2016 41

Figura 8 – Disponível em: http://subcultura.mitotes.eco.br/revistasub/comics/brasil/los3-02.html. Acesso em: agosto de 2016 42

Figura 9 – Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/495184921505957635/. Acesso em: julho de 2016 43

Figura 10 – Disponível em: https://wilheimrod.wordpress.com/2013/07/04/as-dificuldades-de-tentar-ser-um-homem-menos-macho/. Acesso em: agosto de 2016 44

Figura 11 – Disponível em: http://www.livrosepessoas.com/tag/laerte. Acesso em: agosto de 2016 44

Figura 12 – Disponível em: https://www.lambiek.net/artists/s/segar.htm. Acesso em: julho de 2016 44

Figura 13 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: junho de 2016 72

Figura 14 – Disponível em: http://oquevcfazcomasualingua.blogspot.com.br/2012/05/em-convite-laerte-para-alem-do_18.html. Acesso em: junho de 2016 78

Figura 15 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: junho de 2016 101

Figura 16 – Disponível em: http://dafnesouzasampaio.blogspot.com.br/2011_07_01_ archive.html. Acesso em: setembro de 2016 105

Figura 17 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net/arch2009-06-07_2009-06-13.html. Acesso em: julho de 2016 112

Figura 18 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: maio de 2015 112

Figura 19 – Disponível em: https://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com/2012/09/ 10/tirinhas-de-laerte-apresenta-a-pratica-da-prostituicao-como-trabalho/. Acesso em: maio de 2015 112

Figura 20 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: maio de 2015 118

Figura 21 – Disponível em: http://depredando.blogspot.com.br/2013/06/5-tirinhas-do-laerte.html. Acesso em: maio de 2016 120

Figura 22 – Disponível em: https://splashpages.wordpress.com/2014/02/24/a-policia-da-ditadura-gay-por-laerte/. Acesso em: abril de 2016 121

Figura 23 – Disponível em: https://kikacastro.files.wordpress.com/2013/03/13081455.jpeg. Acesso em: abril de 2016 122

Figura 24 – Disponível em: http://blogueirasfeministas.com/2014/11/laerte-que-mulher/. Acesso em_ setembro de 2015 131

Figura 25 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: outubro de 2015 132

Figura 26 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: outubro de 2015 133

Figura 27 – Disponível em: http://murieltotal.zip.net. Acesso em: outubro de 2015 133

Figura 28 – Disponível em: https://setimavenida.wordpress.com/category/quadrinhoshq graphic-novel/page/3/. Acesso em: outubro de 2015 133